



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2002-----

-----ACTA NÚMERO UM / DOIS MIL E DOIS-----

----- Aos nove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dois, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência inicial do Senhor Vice-Presidente Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado e mais tarde do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes, estando presentes os Senhores Vereadores Luís Filipe Martins Pires, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Emanuel Silva Martins, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor José David Gomes Justino, Doutor Jorge Manuel Bico da Costa, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e ainda presente embora entrada no decurso da reunião a Senhora Vereadora Doutora Maria Manuela Augusto. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----**

----- Às dezassete horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

**2 - DESPACHOS: -----**

----- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas, nomeadamente os do Senhor Vereador Lopes Neno no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número trinta e oito, de dois mil e um, de dezasseis de Maio e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- “Despachos de dezasseis de Novembro de dois mil e um: -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DOM duzentos e setenta e um, de

dois mil e um - Fonte Ornamental da Rotunda da Avenida Bonneville Franco, em Paço de Arcos” por série de preços, à empresa Ghesa - Ingenieria Y Tecnologia, Sociedade Anónima, pelo montante de oito milhões novecentos e cinquenta e dois mil setecentos e cinquenta escudos (quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros e treze cêntimos), ao qual acresce quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e trinta e oito escudos (dois mil duzentos e trinta e dois euros e oitenta e um cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de um mês;-----

----- Despachos de sete de Dezembro de dois mil e um:-----

----- - Autorizada a abertura de concurso da empreitada “DIM/DOM trezentos e catorze, de dois mil e um - Remodelação do Parque Infantil e Estacionamento da Praceta do MFA, em Tercena”, cujo preço base é de catorze milhões seiscentos e cinquenta e nove mil cento e quarenta e oito escudos (setenta e três mil cento e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos) e com prazo de execução de quatro meses; -----

----- Despachos de treze de Dezembro de dois mil e um:-----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e vinte e nove, de dois mil e um - Recuperação da Estrada da Medrosa, em Oeiras” por série de preços, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pelo montante de quinze milhões trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos escudos (setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), ao qual acresce setecentos e sessenta e oito mil trezentos e setenta e cinco escudos (três mil oitocentos e trinta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias;--

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e trinta e um, de dois mil e um - Recuperação da Avenida Salvador Allende, em Paço de Arcos” por série de preços, à empresa Guedol, Engenharia, Sociedade Anónima, pelo montante de vinte e três milhões oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e sessenta escudos (cento e dezanove mil cento



e cinquenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), ao qual acresce um milhão cento e noventa e quatro mil quatrocentos e dezoito escudos (cinco mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias;-----

-----Despachos de vinte de Dezembro de dois mil e um:-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DOM cento e quarenta e um, de dois mil e um - Reperfilagem da Rua da Eira - Impasse em Algés” por série de preços, à firma Silva Brandão & Filhos, Limitada, pelo montante de doze milhões trezentos e setenta e oito escudos (cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete euros e sessenta e três cêntimos), ao qual acresce seiscentos mil e dezanove escudos (dois mil novecentos e noventa e dois euros e oitenta e oito cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de três meses;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DOM duzentos e quarenta e nove, de dois mil e um - Arranjos Exteriores no Largo Maria Lamas, em Linda-a-Velha” por série de preços, à empresa Solátia - Sociedade Nacional de Investimento Imobiliário, Sociedade Anónima, pelo montante de dezasseis milhões novecentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta escudos (oitenta e quatro mil setecentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos), ao qual acresce oitocentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta e oito escudos (quatro mil duzentos e trinta e nove euros e quarenta e sete cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de três meses;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DEIP duzentos e quarenta e um, de dois mil e um - Iluminação Pública no Prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos” por preço global, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, pelo montante de vinte e quatro milhões duzentos e sessenta e quatro mil escudos (cento e vinte e um mil e vinte e oito euros e trinta e dois

cêntimos), ao qual acresce um milhão duzentos e treze mil e duzentos escudos (seis mil e cinquenta e um euros e quarenta e dois cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DEIP duzentos e cinquenta e dois, de dois mil e um - Remodelação da Rede de Média Tensão na Via Longitudinal Norte - Rotunda da Makro, em Carnaxide” por preço global, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo montante de dezanove milhões oitocentos e setenta mil setecentos e vinte escudos (noventa e nove mil cento e catorze euros e setenta e três cêntimos), ao qual acresce novecentos e noventa e três mil quinhentos e trinta e seis escudos (quatro mil novecentos e cinquenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias;-----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e vinte e um, de dois mil e um - Execução de acesso às garagens da Rua São João de Deus e EB dois/três João Gonçalves Zarco, no Dafundo” por série de preços, à firma C.J.G. - Construções Limitada, pelo montante de sete milhões trezentos e setenta mil e setecentos escudos (trinta e seis mil setecentos e sessenta e quatro euros e noventa cêntimos), ao qual acresce trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e trinta e cinco escudos (um milhão oitocentos e trinta e oito euros e vinte e quatro cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e vinte e três, de dois mil e um - Recuperação das Ruas da Mata de São Mateus e Archer de Lima, no Alto do Dafundo” por série de preços, à empresa Armando Cunha, Empreiteiros de Obras Públicas, Sociedade Anónima, pelo montante de vinte e três milhões oitocentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos (cento e dezoito mil oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos), ao qual acresce um milhão cento e noventa e um mil setecentos e vinte e cinco



escudos (cinco mil novecentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e vinte e quatro, de dois mil e um - Pavimentação e Execução de Passeio na Rua Mário Castelhana (parte), em Queluz de Baixo - Barcarena” por série de preços, à firma C.J.G. - Construções, Limitada, pelo montante de sete milhões setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos escudos (trinta e oito mil oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e nove cêntimos), ao qual acresce trezentos e oitenta e nove mil trezentos e setenta e cinco escudos (mil novecentos e quarenta e dois euros e dezanove cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de trinta dias; -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e vinte e seis, de dois mil e um - Recuperação da Rua Conde Rio Maior, em Porto Salvo” por série de preços, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, pelo montante de seis milhões oitocentos e noventa e sete mil setecentos e oitenta escudos (trinta e quatro mil quatrocentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos), ao qual acresce trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e nove escudos (mil setecentos e vinte euros e trinta cêntimos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----

----- Despachos de dois de Janeiro de dois mil e dois: -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DEIP duzentos e cinquenta, de dois mil e um - Remodelação de Rede de Abastecimento de Energia e Rede de Iluminação Pública na Rua Lino de Assunção, em Paço de Arcos” por preço global, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, pelo montante de cento e onze mil e noventa e dois euros e setenta e quatro cêntimos (vinte e dois milhões duzentos e setenta e dois mil e noventa e seis escudos), ao qual acresce cinco mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos (um milhão cento e treze mil seiscentos e cinco escudos) e com prazo de execução de cento e vinte dias; -----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DCAD duzentos e trinta e dois, de dois mil e um - Recuperação das Novas Instalações da DPGU” por série de preços, à firma Sociedade Construções José Moreira, Limitada, pelo montante de cento e um mil oitocentos e cinquenta e seis euros e sete cêntimos (vinte milhões quatrocentos e vinte mil trezentos e nove escudos), ao qual acresce cinco mil e noventa e dois euros e oitenta cêntimos (um milhão vinte e um mil e quinze escudos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias;-----

----- - Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/PROQUAL duzentos e oitenta e seis, de dois mil e um - Execução de Vedação na Zona do Mini-Golf, em Algés” por série de preços, à firma Construtora Santa Iria, pelo montante de cento e vinte mil setecentos e oito euros e sessenta e dois cêntimos (vinte e quatro milhões cento e noventa e nove mil novecentos e seis escudos), ao qual acresce seis mil trinta e cinco euros e quarenta e três cêntimos (um milhão duzentos e nove mil novecentos e noventa e cinco escudos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Despachos de três de Janeiro de dois mil e dois :-----

----- - Autorizado o pagamento do segundo auto de medição de trabalhos da empreitada “DIM/DAD duzentos e trinta e sete, de dois mil - Obras de Beneficiação nos Refeitórios da CMO - Oficinas e Edifício dos Serviços Técnicos”, no valor de quatro mil novecentos e oitenta e dois euros e vinte e nove cêntimos (novecentos e noventa e oito mil oitocentos e sessenta escudos) acrescido de IVA (cinco por cento), à firma C.J.G. - Construções, Limitada;-----

----- - Autorizado o pagamento da revisão de preços provisória referente à empreitada “DIM/DEIM cento e noventa, de noventa e dois - Duplicação da Ribeira da Junça - Segunda Fase - Inundações no Dafundo” no valor de oitenta e um mil novecentos e sessenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos (dezasseis milhões quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e trinta e um escudos), acrescido de IVA (cinco por cento);-----



-----Despachos de sete de Janeiro de dois mil e dois:-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DOM cento e oitenta e quatro, de dois mil e um - Estabilização da Margem Direita da Ribeira de Porto Salvo” por série de preços, à empresa Rosado & Frazão, Sociedade Anónima, pelo montante de cento e nove mil oitocentos e noventa e um euros e dezanove cêntimos (vinte e dois milhões trinta e um mil duzentos e cinco escudos), ao qual acresce cinco mil quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos (um milhão cento e um mil quinhentos e sessenta escudos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de dois meses; -----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DOM duzentos e cinquenta e sete, de dois mil e um - Colector Pluvial num Troço da Rua Conde de Alcáçovas e Ligação à Ribeira de Porto Salvo” por série de preços, à empresa Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pelo montante de setenta e seis mil e dez euros e trinta e oito cêntimos (quinze milhões duzentos e trinta e oito mil setecentos e catorze escudos), ao qual acresce três mil e oitocentos euros e cinquenta e dois cêntimos (setecentos e sessenta e um mil novecentos e trinta e seis escudos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de dois meses; -----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “DIM/DCAD um, de dois mil e dois - Construção de uma Cobertura na Passagem entre Edifícios na Escola Silvia Philips” cujo preço base é de trinta mil novecentos e vinte e cinco euros e quarenta e sete cêntimos (seis milhões e duzentos mil escudos) e com prazo de execução de trinta dias;-----

----- Autorizada a abertura de concurso da empreitada “DIM/DCAD dois, de dois mil e dois - Adaptação do Lavadouro de Outurela para Nova Secção de Limpeza”, cujo preço base é de trinta e sete mil e onze euros e noventa e dois cêntimos (sete milhões quatrocentos e vinte mil duzentos e vinte e quatro escudos) e com prazo de execução de sessenta dias;-----

----- Autorizada a adjudicação da empreitada “DIM/DEIP duzentos e cinquenta e cinco,

de dois mil e um - Remodelação da Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública na Estrada de Leceia/ Caminho da Serra” por preço global, à firma Alberto Roque, Limitada, pelo montante de cento e quinze mil quatrocentos e trinta e oito euros e trinta e quatro cêntimos (vinte e três milhões cento e quarenta e três mil trezentos e dez escudos), ao qual acresce cinco mil setecentos e setenta e um euros e noventa e dois cêntimos (um milhão cento e cinquenta e sete mil cento e sessenta e seis escudos), respeitante ao IVA à taxa legal em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de quarenta e cinco dias; -----

----- Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director Municipal de Obras e Ambiente, Engenheiro Luiz de Melo, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número três, de dois mil e um, de dezassete de Maio e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despacho de onze de Dezembro de dois mil e um: -----

----- - Autorizada a adjudicação do projecto de “Espaços Exteriores, Nova Oeiras - Torre H” por ajuste directo, à Arquitecta Cristina Sêco, pelo montante de um milhão quinhentos e cinquenta mil escudos (sete mil setecentos e trinta e um euros e trinta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa em vigor ( dezassete por cento); -----

----- Despacho de vinte e um de Dezembro de dois mil e um: -----

----- - Autorizada a adjudicação por ajuste directo da “Execução de Base e Arranjo Envolvente ao Monumento à Liberdade, em Carnaxide”, pelo montante de um milhão quinhentos e oitenta e três mil trezentos e cinquenta escudos (sete mil oitocentos e noventa e sete euros e setecentos e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa em vigor (cinco por cento) e com prazo de execução de dez dias; -----

----- Despacho de vinte e sete de Dezembro de dois mil e um: -----

----- - Autorizada a consulta prévia para a Limpeza e Desobstrução de Colectores Pluviais



no Concelho; -----

-----Relação dos Despachos proferidos pelo Senhor Director de Departamento de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Manuel dos Santos Pinto, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número dois, de dois mil e um, de quinze de Junho e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

-----Despacho de oito de Novembro de dois mil e um: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo da elaboração dos “Projectos de instalações e equipamentos de águas e esgotos a instalar na futura Adega da Estação Agronómica Nacional”, à firma Sanágua, Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada, pelo valor de quatrocentos e oitenta mil escudos (dois mil trezentos e noventa e quatro euros e vinte e três cêntimos) acrescido de IVA à taxa de dezassete por cento;-----

-----Despacho de onze de Dezembro de dois mil e um: -----

----- Autorizada a adjudicação por ajuste directo do “Projecto de Execução da Instalação Sobrepressora e Conduto Elevatória do Abastecimento de Água ao Canil” à firma Gesbau., pelo montante de trezentos mil escudos (mil quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos) acrescido de IVA à taxa de dezassete por cento e com prazo de execução de quinze dias;-----

-----Despacho de dezoito de Dezembro de dois mil e um: -----

----- Autorizada a renovação de contrato de manutenção preventiva com a firma Mundiporta Serviços, Limitada, para a porta principal do edifício dos Paços do Concelho, pelo montante de trinta e sete mil e quinhentos escudos (cento e oitenta e sete euros e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa de dezassete por cento; -----

-----Relação dos Despachos proferidos pelo Chefe da Divisão de Estudos e Projectos, Arquitecta Rita Vasconcellos, no âmbito do Despacho de Delegação de Competências número

seis, de dois mil e um, de sete de Agosto e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:

----- Despacho de treze de Dezembro de dois mil e um:-----

----- - Autorizada a adjudicação do “projecto da rede de gás do edifício do Jardim de Infância de Carnaxide” ao Senhor Engenheiro Ali Ibaimo, pelo montante de cento e trinta mil escudos (seiscentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA (dezassete por cento) e com prazo de execução de quinze dias.”-----

----- Foi também tomado conhecimento do despacho de autorização de despesa proferido pela Senhora Vereadora Teresa Zambujo, no âmbito da delegação de competências:-----

----- “Despacho de nove de Janeiro de dois mil e dois - Pagamento de serviços aos jovens que prestaram apoio aos refeitórios dos Jardins de Infância (Janeiro), no valor de trezentos e trinta e seis mil e setecentos escudos (mil seiscentos e vinte e nove euros e cinquenta e sete cêntimos)”-----

### **3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----**

----- Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de dois milhões cem mil quatrocentos e noventa e sete euros e setenta e oito cêntimos, tendo o Senhor Vice-Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e dois euros. -----

### **4 - PAGAMENTOS: -----**

----- a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números um a cento e um, no valor global de cento e dezanove mil novecentos e sessenta e um euros e noventa e quatro cêntimos. -----

----- b) Pagamentos autorizados:-----



-----Sob proposta do Senhor Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os seguintes subsídios:-----

----- Ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de vinte e quatro mil seiscentos e noventa euros e cinquenta cêntimos. -----

----- Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor de trinta e dois mil e sessenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos, sendo quatro mil quinhentos e oitenta euros e setenta e um cêntimos a cada Corporação. -----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**5 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS:-----**

-----A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia oito de Janeiro, os quais são: ---

-----“Foi presente a acta da reunião anterior. -----

----- Informações-----

-----Um - Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

-----Dois - Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Tomada de Conhecimento -----

-----Contratação a termo certo de Pedro Alexandre Paiva Pires Gomes (primeiro candidato do processo sumário de recrutamento e reserva para admissão de assistentes administrativos), para desempenho de funções equiparadas às de assistente administrativo, pelo prazo de seis meses. -----

-----Contratação a termo certo de Carla Sofia Esteves Rosado (oitava candidata do processo sumário de recrutamento e reserva para admissão de assistentes administrativos), para desempenho de funções equiparadas às de assistente administrativo, pelo prazo de seis meses. ---

-----Atribuição de abono para falhas à assistente administrativa, contratada a termo certo,

Susana Colaço de Sousa Sá. -----

----- Prestação de serviços com o Engenheiro Leopoldo Manuel Meleiro Poole da Costa, pelo valor trimestral de setecentos e quarenta e oito euros e vinte cêntimos, no âmbito do contrato de manutenção das instalações eléctricas - Sancionamento do contrato.-----

----- Orçamento para dois mil e dois - Adopção de procedimentos face ao Euro e até à aprovação do Orçamento e respectivo PPI para o mesmo ano. -----

----- Prestação de Serviços de Limpeza - Renovação do contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa Atlântida - Organização de Limpezas Mecanizadas, Limitada, por um período de um ano, pelo valor global de cento e trinta e quatro mil setecentos e três euros e sessenta e dois cêntimos, acrescido de IVA.-----

----- - Propostas de Deliberação-----

----- Fornecimento, montagem, e manutenção de estores screen cor branca com blackout e comando de corrente, no edifício sede dos SMAS de Oeiras e Amadora - Foi aprovado por unanimidade a adjudicação, por ajuste directo, à empresa Ideias Coloridas, Limitada, pelo valor de vinte e três mil duzentos e sessenta e oito euros e noventa e dois cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Fiscalização da Empreitada do Reservatório da Serra de Carnaxide / Construção Civil - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação da prestação de serviços, por concurso limitado sem apresentação de candidaturas, à empresa ETEC - Limitada, pelo valor de cinquenta e nove mil setecentos e vinte e sete euros e dezasseis cêntimos, acrescido de IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. -----

----- Empreitada de Reparação de Roturas na Rede de Águas das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada, no Concelho de Oeiras - Foi aprovado por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e



análise. -----

-----Empreitada de Reparação de Roturas na Rede de Águas das Freguesias de Barcarena e Porto Salvo, no Concelho de Oeiras - Foi aprovado por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise. -----

-----Empreitada de Reparação de Roturas na Rede de Águas das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no Concelho de Oeiras - Foi aprovado por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise. -----

-----Projecto das Condutas Adutoras e Distribuidoras da Brandoa Baixa e Alteração do Fornecimento de Energia Eléctrica à Câmara de Manobras - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Sanágua - Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada, pelo valor de dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

-----Concurso Interno de Acesso Geral para provimento de um lugar na categoria de Técnico Superior de Primeira Classe, da carreira de engenheiro civil - Foi homologada a acta número dois e nomeada a candidata única Ana Paula Campos Franco de Melo Pinto. -----

-----Projecto da Central Elevatória da Amadora (Subsistema da Atalaia). Escavação e Contenção Periférica - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Sanágua - Estudos e Projectos de Engenharia, Limitada, pelo valor de catorze mil novecentos e sessenta e três euros e noventa e quatro cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

-----Empreitada de reposição de pavimentos, no Concelho da Amadora - Foi aprovada por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do

caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise.-----

----- Instalação, reabilitação, ampliação e desvios de redes de saneamento (Amadora) - Empreitada por ajuste directo destinado à instalação de colector unitário na Rua General Alves Roçadas - Damaia - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação da empreitada à empresa Rosa Marques e Carrega, Limitada, por ajuste directo, pelo valor de dezoito mil seiscentos e quatro euros e vinte cêntimos, três milhões setecentos e vinte e nove mil e oitocentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sem necessidade de celebração de contrato escrito. A Câmara Municipal de Amadora deverá comparticipar em sessenta por cento do referido valor.-----

----- Concurso para Director do Departamento de Água e Saneamento - Foi homologada a acta final e nomeado o candidato único.”-----

#### **6 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios: -----

----- Número duzentos e sessenta, remetendo cópia da deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e um, sobre: “Voto de Louvor à funcionária Zulmira Achando da Silva Mendes”: -----

----- “Ao longo dos quatro anos de mandato da Assembleia Municipal de Oeiras as funcionárias que prestam apoio a este Órgão Autárquico evidenciaram uma competência e uma dedicação inxcedíveis que em muito contribuíram para a eficácia dos nossos trabalhos e para o correcto funcionamento desta Assembleia. -----

----- Demonstrando elevado profissionalismo e um grande espírito de serviço à causa pública, as funcionárias em causa são credoras do reconhecimento público pelo seu trabalho, sendo da mais elementar justiça tributar-lhes expressamente um Voto de Louvor. -----

----- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida, delibera sob



proposta do seu Presidente, aprovar um público Voto de Louvor às funcionárias: -----

----- Zulmira Achando da Silva Mendes;-----

----- Maria Madalena Lacerda Carvalho David;-----

----- Maria Helena Osório Gouveia;-----

----- Maria Isabel Brito dos Santos;-----

----- Ana Cristina Batista Saavedra.-----

----- Votação: Aprovado por unanimidade de votos.”-----

-----Número duzentos e sessenta e um, remetendo cópia da deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e um, sobre: “Voto de Louvor à funcionária Maria Helena Osório Gouveia”:-----

-----“Ao longo dos quatro anos de mandato da Assembleia Municipal de Oeiras as funcionárias que prestam apoio a este Órgão Autárquico evidenciaram uma competência e uma dedicação inextinguíveis que em muito contribuíram para a eficácia dos nossos trabalhos e para o correcto funcionamento desta Assembleia.-----

-----Demonstrando elevado profissionalismo e um grande espírito de serviço à causa pública, as funcionárias em causa são credoras do reconhecimento público pelo seu trabalho, sendo da mais elementar justiça tributar-lhes expressamente um Voto de Louvor.-----

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida, delibera sob proposta do seu Presidente, aprovar um público Voto de Louvor às funcionárias: -----

----- Zulmira Achando da Silva Mendes;-----

----- Maria Madalena Lacerda Carvalho David;-----

----- Maria Helena Osório Gouveia;-----

----- Maria Isabel Brito dos Santos;-----

----- Ana Cristina Batista Saavedra.-----

----- Votação: Aprovado por unanimidade de votos.”-----

----- Número duzentos e sessenta e dois, remetendo cópia da deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e um, sobre: “Voto de Louvor à funcionária Maria Isabel Brito dos Santos”:

----- “Ao longo dos quatro anos de mandato da Assembleia Municipal de Oeiras as funcionárias que prestam apoio a este Órgão Autárquico evidenciaram uma competência e uma dedicação inextinguíveis que em muito contribuíram para a eficácia dos nossos trabalhos e para o correcto funcionamento desta Assembleia.

----- Demonstrando elevado profissionalismo e um grande espírito de serviço à causa pública, as funcionárias em causa são credoras do reconhecimento público pelo seu trabalho, sendo da mais elementar justiça tributar-lhes expressamente um Voto de Louvor.

----- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida, delibera sob proposta do seu Presidente, aprovar um público Voto de Louvor às funcionárias:

- - Zulmira Achando da Silva Mendes;
- - Maria Madalena Lacerda Carvalho David;
- - Maria Helena Osório Gouveia;
- - Maria Isabel Brito dos Santos;
- - Ana Cristina Batista Saavedra.

----- Votação: Aprovado por unanimidade de votos.”

----- Número duzentos e sessenta e três, remetendo cópia da deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e um, sobre: “Voto de Louvor à funcionária Ana Cristina Batista Saavedra:

----- “Ao longo dos quatro anos de mandato da Assembleia Municipal de Oeiras as funcionárias que prestam apoio a este Órgão Autárquico evidenciaram uma competência e uma dedicação inextinguíveis que em muito contribuíram para a eficácia dos nossos trabalhos e para o correcto funcionamento desta Assembleia.



-----Demonstrando elevado profissionalismo e um grande espírito de serviço à causa pública, as funcionárias em causa são credoras do reconhecimento público pelo seu trabalho, sendo da mais elementar justiça tributar-lhes expressamente um Voto de Louvor.-----

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida, delibera sob proposta do seu Presidente, aprovar um público Voto de Louvor às funcionárias: -----

----- Zulmira Achando da Silva Mendes;-----

----- Maria Madalena Lacerda Carvalho David;-----

----- Maria Helena Osório Gouveia;-----

----- Maria Isabel Brito dos Santos;-----

----- Ana Cristina Batista Saavedra.-----

-----Votação: Aprovado por unanimidade de votos.”-----

-----Número duzentos e sessenta e quatro, remetendo cópia da deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e um, sobre: “Voto de Louvor à funcionária Maria Madalena Lacerda Carvalho David”: -----

-----“Ao longo dos quatro anos de mandato da Assembleia Municipal de Oeiras as funcionárias que prestam apoio a este Órgão Autárquico evidenciaram uma competência e uma dedicação inextinguíveis que em muito contribuíram para a eficácia dos nossos trabalhos e para o correcto funcionamento desta Assembleia.-----

-----Demonstrando elevado profissionalismo e um grande espírito de serviço à causa pública, as funcionárias em causa são credoras do reconhecimento público pelo seu trabalho, sendo da mais elementar justiça tributar-lhes expressamente um Voto de Louvor.-----

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras, hoje reunida, delibera sob proposta do seu Presidente, aprovar um público Voto de Louvor às funcionárias: -----

----- Zulmira Achando da Silva Mendes;-----

----- Maria Madalena Lacerda Carvalho David;-----

----- - Maria Helena Osório Gouveia; -----

----- - Maria Isabel Brito dos Santos; -----

----- - Ana Cristina Batista Saavedra. -----

----- Votação: Aprovado por unanimidade de votos.” -----

----- II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**7 - VOTO DE PESAR:-----**

----- Sob proposta do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, exarar em acta um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Albino Oliveira Barroso, cuja nota curricular a seguir se transcreve, voto este que deverá ser transmitido à família:-----

----- “Albino Oliveira Barroso -----

----- Nasceu em dois de Julho de mil novecentos e trinta e dois-----

----- Faleceu em dois de Janeiro de dois mil e dois-----

----- Desde mil novecentos e oitenta e nove exerceu os cargos de delegado e dirigente do STAL (Sindicato dos trabalhadores da Administração Local) -----

----- Pertenceu ao Atlético Clube de Porto Salvo, tendo exercido os seguintes cargos: -----

----- Mil novecentos e noventa e dois / mil novecentos e noventa e três - vogal da direcção

----- Mil novecentos e noventa e três / mil novecentos e noventa e quatro - presidente da comissão administrativa -----

----- Mil novecentos e noventa e cinco / mil novecentos e noventa e seis - vogal da direcção-----

----- Mil novecentos e noventa e sete / mil novecentos e noventa e oito - secretário da direcção-----



-----Mil novecentos e noventa e oito / mil novecentos e noventa e nove - presidente da comissão administrativa -----

-----Mil novecentos e noventa e nove - dois mil e um - presidente da direcção-----

-----Dois mil e um - vice-presidente da direcção. -----

-----Entrou para os quadros da CMO em cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e quatro e aposentou-se em trinta e um de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete com a categoria de condutor de máquinas pesadas.”-----

-----Ainda a este propósito, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse que gostaria de deixar à consideração da Câmara a possibilidade de, numa futura oportunidade, se ponderar a atribuição, a título póstumo, de uma condecoração municipal a este funcionário aposentado, ao que o **Senhor Vice-presidente** respondeu que na altura própria o Senhor Vereador deverá lembrar essa questão.-----

-----Finalmente foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----**

----- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção dando conhecimento da acta da reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico que a seguir se transcreve:-----

-----“Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e um, pelas dez horas, nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, decorreu a reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, com a presença das seguintes personalidades:-----

-----Presidente da Direcção - José Miguel Correia Noras, Presidente da Câmara Municipal de Santarém;-----

-----Vice-presidente da Direcção - Susana Correia, Chefe de Gabinete, em representação da Câmara Municipal de Beja;-----

----- Secretário da Direcção - Margarida Biléu, Técnica Superior de História da Arte, em representação da Câmara Municipal de Sintra;-----

----- Tesoureiro da Direcção - Joaquim Pinto Ferreiro Canário, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide; -----

----- Vogal da Direcção - Abel Baptista, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima; -- -----

----- Vogal da Direcção Raul Rocha, Vereador, em representação da Câmara Municipal de Guimarães;-----

----- Vogal da Direcção - Alberto Antunes de Abreu, Assessor para as Edições da Câmara Municipal de Viana do Castelo;-----

----- Presidente da Assembleia Geral - Manuel António da Fonseca Cardoso, Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Lamego;-----

----- Vice-presidente da Assembleia Geral - Vítor Maia e Costa, Técnico Superior de Museografia, em representação da Câmara Municipal da Lousã; -----

----- Directora Executiva da Revista “Centros Históricos” - Luísa Maria Gonçalves Teixeira Barbosa;-----

----- Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres - José Severino Soares Miranda. -- -----

----- A reunião iniciou-se às dez horas e quarenta minutos com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Um - Análise da Situação financeira;-----

----- Dois - Preparação da Sessão da Assembleia Geral; -----

----- Três - Revista “Centros Históricos”; -----

----- Quatro - Recolha de contributos para o próximo Plano de Actividades; -----

----- Cinco - Marcação das novas eleições (Quadriénio dois mil e dois/dois mil e cinco); -



-----Seis - Diferentes temas de interesse associativo.-----

-----Um - Análise da situação financeira: Aprovada a acta respeitante à reunião realizada em onze de Outubro do presente ano em Lamego, procedeu-se à análise da situação financeira, constatando-se a inexistência de dívidas por liquidar e a existência de disponibilidades no montante de dois milhões duzentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta e um escudos e cinquenta centavos, repartidas por depósitos na Caixa Geral de Depósitos e no Sotto Mayor, com saldos de um milhão quinhentos e setenta e três mil quinhentos e cinquenta e dois escudos e cinquenta centavos e de seiscentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte e nove escudos, respectivamente.-----

-----Dois - Preparação da sessão da Assembleia Geral - Relativamente a este tema, a Direcção deliberou unanimemente propor à Presidência da Assembleia Geral que convoque uma sessão plenária para vinte de Dezembro próximo futuro, com início às quinze horas, em Santarém, a fim de proceder à apresentação do relatório e contas alusivos ao ano dois mil, às alterações estatutárias que se revelarem indispensáveis à vida associativa, bem como à elaboração do plano de actividades e orçamento para dois mil e dois.-----

-----Três - Revista “Centros Históricos” - Coube à Directora Executiva da revista “Centros Históricos” efectuar o primeiro balanço, versando esta publicação, cuja actual série (a Segunda) vai no oitavo volume publicado. Salientou a entrevista concedida por João Appleton, no último número da revista e deu particular ênfase aos trabalhos concorrentes ao primeiro Prémio Nacional de Arquitectura. Estes - segundo referiu - que serão publicados no número nove, desta revista, acompanhados por uma entrevista ao arquitecto Siza Vieira que, com o seu projecto de recuperação da sede da “Associação Vinte e Cinco de Abril”, venceu a primeira edição do Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano”.-----

-----Sobre estas matérias, intervieram, os representantes das Câmaras Municipais de Beja, Castelo de Vide, Guimarães, Lousã, Ponte de Lima e Sintra.-----

----- Terminado o debate, a Directora Executiva da revista lembrou que esta é enviada gratuitamente para todos os municípios associados, exactamente cento e treze, dos quais sessenta e sete adquirem exemplares, em quantidades variáveis, para além da oferta recebida. Debruçou-se sobre a necessidade de diversificar as fontes de financiamento e inovar no processo de contrapartidas a receber e facultar, no âmbito dos desejados apoios mecenáticos (oferta de publicidade como contrapartida à obtenção graciosa de papel e parceria com editora, mediante cedência de exemplares, como compensação a apoios recebidos na produção da revista, entre outras hipóteses de trabalho a estudar mais detalhadamente).-----

----- Quatro - Recolha de contributos para o próximo Plano de Actividades - De harmonia com os contributos recolhidos de todos os participantes, o plano de actividades para dois mil e dois, deverá incidir sobre o Segundo Prémio Nacional de Arquitectura, a realização do Oitavo Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico e a celebração do Dia Nacional a estes respeitante, sem esquecer acções de formação destinadas, essencialmente, a técnicos superiores na área do património e da reabilitação, conforme preconizou o representante da Câmara Municipal de Ponte de Lima. -----

----- Cinco - Marcação das novas eleições (Quadriénio dois mil e dois/dois mil e cinco) - Deliberado por unanimidade propor à Presidência da Assembleia Geral a convocação de novas eleições para doze de Março de dois mil e dois, data em que completam os quatro anos do actual mandato. -- -----

----- Esta sessão electiva deverá decorrer, como vem sendo hábito, na cidade de Lamego.

----- Sete - Diferentes temas de interesse associativo - Pelo Presidente da Direcção foram divulgados os ofícios provenientes das câmaras municipais de Góis, Lourinhã, Ovar e Tabuaço, transmitindo a sua adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, aguardando-se agora a necessária homologação pelas respectivas assembleias municipais.-----

----- Congratulando-se pelo facto, a Direcção deliberou, por unanimidade, transmitir a



aceitação preliminar destes pedidos de adesão, os quais serão definitivamente viabilizados, após remessa do extracto das actas das assembleias municipais com as correspondentes deliberações de concordância. -----

-----Dos municípios de Ponta Delgada e Santa Comba Dão foram igualmente, divulgados ofícios, mas estes comunicando que uma eventual adesão deverá ser deliberada pelos órgãos autárquicos que resultarem das próximas eleições, que decorrerão a dezasseis de Dezembro do presente ano.-----

-----Entretanto, oriundas do “Núcleo Antigo, Reabilitação Urbana, Limitada” e a seu pedido, foram difundidas notas sobre o trabalho desenvolvido por esta empresa, em centros históricos de diversas autarquias associadas. -----

-----E nada mais havendo a tratar, pelo Presidente da Direcção e da Câmara Municipal de Santarém foi declarada encerrada a reunião eram treze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente acta”.-----

-----De seguida deu também conhecimento de uma informação referente ao “Programa Nacional de Formação de Dirigentes Desportivos que a seguir se transcreve: -----

-----“O Centro de Estudos e Formação Desportiva tendo em atenção o papel preponderante que o associativismo desportivo desempenha no desenvolvimento e consolidação do desporto nacional e os novos desafios com que clubes, federações e associações se deparam hoje, criou o Programa Nacional de Formação de Dirigentes Desportivos, programa este que visa desenvolver as competências de gestão dos dirigentes e seus colaboradores, ou seja, a sua capacidade para preparar e conduzir o desenvolvimento desportivo da respectiva organização no quadro de uma intervenção eficaz e orientada para a comunidade. -----

-----Este programa é composto por quatro acções de formação sob os temas: Pensar e Preparar a Intervenção do Clube, Pôr o Clube a Comunicar, Financiar o Clube e Responsabilidades Legais do Clube; realizado em parceria com as autarquias e demais

instituições (federações, associações, delegações regionais do IND) interessadas em realizar as acções de formação.-----

----- A Câmara Municipal de Oeiras tendo em atenção o interesse do programa e a vontade expressa em diversos momentos por dirigentes da necessidade de formação em algumas áreas candidatou-se nesta fase experimental do mesmo à realização de duas acções de formação (Financiar o Clube e Responsabilidades Legais do Clube) que nos pareceram de importância e das quais existia interesse manifestado por parte dos clubes do Concelho. -----

----- As acções de formação (Financiar o Clube e Responsabilidades Legais do Clube) decorrerão nos dias cinco e doze de Janeiro próximo futuro respectivamente, no Gabinete da Juventude entre as nove horas e as dezoito horas, estando inscritos para a primeira acção vinte participantes (número máximo permitido) oriundos dos seguintes clubes: Academia de Artes Orientais Nan Fu, Associação Desportiva de Oeiras, CCD - Câmara Municipal de Oeiras e SMAS, Clube do Mar Costa do Sol, Clube Escola de Ténis de Oeiras, Grupo Desportivo e Recreativo “A Joanita””. -----

----- Para terminar, apresentou uma nota pessoal relativamente a três colegas de vereação que vão abandonar o Executivo: -----

----- “Na última reunião deste executivo camarário, e sem a pretensão de fazer uma apreciação circunstanciada do que foi a sua acção ao longo destes quatro anos (tanto mais que ela tem sido efectuada por ocasião das avaliações anuais dos Relatórios e Contas de Gerência), justificam-se duas ou três palavras de balanço do mandato que está prestes a findar. -----

----- E a primeira é a de que, apesar de algumas divergências e confrontos que se verificaram, ficou mais uma vez demonstrado, também através do nosso exemplo, a operacionalidade, democraticidade e eficácia do actual modelo de gestão autárquica. Com efeito a participação das várias forças políticas nos executivos municipais, longe de representar um factor de perturbação (ou, em casos limite, de paralisia) do seu funcionamento, tem reforçado,



valorizado e enriquecido a sua capacidade de intervenção. Parece-me inquestionável que foi também o que se passou nesta Câmara, onde, apesar do PSD deter a maioria absoluta, foi importante a participação das restantes forças políticas representadas no executivo, quer no plano das responsabilidades mais directas de gestão que assumiram, quer no âmbito do contributo que deram para o funcionamento do colectivo que integraram. -----

-----Quanto à vivacidade e mesmo aspereza de alguns confrontos, que, sem embargo do sentido de cooperação e solidariedade institucional que, no essencial, nortearam a actividade deste órgão, marcaram alguns momentos do seu funcionamento, eles são inerentes e mesmo indispensáveis à Democracia. Mas se o combate político tem uma inevitável e saudável dimensão conflitual, certo é que ele impõe também o reconhecimento da diferença e o respeito pelo adversário. O debate político, sob pena de se desacreditar perante os cidadãos, não deve pois resvalar para o plano inclinado da agressão verbal e do vitupério pessoal. De um modo geral, com algumas raras excepções (mas são estas que, afinal de contas, fazem a regra) foi o que aconteceu nesta Câmara, e isso deve ser um motivo de satisfação e congratulação para todos nós. A expressão plural das posições e perspectivas políticas e mesmo de diferentes opções «técnicas», contribuiu, sem dúvida, para uma melhor fundamentação e ponderação de muitas das orientações e deliberações aqui aprovadas. -----

-----Reconhecendo embora que, apesar de condicionalismos diversos que tantas vezes pervertem a sua genuinidade, o veredicto popular é a única forma objectiva de avaliação do mérito dos programas submetidos ao sufrágio (e ele teve nas eleições de dezasseis de Dezembro passado a expressão conhecida), considero (e tive oportunidade de o manifestar em diversas oportunidades nesta câmara) que importa levar à prática de um modo mais efectivo e consequente no nosso concelho os princípios do desenvolvimento sustentável, nomeadamente em matéria de mobilidade urbana (rede de transportes públicos, acessibilidades e trânsito), que constituem um dos principais problemas locais. Se o crescimento urbanístico que se tem

verificado não for acompanhado por medidas adequadas neste campo, então não duvidemos que os problemas se vão agravar, tanto mais que a própria localização geográfica do concelho de Oeiras faz com que ele tenha que suportar o impacto do crescimento dos concelhos vizinhos de Sintra e Cascais, o que torna absolutamente indispensável e urgente uma coordenação intermunicipal que, infelizmente, tem sido praticamente inexistente. -----

No tocante aos pelouros que me foram atribuídos, gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o incentivo que deu ao meu trabalho e a confiança em mim depositada, aos colegas da vereação a colaboração, compreensão e disponibilidade manifestadas, e aos serviços desta Câmara (permitindo-me que destaque a Divisão do Desporto, o Departamento de Projectos Especiais e a Divisão do Património), a concretização dos projectos e acções que tive o privilégio de coordenar. Sem a dedicação, empenhamento e competência dos dirigentes, técnicos e funcionários que me acompanharam não teria sido possível desenvolver o trabalho realizado, o qual, em muitos aspectos, pelo sua qualidade e carácter inovador, constitui uma referência em termos nacionais. Não me vou pronunciar agora sobre esse trabalho, mas entre as várias insuficiências e limitações que (também) o caracterizaram gostaria de sublinhar as que se me afiguram mais significativas e constituem um desafio para o novo executivo: -----

----- Na área do Património e Centros Históricos, a não aplicação do PROCOM ao Centro Histórico de Oeiras, o que inviabilizou, pelo menos por enquanto, uma mais efectiva e arrojada modernização do comércio tradicional nele existente, factor fundamental para a sua revitalização; a não extensão aos restantes núcleos urbanos antigos do concelho da intervenção que se tem realizado em Oeiras e Paço de Arcos; a não recuperação do Palácio do Egipto, continuando a aguardar a competente aprovação a candidatura oportunamente apresentada para a sua reutilização com o Centro Cultural Pombalino. -----

----- Na área do Desporto, alguns atrasos (alguns dos quais imputáveis à Administração Central) na concretização da rede municipal de equipamentos e infra-estruturas desportivas,



nomeadamente de Polidesportivos em todas as localidades do concelho (casos de Leião e Leceia) e das instalações desportivas dos Unidos Caxienses, Leões de Porto Salvo e Atlético de Porto Salvo, entre outras. -----

-----Finalmente, uma nota que tem também um cunho pessoal: desta vereação há três colegas que não vão continuar: o Doutor Jorge Bicó, o Doutor Tavares Salgado e o Professor Doutor David Justino, que terminam (ou interrompem, uma vez que em política nunca se dizer nunca mais) as suas funções de vereadores. Segundo me é dado saber, o Doutor Tavares Salgado e o Professor Doutor David Justino irão manter uma ligação mais directa ao Município (na Fundação Marquês de Pombal e como deputado municipal, respectivamente), pelo que nem se trata propriamente de uma despedida. Tive o privilégio e o prazer de os acompanhar, ao Dr. Bicó no decurso deste mandato, ao Doutor Tavares Salgado e ao Doutor David Justino, ao longo destes dois mandatos. Apesar de um contacto mais esporádico, tive oportunidade de apreciar as qualidades de rigor e competência do Doutor Jorge Bicó. Quanto ao Doutor Tavares Salgado e Doutor David Justino, quero deixar aqui a expressão do meu apreço e reconhecimento pelo seu trabalho, colaboração, compreensão e ajuda. Para além do relacionamento político e de trabalho, que nunca foi ensombrado por alguns, aliás poucos e de pouca monta, «dares e tomares», também se construíram ao longo de uma convivência de oito anos laços de estima e amizade sem os quais a vida e a política se tornam mais áridas e desumanas. O Doutor Tavares Salgado, sob a capa de uma aparente rispidez, é um homem bom (na acepção das nossas tradições municipalistas), com um elevado sentido de serviço público, que soube conduzir com equilíbrio (e quase sempre com muita paciência) as reuniões de Câmara, sempre compreensivo e disponível para os colegas da vereação. O Professor David Justino, com a sua acutilância e qualidades de rigor e inteligência foi sempre uma voz estimulante e desafiadora, em muitas situações saudavelmente provocatória, qualidades que decerto vai continuar a evidenciar como deputado municipal. Parafrazeando uma personagem de Shakespeare - o Próspero da «Tempestade»

quando diz que nós somos feitos da matéria dos sonhos que sonhamos - diria que nós também somos feitos da matéria das experiências que partilhamos e das amizades que construímos. Aos meus três amigos, que contribuíram, pelo seu exemplo, amizade e o que com eles aprendi, também para o que hoje sou, desejo as maiores felicidades e êxitos e espero que queiram contar sempre com os meus modestos préstimos”.....

**9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----**

----- O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção corroborando a intervenção do Senhor Vereador Arnaldo relativamente aos Senhores Vereadores que vão deixar o actual Executivo, embora no que diz respeito aos Senhores Vereador David Justino e Tavares Salgado tenha que manifestar um sentimento de pena por deixarem de trabalhar directamente com a Câmara, uma vez que para além da relação profissional há também a amizade, sendo certo que espera que o Senhor Vereador Jorge Bico da Costa entenda esta situação. -----

----- De seguida fez um balanço da sua actividade enquanto Vereador frisando que, ao longo deste quatro anos o que se concretizou nas áreas que teve sob sua tutela, foi graças ao esforço dos dirigentes, dos técnicos e de todos os funcionários. Por esta razão e dentro deste âmbito reconhece que é de realçar um dos grupos dos seus funcionários, ou seja, os funcionários da DSU, que durante a época festiva que passou foram os mais sacrificados, uma vez que trabalharam durante treze horas para efectuar a recolha de todos os resíduos sólidos na noite de vinte e cinco de Dezembro e um de Janeiro, ficando esta tarefa terminada às dez horas do dia seguinte, considerando ser este um trabalho exemplar o qual mais uma vez veio distinguir o concelho de Oeiras dos outros concelhos limítrofes, onde a recolha não estava concluída às dez horas da manhã. -----

----- Concluindo, salientou que teve muito gosto em trabalhar com todos os funcionários que lhe estavam afectos prestando deste modo um elogio, pela boa colaboração e pelo empenho daqueles que consigo colaboraram, ao longo destes quatro anos de vereação. -----



**10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LOPES NENO:-----**

-----O Senhor Vereador José Lopes Neno iniciou a sua intervenção fazendo uma alusão ao final do actual mandato autárquico a qual é do seguinte teor:-----

-----“Senhor Presidente, Caros Colegas -----

-----Ao chegarmos ao fim de um mandato autárquico, que julgo podermos entender em conjunto, como um bom serviço prestado aos munícipes de Oeiras, enriquecido sem dúvida por diferentes posições ou opiniões mas que acima de tudo se pautaram sempre pelo contributo relevante ao desenvolvimento do Concelho.-----

-----A tradição municipalista em Portugal, é uma mais valia cultural do nosso povo, que tem demonstrado ao longo de gerações as virtualidades do relacionamento de proximidade entre governantes e governados, na resolução dos seus problemas mais directos, e que, com mais de um quarto de século de reintrodução do regime democrático em Portugal, se tem vindo cada vez mais a afirmar como mola real do desenvolvimento, da cooperação, da parceria, da participação dos cidadãos nos seus espaços de vivência com maior sentido de pertença.-----

-----Sendo um executivo municipal um órgão plural, oriundo de diferentes quadrantes políticos, é natural e desejável o confronto de ideias e posições divergentes quanto à abordagem de uma outra questão o que só acrescenta maior sabor aos consensos obtidos, em tantas ocasiões e à riqueza das decisões tomadas.-----

-----Num município em que muito se tem feito, mas onde existe ainda um árduo percurso a percorrer visto que cada vez o grau de exigência é maior, os próximos quatro anos serão um desafio enorme, dado que o contexto do país, da Europa e do Mundo assim no-lo permitem visualizar, será para mim um factor de confiança poder continuar a contar com a presença de uma parte dos presentes nesta mesa, porque dos seus valores já tenho a garantia do contributo positivo para a prossecução dos objectivos de trabalho nesta Câmara.-----

-----Permitam-me no entanto expressar algumas palavras específicas aos que não

continuarão connosco no próximo mandato. -----

----- Em primeiro lugar ao Doutor Jorge Bico da Costa, em que apesar das divergências partidárias que por vezes expressamos, devo agradecer a amizade e a colaboração demonstrada em tantos aspectos nomeadamente no referente à empresa “Parques Tejo” e, em que foi sempre possível colocar os interesses do Município e da comunidade no caminho certo para a solução dos problemas. -----

----- Ao meu companheiro e amigo Professor David Justino pelo modo empenhado em que se pôs ao serviço desta Câmara e dos pelouros que lhe estavam atribuídos, lutando sempre pelos objectivos programáticos que há oito anos o trouxeram a este lugar e em que foi uma peça importante na construção do futuro de Oeiras, nomeadamente, com o trabalho que considero histórico no domínio da habitação social e em que o seu nome ficará intimamente ligado e de que eu guardarei sempre um elevado grau de amizade. -----

----- Por fim, o Doutor Tavares Salgado, Vice-Presidente da Câmara, por quem tenho uma especial admiração e amizade que me merece o maior dos respetos pela dedicação à causa pública e ao Município de Oeiras que sempre demonstrou, com uma capacidade imensa de cooperação, compreensão e distribuidora de amizade, na qual todos ganhamos e que sem dúvida guardarei como parte da minha própria escola de ensinamentos. -----

----- Só me resta um agradecimento colectivo pela colaboração e amizade que me foi dada e assim desejar a todos, os que ficarão e os que saem, as maiores felicidades e taxas de sucesso no novo ciclo que se vai iniciar”. -----

----- Por último, quero agradecer a todos os que comigo colaboraram ao longo deste mandato, quer no que diz respeito aos funcionários e dirigentes da CMO, quer aos funcionários e dirigentes dos SMAS, pois sem a sua prestimosa ajuda não teria sido possível atingir os objectivos que foram concretizados ao longo destes anos.” -----

**11 - INFORMAÇÕES - SR<sup>a</sup>. VEREADORA TERESA ZAMBUJO:** -----



-----A Senhora Vereadora Teresa Zambujo iniciou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente pelo facto de a ter convidado há quatro anos para integrar as listas do PSD à CMO, uma vez que, foi através deste convite e face aos resultados das eleições autárquicas de então, que teve o privilégio de trabalhar com todos os que estão nesta mesa. Opinou que com quase vinte e cinco anos de causa pública, nunca os sentiu tão intensamente como estes últimos quatro anos neste concelho, o qual considera como sendo um concelho único. -----

-----Realçou mais uma vez, que estes quatro anos foram, muito enriquecedores quer em termos profissionais, quer pessoais, trabalhando-se muito melhor quanto a si quando se está envolvida num ambiente de trabalho que proporcione amizade e estima, e é salutar quando por vezes surgem vozes discordantes no seio da actividade profissional, pois no fundo o que importa é que fique a amizade e poder contar com as pessoas a qualquer momento, isto é, o importante é ficar com a porta do coração aberta. -----

-----De seguida, fez alusão aos três elementos do Executivo que vão cessar funções, observando que com uns teve mais ligação, com outros menos, sendo evidente que com quem teve menos ligação profissional foi com o Senhor Vereador Jorge Bico da Costa, no entanto regista todos os momentos em que tiveram a oportunidade de trabalhar, como muito positivos, ficando certamente nas marcas que se levam, ao longo de toda a vida profissional. -----

-----Quanto ao Senhor Vereador David Justino, foram quatro anos muito positivos e que irão deixar marcas durante a vida profissional, por uma causa que é a dignificação da habitação e do bem estar, manifestando um grato prazer em trabalhar com o mesmo, assim como tudo o que aprendeu no dia-a-dia e em todos os momentos em que houve oportunidade de privar. -----

-----Quanto ao Senhor Vice-Presidente, Doutor Tavares Salgado, dirigiu uma palavra muito especial a quem, nos momentos mais conturbados, bateu à porta, ou fez um telefonema tendo sempre um ombro amigo para lhe dar alento e também sempre força para continuar, tendo a certeza que poderá sempre contar com ele, assim como com todos os que estão presentes.

Observou que esta particularidade vem na sequência de uma amizade que se cimentou ao longo destes anos, tendo também uma certeza que embora ele saia vai estar muito ligado à Câmara, estando por isso ciente que mesmo que não ficasse nestas lides tão próximas, a qualquer momento poderia tocar para o seu telefone, com a certeza de ter do outro lado uma voz amiga. -

----- Para terminar, agradeceu a todos os que consigo trabalharam ao longo deste mandato, quer a nível da CMO quer a nível dos SMAS, pois todo o trabalho que se desenvolve a eles se deve, ou seja, ninguém faz nada sozinho, faz-se sim, se houver equipas em quem se confia e se trabalha de uma forma sem limitações, salientando que foi com essa equipa que trabalhou ao longo deste quatro anos, julgando que a continuará a ter no próximo mandato. -----

----- Frisou que mesmo para os que vão terminar este mandato, a sua porta não estará aberta, mas sim escancarada e sempre que poder contribuir tanto profissionalmente, como pessoalmente podem dispor à vontade porque é a mesma pessoa e será sempre, desejando por fim a todos as maiores felicidades tanto para os que vão como para os que vêm. -----

## **12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LUÍS PIRES: -----**

----- O Senhor Vereador Luís Pires iniciou a sua intervenção desejando a todos um Bom Ano, quer no aspecto pessoal, quer profissional.-----

----- Em relação ao mandato que agora terminou, opinou que foi para si uma experiência extremamente gratificante, o estar no serviço público, pois nunca a tinha vivido até estes quatro anos, pelo menos com a intensidade e proximidade que teve com os munícipes ao longo deste mandato, visto que sempre trabalhou no sector privado -----

----- Aludiu que, este mandato se pauta positivamente em termos dos diversos contributos que aqui foram legados ao longo de todas as reuniões, considerando que foram debates vivos e o que a todos une, que são os princípios democráticos, estando sobretudo convencido que foi muito importante o saber-se separar as divergências políticas do relacionamento pessoal, motivo pelo qual lhe apraz saudar esta separação de áreas, fazendo votos sinceros para que os que vão



continuar o façam na mesma linha, com muita vivacidade a discutir os seus pontos de vista, as divergências políticas, mas sempre com respeito mútuo e, acima de tudo, quando se sai desta sala se sinta companheirismo e amizade. -----

-----Prosseguindo, manifestou uma palavra de reconhecimento aos funcionários da Câmara, porque sem eles todas as ideias e decisões políticas tomadas nesta sala não seriam possíveis de executar, se não fosse de facto o seu espírito de colaboração, de sacrifício e de serviço público. -----

-----Em relação aos Senhores Vereadores que agora cessam funções dirigiu uma palavra de agradecimento pela oportunidade que lhe deram de conviver entre si, enriquecendo-lhe deste modo, ideias e projectos, sentindo que ganhou muito tanto pessoalmente como profissionalmente nas discussões que travaram ao longo deste mandato, pelo que desejou para todos o maior sucesso pessoal, profissional e que se continuem a encontrar para bem do serviço público, pois durante estes quatro anos adquiriu-se uma bagagem e dedicação à causa pública que é importante que tenha continuidade. -----

-----Por último, a todos os que vão continuar desejou que se faça tudo para que os beneficiados do seu trabalho sejam os munícipes, uma vez que são esses a razão de ser da sua presença nesta Câmara e que continuem a merecer a confiança dos funcionários, para que conjuntamente se consiga continuar a proporcionar aos munícipes melhorias que são sempre desejáveis, e que são também uma necessidade para o seu dia-a-dia. -----

-----Neste momento entrou na sala a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto.-----

**13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS:-----**

-----O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção, referindo o privilégio que pôde retirar da experiência enriquecedora que teve durante estes quatro anos de Executivo, salientando que se tivesse alguma dúvida destes quatro anos de trabalho conjunto, as palavras dos Senhores Vereadores ter-se-iam aqui dissipado se ainda o necessitasse, ou seja, é

neste mundo, que por muitos é considerado mundo cão, enriquecedor saber que os amigos são capazes de ser pessoas que não têm que pensar exactamente como o outro, estando, no entanto, sempre disponíveis para ouvir, para discutirem entre si o que é o entendimento de um e outro, fazendo-se desta situação uma força e não uma razão de destruição. -----

----- Frisou que, estes quatro anos foram para si muito enriquecedores pelo contacto que teve oportunidade de ter, pois não pode esquecer que a sua experiência em absoluto foi mais abundante pelos merecimentos de todos, pela discussões travadas mediante os seus pontos de vista, uma vez que não tinha qualquer experiência de vereação de Câmara, reconhecendo que foi muito abundante pelos merecimentos, discussões que aqui foram travados segundo os seus pontos de vista por parte de todo o colectivo, salvo as situações onde a natureza humana por vezes avilta, foi sempre travada com elevação, sendo necessariamente para si motivo de orgulho e satisfação. -----

----- De seguida, agradeceu ao Senhor Presidente a confiança que nele depositou ao atribuir-lhe responsabilidades, julgando que cumpriu do ponto de vista ético em relação ao que lhe foi conferido, o que entendeu ser sempre uma delegação e não uma entrega de poderes, mantendo neste sentido o seu comportamento balizado por estes princípios. Observou que este desempenho foi possível em termos de toda a sua actividade devido à colaboração de um conjunto de funcionários da Divisão que mais de perto trabalhou consigo e que foi a DAPFHS, desde o mais humilde ao seu mais alto responsável, que, para além de o ajudarem, foram um sustentáculo permanente do que foi a sua actividade, sublinhando sem qualquer hipocrisia que dificilmente desempenharia a sua actividade se tudo não tivesse decorrido desta forma. Assim, salientou que está muito grato a todos os funcionários daquela Divisão, assim como a todos os outros a quem teve de se dirigir nesta ou noutra solicitação, tendo sempre atenções para consigo provavelmente muito para além daquelas que ele próprio possa ser merecedor. -----

----- De seguida aludiu que, para os Senhores Vereadores que saem deixa uma palavra



reforçada e um sentimento de perda, pois sabe o que com eles aprendeu, o que extraiu da amizade, que não tem sempre que estar de acordo com o outro, sabendo quanto para si foi proveitoso, daí mais uma vez manifestar o sentimento de perda, pois é uma situação que nunca mais vai acontecer dentro deste quadro, contudo, tem a certeza que dentro dos quatro anos que a todos juntou e com o conhecimento que têm da sua nobreza lhe vai permitir que embora ausentes, sempre que a situação o permita essa relação de amizade possa com certeza continuar para si a ser enriquecedora.-----

-----Para terminar desejou que, o futuro desta Câmara se pautasse por este tipo de relacionamento e que sem pejo ou quaisquer considerações sejam capazes de expor o que são os seus pensamentos e suas convicções em relação ao que julgam que melhor será para as pessoas e que se consigam manter com o debate vivo, que sempre souberam manter, mas necessariamente dentro do quadro que foi sempre o modelo da sua relação, pensando que Oeiras tem a ganhar com isso e os seus munícipes saberão sempre reconhecê-lo sendo esta a razão de se sentir bem consigo próprio, e responsável enquanto o mandato que lhe foi outorgado.-----

-----Espera também continuar a ter e está certo que assim acontecerá o corpo de funcionários da Câmara que neste período foi de facto o sustentáculo da actividade que aqui manteve, que com este tipo de relação que por diversas vezes passa para além do dever, para uma relação que passa para o domínio da amizade e na colaboração mais estreita, desejando a todos os funcionários da Câmara e empresas municipais, que nesta sala por vezes também é decidido o seu futuro, os quais também contribuem para o enriquecimento deste Município, anónimos, aos Senhores Vereadores que continuam, aos que deixam o Executivo, ao Senhor Presidente que não está presente, mas que o está sempre na sua relação de trabalho, que tenham as maiores venturas e felicidades na sua actividade e um Bom Ano para todos.-----

**14 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BICÓ DA COSTA: -----**

-----O Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa iniciou a sua intervenção começando por

reiterar a declaração que apresentou na última reunião e agradecer as palavras de amizade que recebeu ao longo desta reunião, as quais reflectem obviamente toda a amizade sentida por todos ao longo destes quatro anos. -----

----- Referiu que, muito para além das divergências políticas ou partidárias, existe um sentimento de amizade que é necessário salientar e que da sua parte irá ser muito preservado, isto é, mantém-se completamente à disposição de todos para o que for necessário, mesmo que seja em prol da própria Câmara, uma vez que o bem comum ultrapassa em muito o aspecto pessoal. -

----- De seguida, desejou um bom trabalho e todos os sucessos para o novo Executivo desta Câmara, bem como para todos os funcionários da Câmara, empresas municipais e SMAS deixa um abraço de amizade. -----

----- Por último, salientou o prazer que teve em trabalhar com o Senhor Presidente ao longo destes quatro anos, julgando ter-se conseguido, por sua vez, criar um relacionamento que vai para além do trabalho e do normal do dia a dia, ou seja, uma amizade pessoal que irá preservar ao longo dos tempos. -----

#### **15 - INFORMAÇÕES - SR<sup>a</sup>. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO: -----**

----- A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto iniciou a sua intervenção, começando por testemunhar como foi gratificante trabalhar e pertencer a esta equipa, felicitando ao mesmo tempo todos os colegas e funcionários desta Câmara, pois considera que foi notável o empenhamento pessoal, a dedicação que deram a esta causa pública que é, afinal, o Poder Local, sendo evidente que por vezes e mais em concreto no que diz respeito aos colegas de vereação, nem sempre estiveram de acordo com as suas propostas, alegando que estas são as diversas situações que melhor tem a democracia, ou seja, no fundo é o mais enriquecedor que ela tem. ----

----- De seguida, salientou a cordialidade com que decorreram as reuniões neste mandato e até mesmo a amizade que vai subsistindo, esperando que subsista ao longo das suas vidas, uma vez que estas relações institucionais não deixam de ser também relações pessoais, sendo por essa



razão bonito que essa cordialidade e amizade subsista sempre. -----

-----Para terminar, desejou a todos os colegas Vereadores que não vão permanecer no próximo mandato as maiores felicidades pessoais, familiares e profissionais nas novas etapas das suas vidas e um Bom Ano para todos. -----

**16 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR TAVARES SALGADO.**-----

-----O Senhor Vereador Tavares Salgado, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção dirigida ao Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores:-----

-----“Algumas palavras necessariamente curtas dado tratar-se da última reunião deste executivo com a minha presença, agradecendo desde já as palavras extremamente simpáticas e afectivas que me dirigiram e que muito me sensibilizou. -----

-----Uma primeira palavra para Vossa Excelência Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais para lhe agradecer reconhecidamente a confiança que em mim depositou integrando-me na sua lista à Vereação da Câmara, em três mandatos seguidos. Foi para mim uma honra pertencer às equipas presididas por Vossa Excelência durante cerca de nove anos e direi mesmo que foi um privilégio ter sido seu Vice-Presidente. Espero não o ter desiludido. Não posso deixar de muito sensibilizado agradecer a estima e amizade com que me privilegiou. -----

-----Felicito-o mais uma vez pela sua vitória nas últimas eleições autárquicas com o pleno das Freguesias, sete mandatos na Câmara e uma maioria absoluta, absolutíssima na Assembleia Municipal que é o justo reconhecimento e o justo prémio que os Municípes de Oeiras quiseram testemunhar, como forma de manifestação de muito apreço pelo trabalho desenvolvido em prol dos Municípes e do Município. -----

-----Aproveito para desejar a Vossa Excelência as maiores felicidades e sucessos pessoais e políticos. -----

-----Uma segunda palavra para a Senhora Vereadora e Senhores Vereadores do PSD a quem neste momento agradeço toda a colaboração e apoio, a muita estima e amizade que sempre

me manifestaram durante estes dois mandatos. -----

----- Conseguimos formar uma equipa coesa em torno do nosso Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais procurando dar-lhe todo o apoio possível. Ao Senhor Vereador Professor David Justino que também deixa este executivo, felicito pelo trabalho desenvolvido na erradicação das barracas, ficará com certeza na história deste município. Formulo votos de muitas felicidades e dos maiores êxitos à Senhora Vereadora e Senhores Vereadores que vão continuar neste novo mandato que se vai iniciar na sexta-feira próxima. -----

----- Uma terceira palavra para o Senhor Vereador Arnaldo Pereira, para lhe manifestar o meu reconhecimento e a minha amizade pela sua colaboração, e grande consideração pela forma extremamente afável com que consigo sempre tratou todos os assuntos de serviço e não só. -----

----- Desejo ao Senhor Vereador as maiores felicidades e maiores sucessos no próximo mandato. -----

----- Uma quarta palavra à Senhora Vereadora e Senhores Vereadores do PS, em primeiro lugar que me relevem qualquer atitude menos correcta da minha parte em reuniões de Câmara menos calmas e em segundo lugar para lhes agradecer a forma correcta, simpática e cordial que comigo tiveram. Desejo aos que ficam um mandato feliz e ao Senhor Vereador Jorge Bico da Costa que também deixa esta Câmara, as maiores felicidades pessoais, profissionais e um abraço amigo. -----

----- A todos os Senhores Vereadores agradeço a forma como me facilitaram a condução das reuniões de Câmara quando tive de substituir o Senhor Presidente. -----

----- Como sabem mantereirei as funções de Presidente da Fundação Marquês de Pombal e como tal a todos peço que apoiem a Fundação Marquês de Pombal. Conto com todos os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente nesta missão a que me dedicarei com determinação.

----- Por último uma palavra para os Senhores Dirigentes e demais funcionários, trabalhadores da Câmara, dos SMAS e das Empresas Municipais a quem agradeço



reconhecidamente toda a colaboração que me prestaram e a quem desejo os maiores sucessos neste ano de dois mil e dois.-----

-----A todos levo no coração”.-----

-----Neste momento saiu da sala o Senhor Vereador Emanuel Martins.-----

#### **17 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DAVID JUSTINO.**-----

-----O Senhor Vereador David Justino iniciou a sua intervenção apresentando um balanço das políticas de habitação, onde estão destacados alguns aspectos interessantes, pensando que, nesta altura, em que completa oito anos de vereação e terminado o seu mandato é o momento de dar alguma continuidade a diversas coisas que foram adquiridas. Opinou que em termos pessoais tem a sensação que durante estes oito anos cresceu mais humanamente, porque foi uma experiência muito gratificante, no que diz respeito ao relacionamento que houve entre todos os Vereadores no seu dia-a-dia, com os serviços, instituições e acima de tudo com os moradores e neste sentido, frisou que não há número, não há gráfico que possa retratar a riqueza dessa experiência.-----

-----Quanto ao que fica, ao que se deixa, salientou que aqui seria bom que se tivesse um pouco de consciência de como é que as coisas se fazem, porque muitas vezes só se tem consciência delas depois, embora não seja apologista de se ter tudo planeado, pois a política faz-se, constroi-se no dia-a-dia de modo a que se ajuste aos desafios que vão surgindo, tendo por essa razão grandes reservas quando tudo parece que está planeado, e, na sua opinião esta não é uma boa política de quando tudo se passou tudo parece ter lógica, porque é feito depois, esta é a visão do historiador.-----

-----De seguida apresentou alguns números relativamente às cinco mil barracas recenseadas em mil novecentos e oitenta e seis, que passaram para cerca de três mil cento e sessenta e cinco em mil novecentos e noventa e três, e após o apuramento efectuado hoje há apenas cento e cinquenta e quatro barracas, observando que é este o número que espera venha a

ser diminuído até à estaca zero nos próximos meses. -----

----- Continuando alegou que, destas cento e cinquenta e quatro barracas existe um problema que consiste no planeamento que fez no sentido de que precisamente tudo estivesse pronto o mais tardar no primeiro semestre de dois mil e um, havendo de facto um atraso e ele existe devido ao facto de por muitos analistas, sociólogos, economistas, que se tenham há sempre algo que não se está à espera, isto é, no que diz respeito à realização de empreendimentos de habitação social, tem que se ter uma capacidade de poder planear o trabalho com dois/três anos de antecedência, sendo óbvio que, quando se faz este planeamento muitas vezes existem determinado tipo de fenómenos que não se prevêem. Opinou que uma das razões porque houve este atraso foi pelo facto de que se estava à espera que o peso e a dinâmica demográfica das famílias africanas pudesse manter-se o mesmo, ou seja, que o número de filhos por casal pudesse ter tendência a reforçar o seu peso no conjunto. O que foi feito, salientou foi programar as tipologias de cada empreendimento, com um peso significativo das tipologias mais altas, isto é, T Três e T Quatro.-----

----- Esclareceu que, o que veio a acontecer foi que houve dois fenómenos muito interessantes e que são, em primeiro lugar, o fenómeno de realojamento junto de famílias nomeadamente africanas o qual tem um efeito de contenção da taxa de fertilidade, ou seja, após o realojamento o número de filhos por casal tende a diminuir. Em termos relativos, as famílias portuguesas apresentam uma taxa de fertilidade relativa superior já à das famílias africanas, sendo esta a situação que veio inverter um pouco parte desta previsão. O outro fenómeno deve-se ao facto do recenseamento ter sido feito em noventa e três; passaram-se oito anos e o que veio a acontecer foi que alguns filhos abandonaram a casa dos pais, dando origem a que um T Dois ou T Três, passa-se a ser um T Um, porque fica só um casal ou um isolado, o que vai dar origem a que haja uma diminuição do peso das tipologias altas. Por esta razão, o que aconteceu é que se ficou com tipologias T Três e T Quatro a mais havendo carência de tipologias T Zero, T Um e T



Dois, o que levou a que se construísse um número de fogos mais do que suficiente para se fazer o realojamento, mas devido a este desfasamento ainda há cento e cinquenta e quatro famílias, a maior parte delas são para T Zero e T Um por realojar, motivado por um erro de cálculo que, no fundo, tem que se reconhecer que foi feito. -----

-----Para além desta situação, referiu que houve quarenta casos de famílias que estando no PER foi suspenso o seu realojamento, pela simples razão de que na altura em que foi feito o recenseamento, em noventa e três, foram consideradas muitas situações de casas que estavam num nível de degradação razoável, casas estas que eram propriedade privada e em regime de arrendamento, prevendo-se sempre que haveria a hipótese de se chegar a acordo com os proprietários, em que a Câmara assumia o realojamento daquelas famílias e os proprietários poderiam reconverter essas mesmas casas ou destruindo, ou construindo por cima. Observou que por uma questão de precaução foram introduzidas estas situações e o que veio a acontecer foi que em muitos casos de protocolos frequentes entre a Câmara e empresas foi possível fazer estes realojamentos, mas noutros não foi, ou seja, até durante algum tempo foi, mas teve que parar esse processo pela simples razão de que ao realojar-se uma família que estava em situação precária, tenta-se como é óbvio começar a realojar os restantes mas ao chegar-se ao local verifica-se que já estava outra família a ocupar o fogo, que entretanto ficou devoluto, chegando-se à conclusão que o que se estava a fazer era facilitar a vida ao senhorio, pois de cada vez que entrava um novo morador ainda aumentava a renda, sem investir qualquer importância. -----

-----Referiu que, para estes casos o que se fez sem prejuízo do direito que ainda assiste neste casos, era não realojar as famílias, de modo a que se pudesse chegar a um acordo, isto é, por cada família realojada ou se emparedava a casa, ou ia abaixo, ou então havendo um compromisso por parte do proprietário de que vai reconverter, melhorar as condições e desta forma ou através do RECRUA ou de outras condições poder existir aqui uma compensação relativamente ao custo de realojamento e ao custo da reconstrução. -----

----- Prossequindo, frisou que estas quarenta famílias ainda estão nestas condições, não considera que sejam casos muito graves, dado que os que considera graves, nomeadamente resultantes de derrocadas, situações de segurança complicada esses sim foram resolvidos. No caso concreto da Pedreira Italiana houve moradores cujas habitações precárias estavam previstas ser demolidas, mas eles resistiram e o que a Câmara acabou por dizer foi que permanecessem no local, com a condição de que mais tarde ou mais cedo iria ser resolvida a questão, não havendo de facto uma urgência rápida, até porque não são barracas, são sim habitações clandestinas precárias, não afectando em nada ao nível da saúde pública, estando convicto que mais tarde ou mais cedo alguns casos terão que ser retomados, ainda que dentro do plano de realojamento eles tenham sido excluídos. -----

----- Seguidamente opinou, que o que importa salientar é que se atingiu este objectivo mas atingiu-se com que política, com que recursos e quais as consequências? Porque ao fazer-se uma determinada opção há consequências positivas e negativas e é neste sentido que vai tentar traçar algumas ideias e acima de tudo colocar a questão: Que futuro para esta situação? -----

----- Ao nível da construção aludiu que houve praticamente três períodos, sendo deste modo que se conseguiu realizar esta tarefa. Até noventa e oito o ritmo de construção era muito baixo, ou seja, não atingia sequer os setenta ou oitenta fogos por ano e durante quatro anos nem os havia construído. A partir de oitenta e nove e decorrente de opções políticas feitas dois/três anos antes, a Câmara passou para um ritmo entre oitenta e nove e noventa e cinco, ritmo este que andava entre os duzentos e oitenta, trezentos fogos, havendo um quebra em noventa e seis, noventa e sete devido à reconversão do PER e recurso aos CDH's, passando posteriormente para um ritmo que anda em torno dos quinhentos, seiscentos fogos por ano, ou seja, em noventa e nove atingiu-se a construção de setecentos fogos por ano tendo sido o máximo que se fez, mas este ritmo vai diminuindo de certa forma e o grosso deste esforço foi feito praticamente entre noventa e sete e dois mil e um. -----



-----Observou que, deste conjunto, três quartos desta construção se destinou a arrendamento, um oitavo para venda da CMO e mais outro oitavo de venda em CDH. Até noventa e dois construiu-se mil quatrocentos e cinquenta fogos, entre mil novecentos e oitenta e três e dois mil e um foram construídos cerca de três mil e duzentos fogos, estando neste momento em construção mil e cem fogos, que dentro dos próximos dois anos poderão ser distribuídos, uns para arrendamento, outros para venda. -----

-----Em termos de recursos financeiros, referiu que até mil e novecentos e noventa e três nas políticas de habitação social, gastou-se cerca de sete milhões de contos e foram investidos entre noventa e quatro e dois mil e um cerca de vinte e dois milhões de contos, ficando por contratar com investimento, do que está em construção, cerca de cinco milhões e meio de contos.

-----Para além dos recursos físicos e dos recursos financeiros, destacou em particular o papel dos recursos humanos, ou seja, com que pessoas tudo foi feito, se bem que seja um esforço que envolve toda a Câmara, não sendo portanto um problema restrito à habitação, mas tem que salientar aqui o papel do Departamento de Habitação. -----

-----Em mil novecentos e noventa e três o Departamento de Habitação tinha quarenta e quatro funcionários, entre técnicos superiores e administrativos, onde estão desde o motorista ao contínuo, etc., não fazendo qualquer distinção entre ninguém, atingindo-se desde esta data quarenta e nove funcionários. Opinou que, para além do aumento destes cinco funcionários a proporção entre técnicos superiores e técnicos sem formação superior houve um processo de qualificação deste quadro humano, sendo óbvio que o custo das despesas com pessoal evoluíram um pouco, como também evoluiu a despesa da função pública em geral, mas no quadro da Câmara a relação das despesas com pessoal no total e no caso concreto da Habitação em noventa e três representava três e meio por cento, passando para quatro vírgula dois por cento, podendo-se considerar que houve um ligeiro aumento, o que traduz que este facto não foi tanto pela progressão da política de recursos humanos da habitação, mas foi acima de tudo pela política de

alguma contenção de recursos humanos da própria Câmara. -----

----- Prosseguindo, disse que há uma medida de produtividade que considera ser importante, ou seja, por cada unidade de custo de pessoal, quanto é que se geriu em termos de unidade de investimento sendo esta é a principal medida, a saber, pois há um serviço que constrói, promove, tem custos ao nível do investimento e um conjunto de pessoas. Em mil novecentos e noventa e três, por cada unidade de custo de pessoal gerava quinze unidades de investimento, no ano de dois mil, trinta e seis unidades de investimento, o quer dizer que a produtividade se duplicou, isto é, o parque habitacional passou de cerca de mil e setecentos para quase três mil e quatrocentos fogos, podendo-se dizer que duplicou, enquanto que o número de funcionários passou praticamente dos quarenta e quatro para os quarenta e nove, o que vem demonstrar uma vitória de uma equipa que se dedicou e trabalhou muito para que toda esta obra fosse concretizada. -----

----- De toda esta situação frisou que o importante é que os ganhos de produtividade que se conseguem na administração pública são possíveis, sendo esta mais uma razão para que enquanto houver margem de manobra para se fazer um bom serviço público, ninguém o convence que uma empresa privada pudesse fazer melhor. -----

----- No que diz respeito ao aspecto político, salientou que a primeira prioridade foi a erradicação das barracas, pois se tal não tivesse acontecido e no prazo em que foi feito, haveriam graves consequências, nomeadamente ao nível do valor humano, ambiental, saúde pública, criação de oportunidades, investimento, etc., considerando este valor inestimável, valendo a pena, quando por vezes se diz que algo poderia ter ido mais rápido do que deveria ser e sem saber o que é que vai acontecer, observar que foi com esta política que se evitou muitos custos ao nível ambiental, dos custos de segurança, de saúde pública, salubridade, sublinhando que foi com este ritmo que se trabalhou, ou seja, quanto mais depressa se fizesse melhor, porque os custos que se eliminam são relativamente grandes, dando o exemplo de certas desavenças que



existem em determinados bairros sociais de outros concelhos, o que não quer dizer que em Oeiras também não possa vir a acontecer, mas existem menos probabilidades, opinando que não está de forma alguma arrependido de todo este trabalho ter sido feito ao ritmo que foi, só tendo pena de não ter cumprido o prazo que tinha imposto a si próprio. -----

-----Continuando, realçou ainda o factor político no que diz respeito à erradicação das barracas, não foi uma prioridade total, ou seja, houve ao longo dos últimos quatro anos e em alguns casos até um pouco mais atrás a oportunidade de esboçar os fundamentos de políticas denominadas pós-PER, não estando à espera que o PER terminasse para implementar desde logo políticas que pudessem ter continuidade após ter terminado as barracas. Frisou que aqui houve três programas fundamentais que foram, a habitação jovem e neste caso considera que há um problema grave, que se deve ao facto de muitos jovens optarem por viver nos concelhos limítrofes, pensando que para esta situação tem que se encontrar um travão parcial, precisamente para reter parte desta população, entendendo que esta é uma política a que se tem que dar continuidade. -----

-----No caso do Programa Habitação Jovem, referiu que aqui atingiu-se mil cento e quarenta e cinco inscrições, estando neste momento feitas cento e noventa e uma atribuições e ainda estão programados mais trezentos e quarenta e nove fogos em construção para outra fase, o que quer dizer que ainda é possível atribuir mais alguns fogos, mantendo este concurso, uma vez que está sempre aberto; logo, é possível dar-lhe continuidade.-----

-----O segundo foi um programa de venda, que decorreu da ideia de o realojamento ser uma fase transitória da vida das pessoas, isto é, as que têm êxito ao nível do emprego, do ensino, rendimentos, etc., deveriam de ter a oportunidade de poder adquirir a sua própria casa, daí esta situação ser transitória para algumas famílias, alegando que algumas já o conseguiram e neste sentido, já se fez neste programa de venda duzentas e noventa e oito atribuições, estando para venda mais trezentos e dezasseis fogos, como já disse anteriormente. -----

----- Por último, opinou que de uma iniciativa que tomou em noventa e cinco, criou-se o Observatório da Habitação, o qual tinha como objectivo sistematizar, recolher e tratar a informação que ia chegando dia-a-dia de pessoas, que fora do PER, manifestavam carências ao nível da habitação social. Neste caso concreto, aludiu que, neste momento, no Observatório o qual está devidamente informatizado estão inscritas novecentas e dez famílias e nas situações de risco social, nos últimos anos conseguiram-se realojar quarenta e cinco famílias. Referiu que estas famílias não estavam incluídas no PER e que foram realojadas porque eram casos pontuais, de extrema gravidade, de risco social, estando neste momento em condições dado o excedente de oferta de habitação, de não olhar para as barracas, mas sim para as muitas carências que existem e para as quais tem que se encontrar uma resolução. -----

----- Continuando, observou que, para um bom realojamento tem que haver um bom projecto de construção, não só para satisfação das famílias, embora este seja o objectivo principal, mas acima de tudo para se poder pensar que, acima de tudo, o desafio que se tem pela frente é o da conservação e reabilitação, logo, quanto melhor se construir menos custo vai existir no futuro, ou seja, também vão ter que ser feitas reabilitações, mas aí o custo será sempre menor, realçando que, proporcionalmente, gasta-se menos verba neste momento, do que há cinco atrás, e isto é possível devido à qualidade que o parque habitacional tem, tanto nos arranjos exteriores, mas fundamentalmente como no tipo de materiais que são utilizados no interior, dando como exemplo a substituição que foi feita ao nível do soalho, utilizando-se neste momento mais os produtos cerâmicos e vez dos parquês, há uma especial atenção ao nível dos móveis de cozinha, das aduelas das portas, ou seja, há pequenos pormenores que permitem dizer, que presentemente é mais difícil estragar um fogo do que era há cinco anos atrás, o que vai traduzir uma diminuição de custos e aumento de qualidade. -----

----- De seguida focou o problema da gestão social de proximidade, no caso de Oeiras há uma dimensão óptima no parque habitacional, e isto para não haver os problemas que Lisboa e



Porto têm, onde aí este é de tal forma grande que tem que ter uma gestão mais administrativa, mas no caso concreto de Oeiras, tem uma gestão próxima dos moradores, ou seja, há a hipótese de uma equipa coesa e aguerrida poder conseguir junto dos moradores níveis de satisfação e, acima de tudo, poder actuar-se não com a apresentação das más situações, mas sim ter uma atitude preventiva relativamente às próprias situações de risco social.-----

-----Em relação a determinadas posições que tomou ao longo do seu mandato não está nada arrependido de as ter tomado, embora tenha havido de facto alguma rigidez, mas esta teve a ver fundamentalmente com a necessidade de se ter critérios uniformes e universais, devendo pensar-se que cada caso é um caso e ter a sensibilidade de que em alguns casos tem que haver uma atenção especial e não andar sujeitos a critérios e também pelo facto de que no global tem que ser exigente com as famílias, para que elas também possam exigir, observando que só tem sentido ser-se exigente com os moradores se se tiver capacidade para ter um serviço de qualidade para as mesmas e acima de tudo ter-se a capacidade de, face aos problemas existentes, poder-se actuar; deste modo, sublinhou que vale a pena apostar na conservação e actuar logo.-----

-----Salientou que, e a propósito desta situação, há quem fique deslumbrado que por cada família que abandone um fogo a Câmara faz obras, repondo o fogo tal como estava, o que traz vantagens não só no estado de conservação do fogo, mas também o nível de satisfação da família é muito maior e a resistência em ir para um fogo já usado é menor.-----

-----Prosseguindo, aludiu que ao fim de todos estes anos de habitação há um princípio que é importante ainda que discutível, ou seja, ninguém integra ninguém se não quiser, ou melhor, só é integrado quem quer e sobre este aspecto por vezes é confrontado com problemas como sejam de ordem cultural, social etc., havendo aqui que ter alguma paciência quando se é confrontado com esta realidade. Sendo assim, independentemente dos investimentos que se pode fazer num campo de jogos, num centro comunitário, num equipamento para uma associação, etc., deverá haver uma certa calma uma vez que cada bairro tem uma própria história, embora, os

dois, três primeiros anos sejam sempre muito complicados, mas à medida que o tempo vai passando vai-se consolidando, frisando por exemplo o Alto da Loba que é um caso paradigmático, não só pelas intervenções que foram feitas, como também pelas complicações que por vezes surgiam, isto há uns anos atrás, porque neste momento verifica-se que houve uma evolução, podendo-se concluir daqui que para os factores da integração social o factor decisivo é o tempo. -----

----- Continuando, destacou um factor muito importante em relação a esta matéria, é que a Câmara não dá nada, tem é que criar oportunidades, sendo importante que na habitação social se tenha esta consciência, o que existe de facto é uma relação contratual e cívica, ou seja, está-se a trabalhar com cidadãos que acima de tudo, são pessoas que têm um contrato com a Câmara, logo se houver responsabilidade de parte a parte, tudo decorre normalmente. Referiu que também se deve ter em conta que a Câmara está a criar uma oportunidade, que é agarrada pela esmagadora maioria destes moradores, se bem que também haja alguns que não a querem agarrar, e desta forma, o modo com que esta oportunidade deve ser aproveitada está muito dependente de cada um, opinando que também se deve ter a consciência que a maior parte das pessoas a agarra e aí consegue com que a sua vida tenha uma grande mutação, enquanto que há outros, mesmo com um certo apoio que nunca irão conseguir chegar até aqui, esperando que estes sejam cada vez menos. -----

----- De seguida, frisou que se passou de um parque habitacional que não atingia os trezentos e cinquenta fogos em mil novecentos e oitenta, andando perto em mil novecentos e noventa dos mil fogos, em mil novecentos e noventa e três, haviam mil quatrocentos e cinquenta fogos e neste momento há cerca de três mil e trezentos fogos, como ainda faltam alguns, será de atingir o máximo de três mil e quinhentos. Referiu ainda que periodicamente entre os oito/dez anos, a perspectiva será fazer reabilitações globais, que de certa forma vão criar um novo ciclo para mais alguns anos, dando o exemplo da mudança da cor do Bairro do Pombal, e aqui não foi



só o problema de se mudar a cor, a questão que se coloca é que se o problema for logo atalhado as pessoas começam a ganhar gosto, ficando inibidas de pôr os Graffits nas paredes, considerando que é muito melhor ter esta política do que políticas de penalização. -----

-----Por último, aludiu que a geografia do concelho foi alterada, pois das três mil e tal barracas que existiam, a esmagadora maioria estavam nas freguesias de Carnaxide, Cruz-Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha e Queijas e o que se pode verificar neste momento é que há outra geografia, em que tem um pouco em Caxias, Oeiras, Paço de Arcos e Porto Salvo, ou seja, quatro freguesias que tinham poucas barracas, têm um peso excepcional neste momento de habitação social, enquanto que outras que tinham muitas barracas algumas delas não têm um único fogo de habitação social, como é o caso de Algés, Queijas, Cruz-Quebrada e Linda-a-Velha, sendo Carnaxide a única que está equilibrada-----

-----Salientou que esta situação se deve, em primeiro lugar com á localização dos terrenos e em segundo ao fenómeno das barracas ser um fenómeno que vinha do centro de Lisboa para os arredores, logo quanto mais próximo estiver de Lisboa maior é a intensidade do fenómeno.-

-----Relativamente às rendas, não obstante as críticas que lhe foram feitas, observou que nesta área os problemas deixaram de existir, a não ser em alguns casos pontuais que esses irão existir sempre, o que veio a originar a que os moradores percebessem quais eram as regras, e entenderam também que não há uma regra para um bairro e outra para outro, sendo este o grande foco de conflito, porque não havia plena uniformidade de critérios. -----

-----Quanto a questões mais economicistas, alegou que em noventa e três, uma receita que andava à volta de cento e trinta, cento e quarenta mil contos, e neste momento há uma receita de cerca dos quatrocentos mil contos, os quais dão para pagar ao pessoal que está afecto a este serviço, os cento e tal mil contos que se gasta em reabilitação e reparação de fogos e ainda dá para pagar cerca de cem mil contos em amortização, o que é manifestamente bom, não

obstante ter-se uma renda média que anda à volta dos doze contos. -----

----- Por último, salientou que relativamente ao futuro da habitação há que ter uma visão estratégica, pois há serviços que estavam vocacionados e estruturados para desempenhar um determinado objectivo e neste momento já estão em condições para que nos próximos três/quatro anos possam adoptar as políticas que já estão delineadas, havendo portanto uma solução de continuidade e não de rotura. -----

----- Após estes quatro, cinco anos será importante encontrar ao nível orgânico soluções mais expeditas e acima de tudo melhor articulação ao nível de todos os serviços, visando a melhoria deste tipo de actuação, sendo este o grande desafio que está na frente. -----

----- Salientou que se sente extremamente compensado pelo trabalho que teve, em primeiro lugar porque teve um Presidente que acreditou nele, não obstante em alguns casos ter colidido com as suas opiniões, pois teve a arte e o engenho de o responsabilizar perante as opções que achava que seriam as mais adequadas, dando-lhe acima de tudo liberdade e confiança para além da muita amizade que tem para com ele. -----

----- Em segundo lugar, esta é uma obra do Executivo, pois independentemente das divergências que possam existir, julga que se conseguiu relativamente a determinados aspectos estratégicos entendimentos, observando que houve aqui um fenómeno de concertação política que reconhece e assinala, pois não obstante haver alguns desentendimentos em determinados aspectos, há aspectos centrais sobre os quais não têm grande divergências. Este factor coloca-se relativamente ao Executivo, mas também em relação à Assembleia Municipal, recordando que até noventa e quatro cada proposta de habitação social que era apresentada era um ponto de discórdia, um combate político, o que em sua opinião era pouco realista e talvez muito fabricada, mas o combate político é isso mesmo e felizmente no caso da habitação social, conseguiu-se criar algum consenso em torno de questões fundamentais que veio fazer com que tudo isto fosse possível, não havendo aqui portanto nenhuma força política que se possa excluir totalmente



desse mesmo consenso, agradecendo deste modo, todo o apoio que de todos existiram independentemente de quem em questões parciais e mais específicas pudesse haver votos contra, abstenções, etc.. -----

-----De seguida destacou a equipa com quem trabalhou, opinando que teve a melhor equipa ao nível de habitação social que existe em todo o país. Dos quarenta e nove funcionários, vinte e cinco entraram ao longo deste oito anos, havendo portanto uma renovação, mas o resultado que se alcançou teve também a haver com a gana e o sangue fresco, com que muita gente jovem acabou por integrar o Departamento de Habitação. A média de idades dos funcionários é muito baixa, devendo-se o êxito também a esta realidade, uma vez que se conseguiu conciliar um conjunto de pessoas que vinha de trás, com uma cultura própria, conseguindo ajustar-se aos novos tempos, com gente nova e com muita qualidade, e que está pronta para avançar, esperando que a futura Câmara e os futuros dirigentes consigam encontrar os incentivos, o alento e a motivação que é necessária para esta nova fase, julgando que esta nova fase é mais difícil porque é mais rotineira, considerando para si muito gratificante moldar uma equipa para poder trabalhar, se bem que este êxito também se deve aos moradores e a muitas instituições. -----

-----Agradeceu a todos os dirigentes, Director de Departamento, Chefes de Divisão, a todos os técnicos e funcionários do Departamento de Habitação o facto de lhe terem dado a oportunidade e a honra de com eles ter trabalhado, pois foi realmente uma experiência excepcional. Agradeceu também a todos os funcionários da Câmara pela colaboração que lhe prestaram, pois o trabalho não se faz em casulo. -----

-----Por último, e fazendo alusão à parte menos política e mais pessoal, observou que há algum tempo disse que os professores universitários têm alguma arrogância, relativamente à forma como lidam com os que não são académicos, pela razão de pensarem que ao saírem da Universidade sabem muito, sublinhando que a experiência que teve oportunidade de ter ao longo

destes oito anos, ensinou-o a perder esta arrogância uma vez que aprendeu muito, quer em termos técnicos, políticos e humanos, agradecendo mais uma vez aos que consigo compartilharam esta experiência, pelo facto de o terem acompanhado e ajudado também nesta perspectiva.-----

----- Para os Vereadores que são da oposição, frisou que, por diversas vezes, houve discussões um pouco mais acirradas, se bem que há críticas mais justas, outras injustas e nestas situações salientou que o que se pode fazer independentemente de onde venham é racionalmente saber-se aproveitar o que há de positivo. Opinou que em muitos casos estas situações aconteceram, reconhecendo que em muitas das ideias todos foram responsáveis por elas, não se querendo arvorar como sendo o responsável e único detentor das mesmas. -----

----- No caso concreto do Vereador Jorge Bico desejou as maiores felicidades. Ao seu amigo e companheiro Arnaldo Pereira agradeceu a grande e profunda amizade que foi estabelecida ao longo destes anos, pensando que as amizades não se agradecem, isto é, alimentam-se, e o facto de estarem com destinos diferentes é um símbolo de união, estando convencido que vai poder continuar a contar com o seu profundo reconhecimento e amizade ao longo do tempo. -----

----- Em relação aos seus companheiros de partido, os que estão presentes e à Doutora Virgínia de Carvalho, que fez parte do mandato anterior, afirmou que tem uma grande dívida de gratidão nos êxitos e sucessos que puderam partilhar ao longo destes anos, confessando que foi uma grande honra, levando-os no coração precisamente porque sempre sentiu da sua parte, mesmos em períodos mais ou menos bons que estavam dentro de uma equipa, sendo só o futuro que poderá dizer que existe uma amizade bem alimentada e uma solidariedade bem sustentada. -

----- No que diz respeito ao Senhor Presidente, deixou uma palavra especial de apreço, porque, em primeiro lugar, foi quem o convidou para integrar as listas do PSD, em segundo, porque foi ele que acreditou e que apostou em si, embora em algumas situações talvez não



tivessem a mesma perspectiva optou da mesma forma, e aí sublinhou que as dívidas de confiança são dívidas que nunca são pagas e neste sentido julga que o apoio de confiança e amizade que o Doutor Isaltino Morais teve para consigo é algo que leva consigo, vai mantê-la, alimentando-a cada vez mais como é natural, para que, mesmo no futuro, se poder ser útil ao município que o viu nascer, no que estiver ao seu alcance ainda poderá dar muito, tendo sempre a porta aberta para poder colaborar com todos, precisamente por gratidão, amizade, solidariedade política e institucional, invocando para melhor entender esta situação, uma pequena frase é que “Quando se quer e quando se ama, é mais fácil abraçar a lua do que olhar para o nosso umbigo”, pensando que ao longo de todo este tempo, quando se trabalha por amor consegue-se mesmo não só tocar a lua, mas abraçá-la, sendo esta a experiência que teve e que desejaria assinalar. -----

-----Neste momento saiu da sala o Senhor Vereador Jorge Bico da Costa. -----

**18 - PROPOSTA Nº. 1503/01 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM A SIC FILMES PARA PATROCÍNIO DE TELEFILME: -----**

-----Esta proposta por sugestão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

**19 - PROPOSTA Nº. 2378/01 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 31/01 - INSTAURADO A DANIEL SIMÃO LOURENÇO FIGUEIREDO: -----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Nos termos do artigo décimo, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro, proponho que seja aplicada ao trabalhador Daniel Simão Lourenço Figueiredo, a pena de despedimento com justa causa, nos termos dos artigos vigésimo, do Decreto-Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove, e nono, números um e dois, alínea g), do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, em concordância e conformidade com as conclusões proferidas em sede de relatório final do presente processo.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**20 - PROPOSTA Nº. 2553/01 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 18/01 - INSTAURADO A MANUEL SIMÕES DA SILVA RACHADO;**-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicada ao funcionário Manuel Simões da Silva Rachado, a pena de repreensão escrita, nos termos do artigo décimo primeiro, número um, alínea a), artigo décimo segundo, número um, e artigo vigésimo segundo todos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, em concordância e conformidade com o constante no relatório final do presente processo.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos e favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**21 - PROPOSTA Nº. 2554/01 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 27/01 - INSTAURADO A FERNANDO MANUEL ROQUE RODRIGUES:**-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta::-----

----- “Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicada ao funcionário Fernando Manuel Roque Rodrigues, a pena de repreensão escrita, nos termos do artigo décimo primeiro, número um, alínea a), artigo décimo segundo, número um, e artigo vigésimo segundo, artigo vigésimo oitavo e alínea b), do artigo vigésimo nono, todos do Estatuto



Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, em concordância e conformidade com o constante no relatório final do presente processo.” -----

-----II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**22 - PROPOSTA Nº. 19/02 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 29/01 - INSTAURADO A ANTÓNIO CANAVEZES MORAIS:-----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicada ao funcionário António Canavezes Morais, a pena de dez dias de multa correspondente a cento e trinta e seis euros e sete cêntimos - (vinte e sete mil duzentos e oitenta escudos), nos termos do artigo décimo primeiro, número um, alínea b), artigo décimo segundo, número dois, artigo vigésimo terceiro, número um e número dois, alínea e), todos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, devendo, no entanto, ser a referida pena suspensa pelo prazo de dois anos nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, do citado diploma.-----

-----Proponho ainda que o funcionário António Canavezes Morais, indemnize a Câmara Municipal de Oeiras no montante de quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos (que correspondem a cem mil escudos) a título de reparação dos danos provocados, incluindo os respeitantes a um dia de imobilização da viatura danificada e que a referida quantia seja liquidada pelo arguido em cinco prestações mensais, a descontar na sua remuneração certa e permanente, no montante de noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos (vinte mil escudos)

em concordância e conformidade com as conclusões proferidas em sede de relatório final do presente processo.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**23 - PROPOSTA Nº. 2449/01 - REQTº.S 5455/01 E 6071/01 APENSOS AO PROCº. 749-PL/98 (2º. E 6º. VOL) - ALTERAÇÃO A UM LOTEAMENTO EM CARNAXIDE: -----**

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda.-----

**24 - PROPOSTA Nº. 2458/01 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA GRATUITA DA ÁREA ADJACENTE AO FORTE DE S. BRUNO: -----**

----- Esta proposta por decisão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada na próxima reunião. -----

**25 - PROPOSTA Nº. 2628/01 - REQTº. 9068/01 APENSO AO PROCº. 618/01 - TERRENOS SITUADOS NA ENVOLVENTE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DE PAÇO DE ARCOS - PROPRIEDADE ATRIBUÍDA AO SRº PROF. LEONEL CANELAS - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Através do requerimento número nove mil e sessenta e oito, de dois mil e um, vem o requerente Leonel Baltazar Canelas, na qualidade de proprietário do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número catorze mil seiscentos e sete, com a área de dois mil metros quadrados, solicitar esclarecimentos quanto à localização, inserção urbanística e condicionantes, do prédio em causa.-----

----- Partindo do pressuposto de uma hipotética intervenção no local, foi analisado o



assunto através da informação técnica número mil duzentos e noventa e cinco, de dois mil e um, da Divisão de Planeamento, considerando-se ser de respeitar um conjunto de condicionantes urbanísticas cuja satisfação seria determinante para viabilizar o licenciamento de uma unidade construtiva para o local, nomeadamente no tocante a condicionantes viárias; condicionantes à edificabilidade, propriedade municipal e infra-estruturas urbanísticas referidas na informação técnica número setecentos e cinquenta e nove, de dois mil e um, da Divisão de Planeamento.-----

-----Considerando-se a análise aos antecedentes e em face da proposta agora apresentada pelo requerente, no tocante a enquadramento urbano, parâmetros, volumetria, afastamentos, terreno municipal e infra-estruturas urbanísticas, concluiu-se que o pedido de informação prévia solicitado, reúne condições no sentido da sua aceitação.-----

-----Deste modo, proponho a Câmara que delibere:-----

----- Aprovar o pedido de informação prévia apresentado pelo requerente, nos termos expressos da informação técnica número mil duzentos e noventa e cinco, de dois mil e um, da Divisão de Planeamento.-----

----- Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**26 - PROPOSTA Nº. 2681/01 - CARTA DESPORTIVA DO CONCELHO DE OEIRAS E RESPECTIVO ENQUADRAMENTO: -----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“Tendo em conta o contexto actual em que se inserem os percursos e os mecanismos do desenvolvimento espacial, nomeadamente a nível local, tanto do ponto de vista do quadro legislativo, cuja tendência é cada vez mais a da desconcentração/descentralização das decisões sectoriais, como no que se refere à diversificação dos próprios interesses das comunidades territoriais, não é mais credível que os processos de desenvolvimento se desencadeiem sem uma

clara definição das estratégias que os devem condicionar e até justificar.-----

----- Assim, os documentos estratégicos, de nível global ou sectorial, são hoje fundamentais como suporte e explicitação das políticas espaciais, nomeadamente no que às Autarquias está cometido no quadro das respectivas competências. -----

----- Nesta lógica processual, as cartas sectoriais passaram a ser fundamentais na compreensão e valorização das propostas de desenvolvimento a diversos níveis, sendo a sua importância muito mais abrangente do que a estritamente técnica, uma vez que deverão destinar-se também ao público alvo das orientações nelas incluídas.-----

----- A proposta de Carta Desportiva do Concelho de Oeiras, hoje apresentada, insere-se neste quadro de preocupações, e pretende, como tal, explicitar:-----

----- Um - As orientações básicas que o Município de Oeiras tem considerado no desenvolvimento da política desportiva local;-----

----- Dois - Os modos pelos quais se tem vindo a concretizar essa política; -----

----- Três - As estratégias futuras para continuar a consolidar e a alargar os objectivos da Política Desportiva do concelho, segundo duas vertentes principais: -----

----- Três.um - Assegurar o desenvolvimento verdadeiramente sustentável da comunidade residente de Oeiras tanto no que se refere ao acesso de todos às diferenciadas práticas desportivas como na estruturação do binómio acesso-prática com vista a assegurar a respectiva competitividade;-----

----- Três.dois - Reforçar e diversificar o papel do concelho no quadro nacional do desporto de alta competição.-----

----- Com este objectivo foi constituída, pelo Presidente da CMO em dez de Março de dois mil, Despacho número catorze, de dois mil, uma Comissão cuja atribuição seria a elaboração de uma versão actualizada da Carta Desportiva do Concelho de Oeiras, a apresentar até finais de Abril de dois mil. Devido a circunstâncias diversas os trabalhos conducentes ao



documento em causa acabaram por sofrer atrasos acumulados, pelo que só nesta altura foi possível apresentar a versão agora disponível.-----

-----Considerando que:-----

-----Um - a presente proposta de Carta Desportiva do Concelho de Oeiras cumpre de forma clara os objectivos considerados essenciais para este tipo de documento;-----

-----Dois - a sua divulgação é importante no sentido do melhor conhecimento dos objectivos da Autarquia para o Sector do Desporto;-----

-----Propõe-se que a presente versão da Carta Desportiva do Concelho de Oeiras seja aprovada.”-----

-----“Nota Introdutória-----

-----O Desporto é uma actividade cuja existência só tem significado através dos indivíduos que a exercem, de forma voluntária e diferenciada, normalmente no contexto do grupo social a que pertencem, onde a prática desportiva é estruturada face a diversos objectivos e valores sociais e culturais.-----

-----Assim, o Desporto é eminentemente um fenómeno social com uma organização sistémica onde os indivíduos se posicionam com diferentes níveis de participação e até de poder, em diversas práticas desportivas, criando seguramente uma das formas de organização mais fortes nas sociedades dos nossos dias.-----

-----Neste Sistema Desportivo é sobremaneira importante a valorização que os indivíduos nele integrados dão à capacidade de concretização dos desempenhos desportivos, nas diferentes práticas ou modalidades, percorrendo um conjunto de níveis desde o formativo até ao competitivo que pode guindar indivíduos e grupos a representantes ou líderes dos níveis em que estão inseridos.-----

-----Do ponto de vista cultural, o lugar do Desporto evoluiu com a própria sociedade, adquirindo valores e significados que foram progressivamente respondendo às novas formas de

organização económico - social, principalmente urbanas, também industriais e em transformação tecnológica profunda rumo às sociedades de serviços.-----

----- Historicamente, assistiu-se, por um lado, à democratização alargada do Desporto, reconhecendo as suas virtudes, não só como motivo de organização e suporte social, mas também como componente duma nova cultura onde o acesso à cidadania plena é para todos e não só para os que cultural ou economicamente dominam a sociedade.-----

----- Por outro lado, esta democratização do Desporto vai abrir caminho à prática competitiva, ao mercado profissionalizante e ao espectáculo, formas diferenciadas de proporcionar recompensa e mesmo pagamento aos praticantes, criando simultaneamente o contexto de inserção do Desporto enquanto actividade também económica, com um largo espaço de representação na organização do mundo global.-----

----- Em qualquer caso, na diversidade que hoje caracteriza o Desporto, existirá sempre lugar às práticas mais informais que, aliás, se vão multiplicando e recriando ou mesmo inovando, numa permanente procura de satisfação do indivíduo face à valorização crescente da saúde física e do papel do meio natural envolvente.-----

----- No domínio da inovação desportiva, como forma de fuga à rotina através da procura da evasão, da aventura e do risco por parte das sociedades urbanizadas, em sintonia com a procura da autenticidade do mundo natural, assiste-se a um misto de recriação e redescoberta da prática desportiva, enquanto parte do processo criativo e, até, artístico.-----

----- Esta diversidade que hoje caracteriza o Sistema Desportivo constitui, ainda, um factor fundamental de transformação do espaço, para além da importância social e cultural, o que implica uma solicitação forte e constante a todos os responsáveis pela organização e gestão dos territórios e das redes de equipamentos desportivos, principalmente ao nível local, no sentido de responder de forma clara e eficaz, desde o lazer e recreação até à competição e espectáculo.-----

----- O Concelho de Oeiras: Contexto Sócio-Económico-----



-----O concelho de Oeiras, situado entre os concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Cascais e confinando com o estuário do Tejo, a Sul, é um dos dezanove concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo com um vírgula cinco por cento da sua superfície e com seis por cento da população metropolitana.-----

-----A vizinhança do estuário do Tejo, sobre o qual se abre “em concha” recebendo, por isso, a temperança dos ventos húmidos, a riqueza dos solos hoje menos recordada e a crescente proximidade a Lisboa destinaram-no, desde cedo, a um papel notável na envolvente da capital. --

-----Se a ocupação do território está registada desde a pré-história, é com a época das Descobertas que Oeiras vê crescer a sua importância como celeiro de Lisboa e como território industrial - Fábrica da Pólvora de Barcarena, exploração de pedreiras e de cal. A necessidade de defesa, por outro lado, criou um cordão de fortes sobre a costa, enquanto no interior a organização do território será cometida a conventos de ordens religiosas, como é de resto usual nesses tempos de incerteza política e social.-----

-----O concelho, criado a treze de Julho de mil setecentos e cinquenta e nove por Carta Régia de Dom José Primeiro, tem como Primeiro Conde de Oeiras, o Ministro do Rei, Sebastião de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, o facto com importância determinante no futuro do concelho tanto no que se refere ao desenvolvimento económico, principalmente agrícola (demarcação da vinha de Carcavelos), como ao enriquecimento urbanístico das vilas ribeirinhas e prosperidade do território rural, com o aparecimento de numerosas quintas cujos vestígios são uma das originalidades marcantes do património histórico concelhio.-----

-----O Século Dezanove foi determinante para Oeiras: com a extinção das ordens religiosas, os conventos tal como os fortes são aproveitados para veraneio da classe burguesa; multiplicam-se, entretanto, as casas apalaçadas, os chalets e as moradias.-----

-----No Século Vinte, a vocação para o lazer, desta feita de cariz mais popular, acentua-se por via do desenvolvimento dos meios de transporte que passam a ligar facilmente o concelho a

Lisboa. Paralelamente, a indústria desenvolve-se com a instalação, na primeira metade do século, de grandes unidades fabris como a fábrica do Papel, a Fundição de Oeiras e a Lusalite. -----

----- A partir dos anos quarenta/cinquenta Oeiras será profundamente influenciado pelo crescimento de Lisboa à custa da imigração de populações do interior do país que procuravam, neste e noutros concelhos vizinhos de Lisboa, condições de fixação mais favoráveis, do ponto de vista económico.-----

----- Hoje, vão longe os tempos de concelho-dormitório, de dependência económica da capital e da indiferença carismática da situação suburbana.-----

----- Oeiras é um pólo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa, onde vivem cerca de cento e sessenta mil habitantes, grande parte dos quais também aí trabalha, predominantemente em actividades terciárias de dominante tecnológica acentuada.-----

----- No final de mil novecentos e noventa e oito, Oeiras ocupava a primeira posição económica na AML, depois de Lisboa, com cerca de seis mil sociedades empresariais, sessenta e nove mil postos de trabalho e um volume de negócios de dois mil e trinta e dois milhões de contos. ----

----- Este quadro empresarial, relativo às sociedades aqui instaladas (cerca de oitenta por cento do total de empresas), refere-se a: -----

----- - Programas Estratégicos de natureza económica como o Parque de Ciência e Tecnologia (inclui o Taguspark) e os Office Park da Quinta da Fonte e do Centro de Lagoas; ----

----- - Empreendimentos Imobiliários de escritórios; -----

----- - Zonas Industriais e Empresariais, ZIE, de Queluz de Baixo e Carnaxide-Portela, de estrutura tradicional, cuja terciarização se tem vindo a acentuar.-----

----- Apenas quatro por cento das empresas do concelho são Grandes Empresas, embora o seu peso quanto ao emprego e volume de negócios atinja os setenta por cento e setenta e cinco por cento respectivamente do total empresarial do concelho. No que se refere às empresas de



I&D, Investigação e Desenvolvimento, em mil novecentos e noventa e nove totalizavam quatrocentas unidades, das quais setenta e cinco por cento correspondiam a empresas C&T, Ciência e Tecnologia -----

-----Considerando o peso das Grandes Empresas, a base tecnológica, a importância institucional, a oferta crescente na cultura e no desporto/lazer, a transformação crescente das estruturas tradicionais e a qualificação dos equipamentos, pode-se afirmar que os traços definidores de Oeiras de hoje conduzem à consideração do concelho de Oeiras como um Meio Inovador.-- -----

-----Um - Oeiras, Território Desportivo -----

-----Considerando que o Desporto tem hoje uma importância fundamental no reforço de valores comunitários, relativamente aos quais se distinguem:-----

-----Um - A prática desportiva é cada vez mais procurada por indivíduos de todos os níveis etários na ocupação dos tempos livres; -----

-----Dois - O desporto, tanto no nível formativo como no competitivo, assume particular relevância na formação física e cultural do indivíduo, proporcionando-lhe maior capacidade de inserção na comunidade a que pertence, bem como maior aptidão para a vivência em grupo; -----

-----Três - O desenvolvimento de programas de apoio à alta competição é fundamental no incentivo à prática desportiva e à promoção da imagem do país; -----

-----Quatro - O apoio às práticas desportivas informais e inovadoras também contribui para o envolvimento de todos os sectores da população na prática desportiva, reforçando por este modo a coesão social; -----

-----Cinco - O crescente sucesso de eventos desportivos constitui simultaneamente um estímulo e um objectivo para todos os que se dedicam à prática desportiva; -----

-----Seis - A prática desportiva é também um factor de enquadramento de outras actividades e de promoção e desenvolvimento dos territórios. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras, reconhecendo o importante papel da prática desportiva, considerou oportuno explicitar, por um lado, os objectivos da Política Municipal de Desporto, tendo em conta o enquadramento do sector a nível nacional, e, por outro, as linhas de orientação para a concretização, hoje e no futuro, desta Política, tendo em atenção todo o conjunto de realizações que permitiram posicionar Oeiras entre os concelhos que mais contam com a prática desportiva para a construção de uma sociedade equilibrada e coesa.-----

----- Uma das preocupações básicas para atingir este objectivo foi a sistematização do conhecimento da realidade desportiva do concelho, tanto no que se refere aos equipamentos como à capacidade associativa para gerir a prática desportiva. -----

----- Para tanto, foram inventariados os equipamentos de utilização pública disponíveis no território concelhio, segundo as tipologias oficialmente assumidas e as respectivas funcionalidades definidas pelo Instituto Nacional de Desporto, bem como as entidades gestoras. Neste quadro distinguiram-se: -----

----- - Instalações Desportivas Artificiais, ou seja, os equipamentos que respondem às orientações da política nacional de desporto para formação de base, para desenvolvimento de actividades monodisciplinares ou para realização de manifestações desportivas de alta competição e de espectáculo; -----

----- - Outros Equipamentos, com funcionalidades desportivas de carácter informal, que complementam a resposta à crescente e diversificada solicitação no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer activo. -----

----- Foram também considerados todos os equipamentos que estão previstos no futuro próximo e que permitem majorar progressivamente a oferta face às necessidades dos utilizadores, munícipes ou outros, uma vez que no concelho de Oeiras está desde já sediado o Complexo Desportivo do Jamor, o mais importante equipamento de competição a nível nacional, prevendo-se que esta valência deva ser reforçada no contexto da aposta na qualificação



territorial. -

-----Um.um - Instalações Desportivas Artificiais-----

-----As Instalações Desportivas Artificiais (IDA) existentes, ou seja, os equipamentos destinados a actividades desportivas organizadas para grupos, em treino ou em competição, de importância local ou regional, foram diferenciadas em:-----

----- Espaços ao Ar Livre - Grandes Campos de Jogos, Pequenos Campos de Jogos, Polidesportivos ou Campos de Ténis, Pistas de Atletismo e Piscinas Descobertas; -----

----- Espaços Cobertos - Pavilhões, Salas de Desporto e Piscinas Cobertas. -----

-----Em qualquer destes tipos de equipamentos, os mais comuns são os que respondem a actividades formativas. Outros foram designados de Equipamentos Especiais, pelas funções especializadas ou excepcionais que detêm, tanto a nível do concelho, como a nível regional, nacional ou mesmo internacional. Aqui também se incluem todos os equipamentos da orla costeira, de ar livre ou cobertos, uma vez que, pela sua situação, não podem deixar de ser considerados como especiais. -----

-----Um.um.um - Espaços ao Ar Livre-----

-----Os Grandes Campos de Jogos são os equipamentos desportivos que, pela sua natureza, estão representados em menor número no território concelhio nomeadamente ao considerar as diferentes freguesias, uma vez que são estruturas de grandes dimensões, acima de cinco mil metros quadrados, requerendo por isso algumas condições específicas de localização, bem como de relação com a população utilizadora.-----

-----No concelho existem catorze Grandes Campos de Jogos inseridos na rede de instalações desportivas de base formativa, dos quais metade, cinco Campos de Futebol e dois Campos de Rugby, estão incluídos no Complexo do Jamor; dos restantes sete Campos de Futebol, três deverão ser realocizados ou reconvertidos no sentido de melhorar o respectivo desempenho.-----

----- Prevemos que a realização de novas unidades nesta categoria de Grandes Campos de Jogos, nomeadamente o Campo do Parque Urbano de Vila Fria, o do Atlético de Porto Salvo e o de Tercena, bem como o Complexo de Rugby de Porto Salvo venham completar alguma insuficiência sentida neste tipo de equipamento.-----

----- Os Pequenos Campos de Jogos, englobam os Campos Polidesportivos e os Campos de Ténis, todos com dimensões inferiores a mil metros quadrados.-----

----- Existem nove Campos Polidesportivos, inseridos na rede de instalações desportivas de base formativa, dos quais quatro serão proximamente realocizados ou reconvertidos, por razões de qualificação dos territórios em que se inserem. Está prevista a construção de mais dez destes equipamentos, dois dos quais ligados às escolas de Tercena e Porto Salvo, e as restantes unidades nas freguesias mais carenciadas, nomeadamente em Queijas, Barcarena e ainda Porto Salvo.-----

----- Na rede de instalações desportivas de base formativa incluem-se os Campos de Ténis existentes, em número de sete, estando previsto um reforço notável nesta especialidade, que aliás ultrapassa a vertente formativa, uma vez que as condições de desenvolvimento e qualificação do território concelhio constituem um enquadramento preferencial para toda a envolvente da prática do Ténis. É neste quadro que se insere o projecto do Centro de Ténis de Barcarena que será referido mais à frente, nos equipamentos especiais.-----

----- Actualmente só existe um Pista de Atletismo, inserida na rede de instalações desportivas de base formativa, e que pertence ao Complexo do Jamor, estando em curso a repavimentação de uma outra inserida neste mesmo Complexo. Prevê-se ainda a construção de duas pistas simplificadas em Queluz de Baixo e Cacilhas.-----

----- Um.um.dois - Espaços Cobertos -----

----- No que se refere aos Espaços Cobertos, são os Pavilhões Polivalentes que têm maior representação no território concelhio, com dez unidades incluídas na rede de instalações



desportivas de base formativa, sendo alguns deles parte do equipamento de Escolas Básicas ou Secundárias. -----

----- Apesar dessa maior representação prevemos o reforço deste tipo de equipamento, tanto ligados a equipamentos escolares, num total de onze unidades, como fora do enquadramento destes: quatro já em fase mais adiantada de concretização - Escola Secundária de Paço de Arcos, Quinta do Marquês, Grupo Desportivo Unidos Caxienses e Leões de Porto Salvo - e os restantes a realizar numa segunda fase do desenvolvimento da rede - Cooperativa Nova Morada, Associação Desportiva de Oeiras, Complexo Desportivo de Linda-a-Velha, Escolas Básicas Integradas de Porto Salvo e Alto dos Barrinhos e Escola Básica Segundo e Terceiro Ciclos de Queijas e Tercena - uma vez que são fundamentais na formação desportiva moderna. --

----- As Piscinas Cobertas, na rede de instalações desportivas de base formativa, são em número de três, prevendo-se a realocação da piscina de Algés e a construção de uma unidade deste tipo na Cooperativa Nova Morada. -----

----- Um.um.três - Equipamentos Especiais-----

----- Os Equipamentos que foram classificados como Especiais incluem Instalações para o Espectáculo Desportivo, Instalações Desportivas Especializadas, e os Equipamentos da Orla Costeira.-----

----- Como Instalações para o Espectáculo Desportivo e para a Alta Competição, sobressai o Complexo do Jamor, já referido pela variedade de instalações para outros níveis de prática desportiva. Para além deste Complexo Desportivo, existem duas outras unidades: a piscina do Algés e Dafundo, que deverá ser realocada, e o Pavilhão Municipal de Miraflores. -----

----- Está prevista a construção dum Pavilhão Multiusos, no Alto da Boa Viagem, o Estádio Municipal na área do Parque dos Poetas e o Centro de Ténis de Barcarena constituído por um conjunto de courts para prática formativa da modalidade, incluindo escola, como courts dimensionados para acolherem competições de nível internacional. -----

----- Nos Equipamentos Especializados estão incluídas diversas unidades onde sobressaem o Campo de Golf, a Carreira de Tiro e a Pista de Canoagem no Complexo Desportivo do Jamor, o Mini-Golf em Algés, as Salas de Judo e de Ginástica Rítmica do Sport Algés e Dafundo, a Escola de Windsurf em Oeiras e os Centros Hípicos de Leceia e Leião, além das Salas de Desporto da Associação Desportiva Carnaxide/Miraflores especializadas em Karaté.

----- Estão previstos o Complexo de Golf de Cabanas, o Petra-Golf em Algés, um Campo de Golf de nove buracos no Complexo Desportivo do Jamor e a estruturação da Serra de Carnaxide num grande espaço de desporto diversificado, nomeadamente um Campo de Futebol, dois Campos de Treinos de Futebol, um Campo de Hoquei, um Campo de Andebol e um Campo de Basquetebol.-----

----- A Orla Costeira, enquanto espaço de eleição para actividades de lazer - desporto, recreação, cultura -, pese embora a escassez de espaço entre o plano de água e a área urbana, é também domínio de eleição principalmente para os Desportos Náuticos.-----

----- Assim, aí se encontram as Piscinas Oceânica e do INATEL, bem como o arranjo do Passeio Marítimo entre as praias da Torre e do INATEL, além do Centro Náutico do Clube de Paço de Arcos. Está em construção o Porto de Abrigo de Oeiras e em curso o reordenamento funcional do Passeio Marítimo da Praia de Santo Amaro; nas Fontainhas será construída uma Piscina com forte perfil natural e na Cruz-Quebrada todo o espaço desactivado da área industrial devoluta será devolvido à vocação costeira: Marina e Piscina com envolvente lúdica; prevê-se também o reforço das multifuncionalidades ribeirinhas em Algés, onde se incluem o Centro e Escola de Vela e as Instalações do Sport Algés e Dafundo, o Porto de Recreio/Marina e a Pista de Patinagem. Resta ainda, como aspiração de reestruturação conjunta da Orla Costeira, o provável reaproveitamento da Doca da Marinha.-----

----- Um.um.quatro - Outros Equipamentos-----

----- No sentido de responder às mais variadas aspirações da população no domínio do



desporto, foram também atendidas as práticas desportivas mais informais que usam equipamentos maioritariamente sem dimensão para prática desportiva de competição, as Instalações Desportivas de Base Recreativa, importantes na iniciação, manutenção, ou simplesmente no recreio das populações, nomeadamente os Campos de Jogos, as Salas de Desporto, as Piscinas e as Áreas Verdes Equipadas.-----

-----Os Campos de Jogos e Salas de Desporto considerados neste conjunto, contemplam uma vasta área do concelho e englobam todas as freguesias, disponibilizando, assim, diversas oportunidades para práticas informais, não deixando de estar previsto algum reforço, incluindo um largo espaço para propostas privadas onde a inovação é muitas vezes o aspecto mais interessante. -----

-----No que se refere a Piscinas, as propostas existentes enquadram-se todas na rede de instalações desportivas de base formativa. -----

-----As Áreas Verdes existentes, ainda que já estejam minimamente equipadas, deverão ser reconvertidas e melhoradas, prevendo-se outras que permitam algumas práticas desportivas mesmo radicais, ou, pelo contrário, algumas bem tradicionais como é o caso da Columbofilia. ---

-----Dois - A Política Desportiva em Oeiras -----

-----A Política Desportiva de Oeiras segue necessariamente as grandes recomendações para o sector a nível nacional, com natural reforço para o aproveitamento das potencialidades do concelho neste domínio, no sentido de responder à dinâmica da procura interna e também externa ao concelho.-----

-----No que se refere às potencialidades do território é necessário enquadrá-las no estilo de desenvolvimento do território de Oeiras, cujo percurso, principalmente na última década é notoriamente um processo de acentuada terciarização, reforçado na vertente das empresas tecnologicamente avançadas associadas à ciência/investigação e também à produção.-----

-----Neste contexto, é comum uma oferta desportiva dirigida a uma população mais

sedentarizada, com formação tecnológica elevada, para a qual o exercício quotidiano só é concretizável em equipamentos acessíveis especialmente preparados para uma procura restrita e exigente, em espaços abertos ou fechados, dependendo do tipo de actividade.-----

----- No primeiro caso, esses equipamentos deverão responder à necessidade de contacto franco com o espaço aberto, mas infra-estruturado e equipado, como é o caso da prática do golf e ténis, marcha e corrida ou mesmo rugby, para quem procura esgotar de maneira mais eficaz as cargas energéticas acumuladas. -----

----- No segundo caso, práticas em recintos fechados e confinados, os equipamentos deverão proporcionar a rotatividade eficaz entre modalidades ou mesmo aparelhos, o que implica complementar piscinas com salas de ginástica ou mesmo squash. -----

----- A um outro nível será necessário não esquecer que Oeiras detém o mais internacional dos equipamentos nacionais de competição, o Complexo Desportivo do Jamor, cuja melhoria, reforço e diversificação são, sem dúvida, esforços fundamentais e incontornáveis no desempenho concelhio no domínio do desporto de alta competição. Esta vertente de alta competição internacional, do perfil desportivo do concelho, será sem dúvida fortemente reforçada pela implantação do Complexo de Ténis de Barcarena, como já referido. -----

----- Paralelamente é necessário não esquecer as aspirações das populações residentes, em matéria de actividades desportivas, cujas respostas da parte do Município são sempre um incentivo à prática desportiva, principalmente associada, como forma de reforçar a coesão dos grupos sociais, a saúde dos indivíduos e, por isso, a qualidade de vida das comunidades concelhias. -----

----- Por outro lado, a atenção para grupos sociais específicos, como os idosos, as mulheres, as crianças e os deficientes, são preocupações que deverão encontrar respostas com o objectivo da integração no todo social através do desporto.-----

----- Dois.um - Medidas e Acções -----



-----Considerando a importância da prática desportiva e no sentido de proporcionar uma melhor utilização dos equipamentos já existentes através da concretização de parcerias com outros sectores da sociedade, e também minimizar carências detectadas a vários níveis, nomeadamente fraca diversificação de equipamentos para competição ou outros, ausência de equipamentos desportivos em estabelecimentos escolares, impõe-se que se definam um conjunto de medidas, entre as quais: -----

-----Um - Implementação e construção de novos equipamentos desportivos para apoio à prática da alta competição, nomeadamente a construção do Complexo de Ténis em Barcarena, a modernização e ampliação dos equipamentos do Complexo Desportivo do Jamor, em consonância e parceria com a Administração Central, bem como equipamentos complementares, associados ou simplesmente beneficiando da proximidade do Complexo; -----

-----Dois - Reforço da capacidade de resposta a propostas capazes de fomentar a diversificação da oferta do concelho ao nível dos equipamentos de competição;-----

-----Três - Construção de novas instalações nos estabelecimentos escolares para incentivo e prosseguimento do apoio à prática desportiva na área formativa, considerando também a sua provável utilização pela população em geral;-----

-----Quatro - Prosseguimento do apoio da autarquia à construção ou recuperação/modernização dos equipamentos desportivos dos clubes, associações e colectividades, também como forma de apoiar a área formativa;-----

-----Cinco - Criação de espaços destinados ao desporto de características informais, em áreas que proporcionem outros tipos de utilização nomeadamente, de estar/lazer ou entretenimento;-----

-----Seis - Correção das assimetrias existentes entre o litoral, freguesias de Oeiras, Paço de Arcos, Cruz Quebrada e Algés onde se concentram a grande maioria das infra-estruturas desportivas, e o interior do Concelho, desde que a evolução da procura o justifique;-----

----- Sete - Criação de novas unidades desportivas apoiadas em programas específicos nos bairros sociais, em que maioritariamente residem grupos populacionais mais carenciados e menos integrados; -----

----- Oito - Promoção da igualdade de oportunidades e de acesso à prática do desporto para os grupos socialmente menos integrados e minorias étnicas, visando a melhoria das suas condições de vida e a melhor integração social e cultural.” -----

----- II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu que estava prevista a apresentação da Carta Desportiva mas como tal não foi possível gostaria que fosse este Executivo a aprová-la, dado que todos os Senhores Vereadores conhecem a proposta que contém, relativamente ao Concelho, os grandes objectivos, pois, por um lado, faz o levantamento de instalações, equipamentos e infra-estruturas desportivas e, por outro lado, preconiza, em função da identificação das necessidades, os equipamentos a criar.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**27 - PROPOSTA Nº. 1/02 - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE OEIRAS: -----**

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

----- “A Associação Desportiva de Oeiras instituição de utilidade pública com fortes tradições no desporto desenvolve um meritório trabalho na formação de jovens nomeadamente na modalidade de futebol de onze, modalidade essa que efectuava os treinos e jogos no campo de futebol junto ao Tribunal. -----

----- No entanto, o campo já não correspondia às necessidades e diversas obras de beneficiação teriam de ser efectuadas, por forma a continuar a garantir condições efectivas de prática. ---- -----

----- Assim, tendo em atenção que no Parque dos Poetas seria construída uma instalação



similar foi bom entendimento que o campo de futebol do Parque dos Poetas reunia todas as condições para assegurar os treinos e jogos da Associação Desportiva de Oeiras e que a mesma assegurasse também a sua gestão, pelo que se propõe à Câmara o seguinte: -----

-----Um - A cedência das instalações sitas no Parque dos Poetas, à Associação Desportiva de Oeiras; - -----

-----Dois - A aprovação do protocolo de cedência das instalações em regime de comodato a celebrar com a mesma, o qual a seguir se transcreve:” -----

-----“Protocolo de Cedência de Instalações em Regime de Comodato -----  
-----entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Associação Desportiva de Oeiras-----

A construção de um tecido comunitário passa fundamentalmente pela possibilidade de cada um poder desenvolver formas de participação no local onde habita. Neste sentido, é uma aposta da CMO a criação de equipamentos inovadores que dêem resposta às necessidades locais, no âmbito de um programa integrado de inserção e desenvolvimento social.-----

A criação de equipamentos dirigidos à prática do desporto tem sido uma preocupação da Autarquia, no âmbito de um programa integrado de inserção e desenvolvimento social das populações envolvidas. Pretende-se, assim, facilitar a criação de estruturas sociais adequadas para dar resposta às necessidades específicas da população, contribuindo para facilitar a integração/participação social.-----

Face ao que antecede e atendendo ainda ao interesse em incrementar a intervenção da Autarquia na área do desporto parece, assim, existirem condições para a celebração do presente protocolo: -

Entre: -----

O Município de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, neste acto representado pelo seu Presidente Doutor Isaltino Afonso de Morais, como Primeiro Outorgante;-----

E -----

A Associação Desportiva de Oeiras, Pessoa Colectiva com o número quinhentos e um milhões cento e trinta mil cento e cinquenta e dois, com sede na Rua Comandante Germano Dias, número quatro, em Oeiras, neste acto representada pelo seu Presidente da Direcção, Senhor Carlos Morgado, como Segundo Outorgante,-----

celebra-se o presente protocolo que se regerá pelas seguintes cláusulas:-----

-----Primeira-----

Um - O Município de Oeiras é dono e legítimo proprietário dum prédio, conhecido como “Campo de Futebol do Parque dos Poetas”, sito em Oeiras.-----

-----Segunda-----

O Primeiro Outorgante cede ao Segundo Outorgante em regime de comodato, durante o período de três anos, tacitamente renovado se não for denunciado por nenhuma das partes com antecedência mínima de seis meses, o prédio identificado na cláusula primeira.-----

Parágrafo Único - No prédio cedido irá funcionar um campo de futebol, ficando a Segunda Outorgante desde já obrigada a dar preferência na sua utilização, em primeiro lugar aos clubes com sede no Concelho de Oeiras que não possuam instalações próprias, em segundo lugar aos clubes com sede no Concelho de Oeiras que possuam instalações próprias, em terceiro lugar aos clubes com sede fora do Concelho de Oeiras e por último a outras entidades do sector privado. --

-----Terceira-----

Constituem obrigações da Segunda Contratante: -----

Um - Manter o espaço cedido em perfeito estado de conservação, segurança e limpeza, cabendo-lhe efectuar para esse fim, por sua conta e risco todas as reparações que se tornem necessárias; --

Dois - Consentir a fiscalização pelo Primeiro Contratante, do cumprimento das obrigações, legais e contratuais, a que está adstrito, facultando aos agentes daquele o acesso ao espaço cedido; ----



Três - Não utilizar o espaço senão para o fim a que o mesmo, de acordo com o presente contrato, se destina;- -----

Quatro - Gerir e administrar, com fundos próprios, os serviços a instalar no espaço cedido, nomeadamente assegurar as despesas decorrentes da sua ocupação, tais como as relativas ao consumo de água, electricidade e telefone;-----

Cinco - Tolerar as benfeitorias que o Primeiro Contratante pretenda realizar no espaço cedido;---

Seis - Não permitir a utilização do espaço cedido por terceiros; -----

Sete - Avisar prontamente o Primeiro Contratante sempre que tenha conhecimento de quaisquer anomalias ou perigos que ameacem o espaço cedido ou a existência de terceiros que se arroguem com direitos em relação a este, desde que tais factos sejam ignorados pelo primeiro contratante; -

Oito - Restituir o espaço, ora cedido, findo o contrato por qualquer causa, em perfeito estado de conservação;-----

Nove - Dar preferência na sua utilização nos termos fixados no parágrafo único, da cláusula segunda, deste protocolo. -----

Dez - Submeter, anualmente, à apreciação da Câmara Municipal de Oeiras o preçário de utilização do prédio cedido. -----

-----Quarta-----

As obras de conservação exteriores do edifício são da responsabilidade do Município enquanto proprietário do mesmo. -----

-----Quinta-----

Às dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente protocolo, os casos omissos e os litígios decorrentes da implementação do mesmo, será aplicada a legislação especial e subsidiariamente o disposto no Código Civil. -----

-----Sexta-----

A Câmara Municipal de Oeiras reserva-se o direito de rescindir o presente protocolo a qualquer

tempo, caso o espaço cedido venha a ser utilizado para fins diversos do convencionado. -----

-----Sétima-----

Para a resolução de qualquer questão emergente deste contrato, as partes desde já declaram como exclusivamente competente o Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras.-----

As partes aceitam o presente protocolo e obrigam-se a cumprir pontual e integralmente o presente protocolo. -----

Feito em Oeiras, aos ... dias do mês de ... de dois mil e um, de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Oeiras em sua reunião realizada no dia ... de ... do corrente ano. -----

Primeiro Outorgante - Câmara Municipal de Oeiras (Isaltino Afonso Morais)-----

Segundo Outorgante - Associação Desportiva de Oeiras (Carlos Morgado).”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

----- Nesta votação não participaram os Senhores Vereadores Lopes Neno e David Justino, devido a ausência momentânea. -----

**28 - PROPOSTA Nº. 2/02 - CEDÊNCIA DE VIATURA MUNICIPAL VOLKSWAGEN GOLF, MATRÍCULA 06-57-BX, À PARQUES TEJO - PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M.: -----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um - Considerando que na reunião de Câmara de catorze de Fevereiro próximo passado, foi aprovado o abate e alienação da viatura Volkswagen Golf, matrícula zero seis-cinquenta e sete-BX, do ano de mil novecentos e noventa e três e com cento e sete mil e quinhentos quilómetros. -----

----- Dois - Considerando que a Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, manifestou interesse na citada viatura para fins da sua actividade. -----

----- Proponho: -----



----- A cedência da viatura Volkswagen Golf, matrícula zero seis-cinquenta e sete-BX, à Parques Tejo - Parques de Oeiras, Empresa Municipal, a título gratuito por doação; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

**29 - PROPOSTA Nº. 3/02 - ABATE DA VIATURA FORD CARGO, MATRÍCULA FJ-08-92, À FROTA MUNICIPAL: -----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Considerando que a viatura Ford Cargo, matrícula FJ-zero oito-noventa e dois, do ano de mil novecentos e oitenta e quatro e com cento e dezoito mil quatrocentos e noventa e seis quilómetros se encontra em estado degradado, tendo já sido sujeita a inúmeras reparações, não se justificando, economicamente, a sua manutenção ao serviço, proponho: -----

----- O abate da viatura Ford Cargo, matrícula FJ-zero oito-noventa e dois, à frota municipal e posterior alienação ao património municipal; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**30 - PROPOSTA Nº. 4/02 - PEDIDOS DE VISTORIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - REGTº. 36.312/01; DFºS.Nº.S 3134, 3154, 3175, 3259, 3348, 3456 E 3586/01: -----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo octogésimo nono, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes

dos respectivos autos de vistoria: -----

----- Manuel Rosa Fortunato representado pela Associação Lisbonense de Proprietários, proprietário do prédio sito em Algés, Rua Rodrigues de Freitas, número vinte;-----

----- António Luís da Graça Silva, proprietário do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número cento e setenta e seis;-----

----- Maria Lurdes Graça Silva Leal, proprietária do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número cento e setenta e seis;-----

----- António Luís da Graça Silva, proprietário do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número cento e setenta e seis;-----

----- Maria Lurdes Graça Silva Leal, proprietária do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número cento e setenta e seis;-----

----- Clemente Manuel Pedro Vicente Nunes, proprietário do prédio sito no Dafundo, Avenida Ivens, número vinte e seis "G", rés-do-chão direito; -----

----- Júlio Freire, proprietário do prédio sito em Paço de Arcos, Rua Costa Pinto, número cento e setenta, terceiro;-----

----- Helder Almiro, proprietário do prédio sito em Algés, Rua da Piedade, número vinte e dois-A, rés-do-chão direito;-----

----- Maria Helena Gomes Cabral de Azevedo, proprietária do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Engenheiro José Frederico Ulrich, número quarenta e nove, segundo esquerdo; -----

----- José Manuel Rodrigues Rosa, proprietário do prédio sito em Algés, Rua Ernesto da Silva, número setenta-A, primeiro esquerdo.-----

----- Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias."-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----



**31 - PROPOSTA Nº. 5/02 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 34, 2º. ESQº., NO Bº. ALTO DA LOBA, AO AGREGADO FAMILIAR DE ARMANDO EURICO GUIA RODRIGUES:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Na sequência da informação número três mil quatrocentos e vinte, de dois mil e um, do Departamento de Habitação, de dez de Dezembro e do despacho a ela exarado, propõe-se: ----

-----Um - A atribuição ao agregado familiar do Senhor Armando Eurico Guia Rodrigues, do fogo T Dois, sito na Rua Conde de Rio Maior, número trinta e quatro, segundo esquerdo, do Bairro Alto da Loba; -----

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**32 - PROPOSTA Nº. 6/02 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 58, 1º. ESQº., AO AGREGADO FAMILIAR DE ELÍDIO DA COSTA MARQUES:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Na sequência da informação número três mil quatrocentos e vinte e um, de dois mil e um, do Departamento de Habitação, de onze de Dezembro e do despacho superior a ela exarado, propõe-se:-----

-----Um - A atribuição ao agregado familiar do Senhor Elídio da Costa Marques, do fogo T Quatro, sito na Rua Conde de Rio Maior, número cinquenta e oito, primeiro esquerdo, do Bairro Alto da Loba; -----

-----Dois - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**33 - PROPOSTA Nº. 7/02 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 9, 1º. ESQº., NO Bº. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, AO AGREGADO FAMILIAR DE MARIA ODETE DOS SANTOS LOUCEIRO:-----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número três mil quatrocentos e seis, de dois mil e um, do Departamento de Habitação, de seis de Dezembro e do despacho a ela exarado, propõe-se: ---

----- Um - A transferência do agregado familiar da Senhora Maria Odete dos Santos Louceiro, residente no Bairro Moinho das Rolas, sito na Rua Doutor Oliveira Martins, número trinta e dois, Piso três-A, para o fogo T Quatro, sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Rua Tomás de Lima, número nove, primeiro direito. -----

----- Dois - A manutenção da sua renda social mensal no valor de dez mil trezentos e vinte escudos, calculada com base na declaração de rendimentos entregue pela munícipe; -----

----- Três - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**34 - PROPOSTA Nº. 8/02 - REAJUSTAMENTO DE TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR DE AURÉLIO MANUEL FAZENDA FIGUEIREDO, PARA O FOGO SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR, Nº. 42, R/C DTº., Bº. ALTO DA LOBA: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número três mil quatrocentos e oito, de dois mil e um, do Departamento de Habitação, de doze de Dezembro e do despacho superior a ela exarado, propõe-se: -----

----- Um - O reajustamento do agregado familiar do Senhor Aurélio Manuel Fazenda Figueiredo, residente no Bairro Alto da Loba, Rua Conde de Rio Maior, número cinquenta e um, terceiro esquerdo, para o fogo T Três, sito na Rua Conde de Rio Maior, número quarenta e dois, rés-do-chão direito, do mesmo bairro;-----

----- Dois - A manutenção da renda social no valor de vinte e dois mil seiscentos e dez escudos, calculada com base na declaração de rendimentos entregue pelo munícipe; -----

----- Três - A aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**35 - PROPOSTA Nº. 9/02 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE BARCARENA - QUELUZ DE BAIXO: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Existindo um troço de arruamento, compreendido entre a Rua Dom João Segundo e a Rua Soeiro Pereira Gomes, em Queluz de Baixo (prolongamento da Rua Bartolomeu Dias) para o qual é necessário atribuir o mesmo nome, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, para o qual foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Barcarena, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número quarenta mil quatrocentos e oitenta e sete, de vinte e três de Outubro do corrente ano: -----

-----Rua Bartolomeu Dias - Arruamento com início na Estrada Consiglieri Pedroso e fim na Rua Soeiro Pereira Gomes.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**36 - PROPOSTA Nº. 10/02 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA VIATURA MATRÍCULA VI-35-72:-----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Através da carta registo número quarenta e dois mil oitocentos e noventa e um, de dois mil e um, de oito de Novembro findo, vem o Senhor Carlos Manuel dos Santos Martins da Palma, pedir indemnização pelos danos causados na sua viatura Ford Fiesta, matrícula VI-trinta e cinco-setenta e dois, que se encontrava estacionada na Rua Fontes Pereira de Melo, em Linda-a-Velha, pelo contentor de lixo. -----

-----Após visita ao local, a Divisão de Serviços Urbanos, confirmou a veracidade da reclamação, existindo danos na porta traseira do lado esquerdo.-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- - O pagamento do montante de oitenta e nove mil quatrocentos e nove escudos - quatrocentos e quarenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos - ao Senhor Carlos Manuel dos Santos Martins da Palma, correspondente à reparação dos danos causados na sua viatura;-----

----- - A comunicação da presente deliberação ao munícipe; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**37 - PROPOSTA Nº. 11/02 - APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 18 DE MAIO, EM CARNAXIDE: -----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sua reunião ordinária realizada em dez de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, esta Câmara Municipal deliberou aprovar a minuta de protocolo com a Associação de Moradores Dezoito de Maio, tendo em vista a manutenção dos espaços verdes envolventes do Bairro da citada Associação, em Carnaxide, recebendo esta, mensalmente, um subsídio no montante de noventa mil escudos, tendo o protocolo sido assinado em doze de Setembro do mesmo ano.-----

----- Considerando que a área de espaços verdes tem vindo a aumentar, originando uma elevação nos custos da sua manutenção, -----

----- Proponho: -----

----- - A aprovação do aumento do subsídio mensal a atribuir à Associação de Moradores Dezoito de Maio, de noventa mil escudos para cento e vinte e cinco mil escudos, a partir de Agosto de dois mil e um. -----

----- - A aprovação da alteração à cláusula quinta do referido protocolo passando a ter a seguinte redacção:-----

----- “A CMO atribuirá mensalmente um subsídio no montante de cento e vinte e cinco mil escudos ao segundo outorgante, destinado à manutenção dos espaços referidos na cláusula



primeira”. - -----

----- A comunicação da presente deliberação à referida Associação. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**38 - PROPOSTA Nº. 12/02 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA À DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE - CP 11.03.09.02: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Apresentou a Junta de Freguesia de Carnaxide o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição dos meses de Setembro e Outubro de dois mil e um. -----

-----Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de um milhão cento e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e três escudos, para a Junta de Freguesia de Carnaxide; -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**39 - PROPOSTA Nº. 13/02 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA A DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS - CP 11.03.09.02: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Apresentou a Junta de Freguesia de Algés a conta de encargos (meses Setembro, Outubro e Novembro) referentes à aquisição de uma viatura para obras, previamente autorizada, no âmbito da Delegação de Competências. -----

-----Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de duzentos e setenta e cinco mil trezentos e quarenta escudos, para a Junta de Freguesia de Algés;; -----

----- b) a sua aprovação em minuta”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**40 - PROPOSTA Nº. 14/02 - EMPREITADA DE ESPAÇOS EXTERIORES DA PISCINA E POLIDESPORTIVO DA OUTURELA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1 - CP 02.02.02.01.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada “Espaços Exteriores da Piscina e Polidesportivo - Outurela”, realizados pela firma Alberto Martins de Mesquita & Filhos, Limitada, no valor de seis milhões seiscentos e sessenta e cinco mil e quarenta escudos, mais IVA à taxa legal em vigor, pelo que se propõe a sua aprovação e respectivo pagamento.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**41 - PROPOSTA Nº. 15/02 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA QUINTA DO SALES - 2ª. FASE - OUTURELA - AUTO DE TRABALHOS A MAIS Nº. 1 - (RECTIFICAÇÃO) - CP 10.01.02.02.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Em reunião de Câmara de dez de Outubro de dois mil e um, foi aprovado o auto de medição de trabalhos a mais número um, no valor de três milhões quinhentos e vinte e três mil cento e trinta e seis escudos, mais IVA e relativo à presente empreitada. -----

----- Por lapso o valor mencionado para o referido auto não foi o correcto pelo que se propõe a respectiva rectificação, no valor de dois milhões quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e setenta escudos, mais IVA.-----

----- Mais se propõe o pagamento à firma Canas Correia, Sociedade Anónima.”-----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**42 - PROPOSTA Nº. 16/02 - PARQUE URBANO FASE III – ARRANJOS EXTERIORES DO BAIRO DA RIBEIRA DA LAGE - REVISÃO PROVISÓRIA DO 1º. AO 2º. ATM - CP 05.04.02.13.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada referida em epígrafe foi adjudicada precedendo de concurso público, por preço global, à firma “Canas Correia, Sociedade Anónima”, pelo valor de cinquenta e sete milhões quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e doze escudos, a que acresce o valor do IVA. -----

-----O adjudicatário apresentou à Câmara a revisão provisória do primeiro ao segundo auto de trabalhos a mais, no valor de um milhão seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e três escudos. -----

-----A fórmula utilizada para o cálculo da revisão de preços está correcta. -----

-----Os índices para actualização dos materiais e mão de obra estão bem aplicados. -----

-----O valor final da revisão foi bem calculado. -----

-----Assim, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

-----A aprovação da revisão de preços provisória do primeiro ao segundo auto de trabalhos a mais no valor de um milhão seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e três escudos, ao qual acresce o IVA, no valor de oitenta e quatro mil setecentos e setenta e oito escudos, totalizando a importância de um milhão setecentos e oitenta mil trezentos e quarenta e um escudos.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**43 - PROPOSTA Nº. 17/02 - RECUPERAÇÃO DO COMPLEXO SÓCIO-CULTURAL DA**

**RIBEIRA DA LAGE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 12º. AUTO DE TRABALHOS**

**NORMAIS - CP 03.04.02.04.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Departamento de Projectos Especiais, foi elaborado o décimo segundo auto de medição de trabalhos contratuais referente à empreitada de “Recuperação do Complexo Sócio-Cultural da Ribeira da Lage”, adjudicada a “Canas Correia, Sociedade Anónima”, em treze de Novembro de dois mil, pelo valor de cento e quarenta e nove milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e dois escudos, a que acresce o IVA. -----

----- As obras estão a decorrer a bom ritmo e de acordo com o caderno de encargos. -----

----- O adjudicatário enviou à Câmara a situação de trabalho número doze, com a descrição dos trabalhos já executados, no valor de quinze milhões duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e nove escudos. -----

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o projecto. -----

----- Assim e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- A aprovação do presente auto de medição, no valor de quinze milhões duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e nove escudos ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor no valor de setecentos e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e três escudos, totalizando a importância de dezasseis milhões dezanove mil duzentos e oitenta e dois escudos. -

----- O subsequente pagamento à firma “Canas Correia, Sociedade Anónima”. -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**44 - PROPOSTA Nº. 18/02 - APOIO À CONSTRUÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA DE S. PEDRO - BARCARENA - CP 04.01.09.01.: -----**

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -



-----“Um - Introdução -----

-----Sequente à proposta de apoio financeiro aprovada em reunião de Câmara de dez de Fevereiro de noventa e nove, para a construção das novas instalações da Cooperativa de São Pedro Barcarena, a Autarquia, através da celebração de Contrato-Programa com a Instituição irá assegurar a comparticipação em quinze por cento do total da obra. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Dois.um - Face ao que antecede, e de acordo com a cópia da factura com o número mil quatrocentos e noventa e seis, referente ao trigésimo sexto auto de medição da empreitada que foi conferida pela fiscalização da obra e aprovada pela Direcção da Instituição, propõe-se o pagamento correspondente, no valor de quatrocentos e quinze mil duzentos e vinte escudos, à Cooperativa de São Pedro. -----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

-----Dois.três - Comunicação à Cooperativa São Pedro.-----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente.-----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**45 - PROPOSTA Nº. 20/02 - RECRIPH - PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO PELA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DAS PARTES COMUNS DO IMÓVEL SITO NA AV<sup>a</sup>. DA REPÚBLICA, Nº. 110, EM ALGÉS - CP 05.01.03.08.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com a informação número três mil trezentos e trinta e dois, de dois mil e um, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - A aprovação do pagamento pela Câmara Municipal de Oeiras do montante de setecentos e noventa e sete mil oitocentos e quarenta e sete escudos, IVA de cinco por cento incluído, a Álvaro Manuel dos Santos Melo, pela execução das obras de recuperação das partes

comuns do imóvel sito na Avenida da República, número cento e dez, em Algés.-----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**46 - PROPOSTA Nº. 21/02 - ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA SOUSA TAVARES, Nº. 5, 3º. DTº., NO Bº. DO POMBAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE JOAQUINA LUÍSA MOREIRA BORGES E A ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO MACEDO, Nº. 5, 3º. ESQº., NO BAIRRO DO POMBAL: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número três mil quatrocentos e setenta e seis, de dois mil e um, do Departamento de Habitação e dos respectivos despachos superiores a ela exarados, propõe-se: -----

----- Um - A anulação da atribuição do fogo de tipologia T Três, sito no Bairro do Pombal, na Rua Sousa Tavares, número cinco, terceiro direito, ao agregado familiar de Joaquina Luísa Moreira Borges, residente no mesmo bairro na Rua Vasco da Gama Fernandes, número cinco, segundo direito;-----

----- Dois - A atribuição ao agregado familiar acima referido do fogo T Três, sito no Bairro do Pombal, na Rua António Macedo, número cinco, terceiro esquerdo;-----

----- Três - A manutenção da sua renda social mensal no valor de oitocentos e dez escudos, calculada com base na declaração de rendimentos entregues pela munícipe;-----

----- Quatro - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**47 - PROPOSTA Nº. 22/02 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA SOUSA TAVARES, Nº. 5, 3º. DTº., Bº. DO POMBAL, AO AGREGADO FAMILIAR DE LIBÂNIA LOLA RODRIGUES: ----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da informação número três mil quatrocentos e setenta e seis, de dois



mil e um, do Departamento de Habitação e dos respectivos despachos superiores a ela exarados, propõe-se:- .....

-----Um - A atribuição do fogo T Três, na Rua Sousa Tavares, número cinco, terceiro direito, ao agregado familiar de Libânia Lola Rodrigues, residente na Rua Sidónio Pais, número três, segundo esquerdo, no Bairro do Pombal. ....

-----Dois - A manutenção da sua renda social mensal no valor de seis mil oitocentos e setenta escudos, calculada com base na declaração de rendimentos entregues pela munícipe; ----

-----Três - A aprovação desta proposta em minuta.” .....

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ....

**48 - PROPOSTA Nº. 23/02 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE AO CHEQUE SEM PROVISÃO, EMITIDO POR ADELINO DOMINGOS CAMPOS DA SILVA:-----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta. subscrita pelo Senhor Presidente: .....

-----“Pelo serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que, Adelino Domingos Campos da Silva, pagou a guia zero um-catorze mil seiscentos e oitenta e sete, com o cheque número cinco biliões setenta e seis milhões setecentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e seis, do banco B.P.I., na importância de catorze mil quatrocentos e noventa e oito escudos, tendo sido devolvido por falta de provisão. ....

-----Propõe-se assim nos termos do número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita do valor de catorze mil quatrocentos e noventa e oito escudos, correspondente ao cheque sem provisão e ainda, a aprovação desta proposta em minuta.” .....

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ....

**49 - PROPOSTA Nº. 24/02 - EDIÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO PARA O MUSEU DA PÓLVORA NEGRA - À DESCOBERTA DA PÓLVORA - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS À**

**EMPRESA “MAPA DAS IDEIAS” - CP 02.01.07.17.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “O Museu da Pólvora Negra de Barcarena inserido no complexo da Fábrica da Pólvora de Barcarena, integra-se no projecto de recuperação deste imóvel, adquirido pela Câmara Municipal de Oeiras, em mil novecentos e noventa e quatro e aberto ao público em mil novecentos e noventa e oito. Tendo até ao momento registado cerca de trinta e cinco mil visitantes, são de facto as visitas guiadas a actividade de maior impacto desenvolvida pelo Museu. No entanto, e embora fundamentais para proporcionarem um conhecimento mais profundo sobre este espaço, revelam-se manifestamente insuficientes, principalmente e no que diz respeito às faixas etárias compreendidas entre os seis e os doze anos, sendo muitas vezes difícil fornecer os elementos adequados a uma boa explicação do espaço em questão. Assim, com o objectivo de dotar o espaço da Fábrica da Pólvora de Barcarena de ferramentas mais apelativas para a realização das visitas guiadas, foram pensadas um conjunto de edições de carácter pedagógico, fundamentalmente destinadas a esse público.-----

----- Neste sentido, propõe-se a edição de um Manual Pedagógico, instrumento de conhecimento e exploração, que se destina a ser utilizado pelo Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico, no sentido de fornecer informação e propostas de trabalho sobre o espaço da Fábrica e do Museu e de um Mapa Explosivo que pretende orientar de forma pedagógica e lúdica o percurso pelo exterior da Fábrica da Pólvora de Barcarena. -----

----- A primeira parte deste manual, de carácter introdutório, permite uma apreensão geral do espaço da Fábrica da Pólvora de Barcarena e das temáticas que aí são tratadas, contendo ainda um glossário e uma tabela cronológica que contextualiza os acontecimentos mais importantes da Fábrica.-----

----- A segunda parte e a terceira parte do manual, sob os temas Aprendendo com a Fábrica da Pólvora, e Visitando a Fábrica da Pólvora de Barcarena compreendem conjuntos de



fichas museológicas, cujo objectivo é o da exploração do espaço da Fábrica. A concepção deste produto apresenta uma forte componente informativa e lúdica, estabelecendo uma relação com os visitantes que se prolonga para além dos muros da Fábrica. Este vínculo é conseguido, em grande parte, através da criação do Bando da Fábrica, grupo de personagens lideradas pelo Rastilho e pela Chama, que transformam a leitura e cada uma das actividades num momento único, deixando pistas para várias histórias. -----

-----Da autoria da Mapa das Ideias, este é assim um produto inteiramente original, no que diz respeito à concepção gráfica e à definição de conteúdos, onde as várias temáticas são tratadas recorrendo à introdução das personagens do Bando da Fábrica. -----

-----O Instituto Português de Museus, através da Estrutura da Rede Portuguesa de Museus, lançou um desafio aos museus portugueses, no sentido destes alcançarem padrões de qualidade para melhor cumprirem a sua missão, ao efectivar o Programa de Apoio à Qualificação de Museus, o Museu da Pólvora Negra, recentemente admitido na Rede Portuguesa de Museus, candidatou-se ao referido programa de apoio, mais precisamente ao Sub-programa de Apoio a Projectos Educativos, com o projecto de Edições Pedagógicas - À Descoberta da Pólvora, acima descrito. --- -----

-----A candidatura foi aprovada e foi-nos concedido pela Rede Portuguesa de Museus um financiamento no valor de dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil escudos / doze mil quatrocentos e quinze euros e oito cêntimos. -----

-----Pelo exposto, propõe-se a adjudicação deste projecto à empresa Mapa das Ideias, pelo que se solicita a passagem de requisição e posterior pagamento à empresa em questão, a efectuar da seguinte forma:-----

-----Um - Que seja efectuado o pagamento no valor de dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil escudos / doze mil quatrocentos e quinze euros e oito cêntimos, no acto da assinatura do contrato, que a seguir se transcreve a estabelecer entre esta edilidade e a empresa

Mapa das Ideias. Mais se informa que esta verba corresponde ao financiamento conseguido junto da Rede Portuguesa de Museus, verba que dará entrada nesta Câmara Municipal até ao final do ano dois mil e um.-----

----- Dois - Que seja efectuado o pagamento no valor três milhões trezentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta escudos / dezasseis mil seiscentos e trinta e seis euros e vinte e um cêntimos, a concretizar durante o primeiro semestre de dois mil e dois.-----

----- Mais se informa que o valor total da presente proposta é de cinco milhões oitocentos e vinte e quatro mil duzentos e sessenta escudos / vinte e nove mil e cinquenta e um euros e vinte e nove cêntimos, já com dezassete por cento de I.V.A. incluído (novecentos e noventa mil cento e vinte e quatro escudos / quatro mil novecentos e trinta e oito euros e setenta e dois cêntimos), correspondendo este valor ao estudo museológico e concepção do produto, produção de conteúdos, e composição gráfica dos referidos materiais. -----

----- Mais se solicita o seu ajuste directo ao abrigo do artigo octogésimo primeiro, ponto três, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- “À Descoberta da Pólvora-----

----- Edições Pedagógicas do Museu da Pólvora Negra -----

----- Proposta de Contrato-----

----- Fábrica da Pólvora de Barcarena-----

----- Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Objecto -----

A presente proposta de contrato diz respeito à concepção e à produção do Manual Pedagógico da Fábrica da Pólvora de Barcarena - Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico e do Mapa Explosivo. -----



-----Prazos de entrega-----

Com a adjudicação deste projecto, compromete-se a Mapa das Ideias a entregar o trabalho final do Manual Pedagógico e do Mapa Explosivo da Fábrica da Pólvora de Barcarena, à Câmara Municipal de Oeiras, no prazo acordado.-----

-----Acompanhamento do produto e impressão final-----

A Mapa das Ideias compromete-se a comparecer a todas as reuniões solicitadas pela Câmara Municipal de Oeiras, para acompanhamento do projecto, até à entrega do produto final.-----

A Câmara Municipal de Oeiras compromete-se a disponibilizar o acesso à Fábrica da Pólvora de Barcarena, à Mapa das Ideias sempre que necessário. Compromete-se, também, a disponibilizar toda a documentação necessária para a execução deste projecto.-----

A Mapa das Ideias compromete-se a fazer o acompanhamento da impressão final do produto, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos mínimos de qualidade.-----

A Mapa das Ideias compromete-se a incluir um inquérito de avaliação no Manual Pedagógico, comunicando à Câmara Municipal de Oeiras os resultados da avaliação, caso exista um retorno mínimo de cinquenta inquéritos.-----

A Câmara Municipal de Oeiras compromete-se a receber no Museu da Pólvora Negra ou em local apropriado, os inquéritos relativos à avaliação das Edições Pedagógicas e a guardá-los até à recolha efectuada por parte da Mapa das Ideias.-----

-----Direitos de autor-----

Fica acordado que os exemplares impressos são propriedade da Câmara Municipal de Oeiras, salvaguardando a Mapa das Ideias os direitos de autor, através do registo dos produtos e das personagens nas entidades próprias.-----

A Mapa das Ideias reserva para si, todos os direitos de publicação total ou parcial para a língua portuguesa.-----

-----Preço e condições de pagamento-----

O encargo total do presente contrato é de vinte e nove mil e cinquenta e um euros e vinte e nove cêntimos ou cinco milhões e oitocentos e vinte e quatro mil duzentos e sessenta escudos, referentes ao valor dos serviços. O presente preço inclui o IVA à respectiva taxa em vigor, sendo de quatro mil novecentos e trinta e oito euros e setenta e dois cêntimos ou novecentos e noventa mil cento e vinte e quatro escudos.-----

Este valor diz respeito à concepção e produção de mil e quinhentos exemplares de cada um dos produtos - o Manual Pedagógico da Fábrica da Pólvora de Barcarena - Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico e o Mapa Explosivo. -----

O presente orçamento é válido até trinta e um de Julho de dois mil e dois. -----

Quanto às formas e aos prazos de pagamento fica acordado que a Câmara Municipal de Oeiras se compromete ao seguinte: -----

- Pagamento de doze mil quatrocentos e quinze euros e oito cêntimos ou dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil escudos, do custo total da proposta na assinatura do contrato; -
- Pagamento de dezasseis mil seiscentos e trinta e seis euros e vinte e um cêntimos ou três milhões trezentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta escudos, contra entrega do trabalho final.-----

A Mapa das Ideias reserva o direito de autorizar uma nova edição do Manual Pedagógico da Fábrica da Pólvora de Barcarena - Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico e do Mapa Explosivo. -----

A Câmara Municipal de Oeiras reserva o direito de publicar novas edições sem custos acrescidos. Se existirem alterações aos produtos, a Câmara Municipal de Oeiras compromete-se ao pagamento dos direitos de autor de acordo com estas.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**50 - PROPOSTA Nº. 25/02 - DINAMIZAÇÃO DO CENTRO DE JUVENTUDE - CURSO DE INICIAÇÃO À CERÂMICA - CP 03.02.07.16.: -----**



-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“No seguimento das informações números duzentos e vinte e sete e duzentos e noventa e dois, de dois mil e um, do Gabinete da Juventude, vai o Gabinete de Juventude realizar um Curso de Iniciação de Cerâmica de catorze de Janeiro a cinco de Abril de dois mil e dois. ----

-----O curso terá como destinatários preferencialmente munícipes dos quinze aos trinta anos e terá lugar nas instalações do Centro de Juventude. -----

-----Assim, serve a presente proposta para submeter à aprovação do Executivo que seja cobrada a quantia de cinco mil escudos por cada inscrição no Curso de Iniciação à Cerâmica, uma vez que todo o material será suportado pela CMO, com excepção de casos de comprovada carência financeira, devidamente avaliados pela UNIVA.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**51 - PROPOSTA Nº. 26/02 - Pº. 3-DIM/DAD/00 - ELIMINAÇÃO DE CANTEIROS EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 10.01.03.29.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e dois milhões quinhentos e cinco mil escudos (cento e doze mil duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), à firma José Ribeiro Alves, Limitada.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o quarto (e último) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de oito milhões novecentos e cinquenta e dois mil setecentos e quarenta escudos (quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros e oito cêntimos), o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos - sete milhões duzentos e noventa e quatro mil e setecentos escudos - trinta e seis mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos;-----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão seiscentos e cinquenta e oito mil e quarenta escudos - oito mil duzentos e setenta euros e vinte e sete cêntimos. -----

----- Os trabalhos a mais devem-se ao facto de, entre o início do processo e o início das obras ter mediado um tempo de quatro meses, o que levou a que as condições iniciais se tivessem agravado, pelo que não era possível concluir a obra sem que essas situações fossem também reparadas. Estes trabalhos implicam um agravamento financeiro de sete vírgula quatro. -

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de um milhão seiscentos e cinquenta e oito mil e quarenta escudos (oito mil duzentos e setenta euros e vinte e sete cêntimos).-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de nove milhões quatrocentos mil trezentos e setenta e sete escudos (quarenta e seis mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), o qual inclui a importância de quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e trinta e sete escudos (dois mil duzentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma José Ribeiro Alves, Limitada. -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**52 - PROPOSTA Nº. 27/02 - Pº. 145-DIM/DEIM/00 - RDL - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO E ÚLTIMO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.18.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e quatro de Janeiro de dois mil e um, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Armando Cunha - Empreiteiros de Obras Públicas, Sociedade Anónima, pela importância de dezanove milhões



cento e vinte e sete mil duzentos e cinquenta escudos, com prazo de execução de quatro meses, de acordo com o Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Nesta empreitada foram incluídas as Ruas Duque da Terceira (Parte) e António Maria Costa Macedo (Parte).-----

-----Os trabalhos previstos na empreitada consistem essencialmente na recarga betuminosa da faixa de rodagem e dos parques de estacionamento, remodelação do cruzamento das referidas ruas, substituição de lancis danificados, reparação de passeios em calçada de vidro, e na beneficiação pontual dos órgãos de drenagem pluvial.-----

-----Segundo a informação número setecentos e sessenta e cinco, de dois mil e um, da Divisão de Obras Municipais / Serviço de Infra-Estruturas Municipais, em três de Outubro de dois mil e um, foram pela fiscalização da Divisão de Obras Municipais e na presença do representante do adjudicatário, efectuadas as medições dos trabalhos executados, cujo auto se anexa e importa em quatro milhões oitocentos e vinte e três mil oitocentos e sete escudos, sendo:

----- Trabalhos Previstos - três milhões vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e seis escudos; --- -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - novecentos e setenta e quatro mil e sessenta e um escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - oitocentos e vinte e um mil e trezentos escudos. --- -----

-----Segundo a mesma informação, os trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de novecentos e setenta e quatro mil e sessenta e um escudos, resultaram do facto das quantidades previstas essencialmente para execução de tout-venant de zero vírgula quinze metros e zero vírgula trinta metros de espessura, arranque e reposição de cubos de calcário e reposição de pilaretes metálicos, por terem sido ultrapassadas, carecendo de sancionamento.-----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de seiscentos e setenta mil

setecentos e cinquenta escudos, foram aprovados em reunião de Câmara de trinta e um de Outubro de dois mil e um.-----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de cento e cinquenta mil quinhentos e cinquenta escudos, referem-se ao fornecimento e assentamento de tubagem em PVC de diâmetros de cento e dez milímetros e de cento e vinte e cinco milímetros, e à demolição de sumidouros, e consideram-se aceitáveis os preços unitários apresentados pelo adjudicatário, que se anexam, carecendo os mesmos de aprovação, e de sancionamento dos citados trabalhos.--

----- A percentagem dos trabalhos a mais do presente auto de medições é de nove vírgula quatro por cento; -----

----- A percentagem acumulada dos trabalhos a mais dos três autos é de treze vírgula um por cento; - -----

----- A percentagem dos trabalhos a menos é de quarenta e dois vírgula trinta e seis por cento.-----

----- Ainda segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação dos preços unitários e dos trabalhos a mais, no valor de cento e cinquenta mil quinhentos e cinquenta escudos (setecentos e cinquenta euros e noventa e quatro cêntimos); -----

----- - A aprovação do presente auto de medições de trabalhos no montante global de cinco milhões sessenta e quatro mil novecentos e noventa e sete escudos (vinte e cinco mil duzentos e sessenta e quatro euros e dez cêntimos), o qual inclui a importância de duzentos e quarenta e um mil cento e noventa escudos (mil duzentos e três euros e cinco cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha - Empreiteiros de Obras Públicas, Sociedade Anónima; -----



----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**53 - PROPOSTA Nº. 28/02 - Pº. 165-DIM/DEIP/01 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO ELÉCTRICA NA EB1 DO MURGANHAL - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 05.03.03.03.:**-----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura do concurso limitado aprovado por deliberação em reunião de Câmara de vinte e cinco de Julho de dois mil e um, foram convidadas cinco firmas, das quais a firma Gomes dos Santos, Limitada não apresentou proposta, as restantes apresentaram propostas a seguir referidas às quais acrescerá o IVA à taxa legal em vigor:-----

----- Alberto Roque, Limitada, proposta no montante de oito milhões dezasseis mil setecentos e dez escudos, com o prazo de execução de trinta dias;-----

----- R.D. Contreiras, Limitada, proposta no montante de oito milhões trezentos e trinta e seis mil cento e dez escudos, com prazo de execução de trinta dias;-----

----- Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, proposta no montante de sete milhões oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta e cinco escudos, com prazo de execução de trinta dias;-----

----- António Palmira Martins, Limitada, proposta no montante de oito milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil escudos, com prazo de execução de trinta dias;-----

-----As propostas foram analisadas pela comissão nomeada para o efeito por deliberação em reunião de Câmara de vinte e cinco de Julho de dois mil e um, tendo esta concluído, conforme consta do relatório final de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, dado ser a de menor preço.-----

----- Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de telecópia, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo.-----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- - Que se adjudique a empreitada em título, por preço global à firma, Saninstel - Instalações Eléctricas e Informática, Limitada, pelo montante de sete milhões oitocentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta e cinco escudos (trinta e nove mil trezentos e setenta e nove euros e dois cêntimos), ao qual acresce trezentos e noventa e quatro mil setecentos e trinta e nove escudos (mil novecentos e sessenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos) respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de trinta dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março;-----

----- - Dispensa de Celebração de Contrato Escrito, nos termos da proposta de deliberação número quatrocentos e cinco, de dois mil, aprovada em reunião de Câmara de vinte e três de Fevereiro de dois mil e de acordo com a Circular número um, de dois mil e um.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**54 - PROPOSTA Nº. 29/02 - Pº. DIM/DOM/01 - INFRA-ESTRUTURAS DE SEGURANÇA NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 02.03.03.02.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em vinte e quatro de Julho de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Construções Soares da Costa, Sociedade Anónima, pela importância de dois milhões e cinquenta e quatro mil quatrocentos e noventa



escudos, com o prazo de execução de quinze dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos, no montante global de dois milhões cinquenta e quatro mil quatrocentos e noventa escudos (dez mil duzentos e quarenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número seiscientos e quarenta e oito, de dois mil e um, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dois milhões cento e cinquenta e sete mil duzentos e quinze escudos (dez mil setecentos e sessenta euros e catorze cêntimos), o qual inclui a importância de cento e dois mil setecentos e vinte e cinco escudos (quinhentos e doze euros e trinta e nove cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Construções Soares da Costa, Sociedade Anónima; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**55 - PROPOSTA Nº. 30/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE RECREATIVO “OS LEÕES DE PORTO SALVO” - CP 02.02.09.10.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“O Clube Recreativo “Os Leões de Porto Salvo” solicitou à Câmara o desbloqueamento das verbas relativas ao subsídio que permitirá o pagamento do projecto de execução do respectivo pavilhão.-----

-----O Projecto em causa encontra-se em fase de estudo prévio, sendo que, este já foi apresentado à Câmara e aprovado em reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de Junho do corrente ano.-----

----- Assim e em fase ao acima exposto, propõe-se:-----

----- - A atribuição de um subsídio ao Clube Recreativo “Os Leões de Porto Salvo”, no valor de quatro milhões oitocentos e dezassete mil quatrocentos e setenta e cinco escudos.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

**56 - PROPOSTA Nº. 31/02 - APOIO À CONSTRUÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA DE S. PEDRO BARCARENA - CP 04.01.09.01.:-----**

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- “Um - Introdução-----

----- Sequente à proposta de apoio financeiro aprovada em reunião de Câmara de dez de Fevereiro de noventa e nove, para a construção das novas instalações da Cooperativa de São Pedro Barcarena, a Autarquia, através da celebração de contrato-programa com a Instituição irá assegurar a comparticipação em quinze por cento do total da obra. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Dois.um - Face ao que antecede, e de acordo com a cópia da factura com o número três mil setecentos e onze A zero um, referente ao primeiro auto de medição da empreitada de fornecimento e montagem da Vedação que foi conferida pela fiscalização da obra e aprovada pela Direcção da Instituição, propõe-se o pagamento correspondente, no valor de setecentos e cinco mil cento e oitenta e nove escudos, à Cooperativa de São Pedro. -----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três - Comunicação à Cooperativa São Pedro. -----

----- Dois.quatro - Pagamento sequente. -----

----- Dois.cinco - Aprovação em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**57 - PROPOSTA Nº. 32/02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA PORTUGUESA CONTRA O**



**CANCRO - CP 04.01.13.07.:**-----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

-----A Liga Portuguesa Contra o Cancro é uma Instituição de Utilidade Pública, que tem como objectivo: -----

----- Realizar acções de prevenção através de um melhor e mais intenso esclarecimento da população;-----

----- Promover acções de apoio a mastectomizadas, laringectomizados e ostomizados através de grupos de entre-ajuda;-----

----- Apoiar directamente doentes e familiares;-----

----- Fomentar o estudo e investigação em oncologia;-----

----- Desenvolver acções conjuntas com entidades públicas e privadas; -----

----- Realizar o rastreio do Cancro da Mama. -----

-----Na sequência da apreciação das actividades desenvolvidas por esta Instituição, reconhecemos que têm assumido um papel relevante nesta área. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Face ao que antecede, proponho: -----

-----Dois.um - Atribuição de um subsídio no valor de cem mil escudos, à Liga Portuguesa Contra o Cancro;-----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância; -----

-----Dois.três - Comunicação à Liga Portuguesa Contra o Cancro; -----

-----Dois.quatro - Pagamento sequente; -----

-----Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**58 - PROPOSTA Nº. 33/02 - IMPRESSÃO DA PUBLICAÇÃO “ACTUALIDADES MUNICIPAIS”**

**PARA O ANO 2002 - ADJUDICAÇÃO - CP 11.1.7.42.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Através do processo apenso, número quarenta, de dois mil e um, de dezanove de Outubro, foram consultadas as empresas Sogapal Limitada, Heska, Lisgráfica, Europam, Mirandela, Palma Artes Gráficas, Gráfiliz e Impriluz. -----

----- Destas, apenas apresentaram propostas as empresas Heska - catorze milhões e quinhentos mil escudos (setenta e dois mil trezentos e vinte e cinco euros e setenta cêntimos), a Europam - dezanove milhões setecentos e quatro mil e trezentos escudos (noventa e oito mil duzentos e oitenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos) ou treze milhões quinhentos e quarenta e oito mil e novecentos escudos (sessenta e sete mil quinhentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos) e a Sogapal, Limitada - dez milhões e quatrocentos mil escudos (cinquenta e um mil oitocentos e setenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos) ou dez milhões cento e quarenta mil escudos (cinquenta mil quinhentos e setenta e oito euros e onze cêntimos). -----

----- Atendendo a que na reunião de negociação, só estiveram presentes as empresas Europam e Sogapal, Limitada, e que ambas mantiveram as propostas iniciais, consoante acta apensa, propõe-se nos termos da legislação em vigor, a adjudicação da execução desta obra, à empresa Sogapal, Limitada, pelo valor global de dez milhões cento e quarenta mil escudos (cinquenta mil quinhentos e setenta e oito euros e onze cêntimos), valor a acrescer de IVA. -----

----- Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**59 - PROPOSTA Nº. 34/02 - IMPRESSÃO DA PUBLICAÇÃO “DELIBERAÇÕES MUNICIPAIS”**

**PARA O ANO 2002 - ADJUDICAÇÃO - CP 11.1.7.48.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita



pelo Senhor Presidente: -----

-----“Para os efeitos supracitados, através do processo número trinta e oito, de dois mil e um, de dezanove de Outubro, foram consultadas as empresas Sogapal, Limitada, Heska, Lisgráfica, Europam, Mirandela, Palma Artes Gráficas, Grafilis e Impriluz, das quais apenas apresentaram orçamentos a Heska - nove milhões de escudos (quarenta e quatro mil oitocentos e noventa e um euros e oitenta e um cêntimos); Europam - dezassete milhões novecentos e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta escudos (oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e oito euros e noventa e nove cêntimos) ou catorze milhões trezentos e trinta e um mil duzentos e quarenta e seis escudos (setenta e um mil quatrocentos e oitenta e três euros e noventa e cinco cêntimos) e Sogapal - nove milhões setecentos e cinquenta mil escudos (quarenta e oito mil seiscentos e trinta e dois euros e setenta e nove cêntimos). -----

-----No processo de negociação subsequente, a Heska não esteve presente, a Europam decidiu manter a sua proposta e a Sogapal baixou o seu orçamento para oito milhões e novecentos mil escudos (quarenta e quatro mil trezentos e noventa e três euros e um cêntimo), consoante acta junta. -----

-----Assim sendo, e nos termos da legislação em vigor, propõe-se a adjudicação da impressão das “Deliberações Municipais” à empresa Sogapal pelo valor de oito milhões e novecentos mil escudos (quarenta e quatro mil trezentos e noventa e três euros e um cêntimo), valor a acrescer de IVA. -----

-----Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**60 - PROPOSTA Nº. 35/02 - IMPRESSÃO DA REVISTA “OEIRAS MUNICIPAL” PARA O ANO 2002 - ADJUDICAÇÃO - CP 11.01.07.09.: -----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

----- “Na sequência do processo número trinta e sete, de dois mil e um, de dezanove de Outubro, convidaram-se as empresas Sogapal, Limitada, Lisgráfica, Europam, Peres, Mirandela e Palma Artes Gráficas, a apresentarem orçamentos para a execução da publicação supracitada, para o ano dois mil e dois. -----

----- Todas as empresas consultadas, à priori, reuniam os requisitos necessários e suficientes para executar a publicação nas condições requeridas. -----

----- Na ocasião de abertura das propostas, verificou-se que as empresas Lisgráfica e Palma Artes Gráficas não concorreram, tendo as restantes apresentado os seguintes valores: Publipúblico (em representação da Mirandela) - treze milhões novecentos mil e quatrocentos escudos (sessenta e nove mil trezentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos); Peres - catorze milhões duzentos e quarenta e cinco mil escudos (setenta e um mil e cinquenta e três euros e setenta e seis cêntimos); Europam - catorze milhões seiscentos e setenta e cinco mil escudos (setenta e três mil cento e noventa e oito euros e cinquenta e nove cêntimos) e Sogapal - treze milhões duzentos e oitenta mil escudos (sessenta e seis mil duzentos e quarenta euros e trinta e seis cêntimos). -----

----- No processo de negociação subsequente, transcrito na acta apensa, verificou-se que a Gráfica Peres não esteve presente, e da licitação havida entre as outras três empresas, todas apresentaram como valor último doze milhões e novecentos mil escudos (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e quatro euros e noventa e três cêntimos). -----

----- Assim sendo e porque se mantêm inalterados os pressupostos que levaram à edição contínua e periódica desta revista, e ainda porque a gráfica Europam executou esta publicação durante o corrente ano, com agrado geral, donde a situação de orçamentos equivalentes aconselha ao prolongamento do vínculo contratual com a mesma empresa, pelo que se propõe a adjudicação à empresa Europam, pelo valor de doze milhões e novecentos mil escudos (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e quatro euros e noventa e três cêntimos), valor a acrescer de



IVA. -----

-----Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**61 - PROPOSTA Nº. 36/02 - IMPRESSÃO DO BOLETIM “OEIRAS ACTUAL” PARA O ANO 2002 - ADJUDICAÇÃO - CP 11.1.7.33.:-----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

-----“Para os efeitos supracitados, através do processo número quarenta e um, de dois mil e um, de dezanove de Outubro, foram consultadas as empresas Sogapal, Limitada, Heska, Lisgráfica, Europam, Mirandela, Palma Artes Gráficas e Impriluz, das quais apenas apresentaram propostas em condições de ser aceites, as empresas Heska - treze milhões trezentos e sessenta mil escudos (sessenta e seis mil seiscentos e trinta e nove euros e quarenta cêntimos); Europam - vinte e sete milhões quatrocentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta escudos (cento e trinta e sete mil e sessenta e oito euros e sete cêntimos) ou dezassete milhões seiscentos e setenta e quatro mil e quatrocentos escudos (oitenta e oito mil cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos) e Sogapal - doze milhões quatrocentos e oitenta mil escudos (sessenta e dois mil duzentos e quarenta e nove euros e noventa e oito cêntimos) ou onze milhões oitocentos e cinquenta e seis mil escudos (cinquenta e nove mil cento e trinta e sete euros e quarenta e oito cêntimos).-----

-----Na reunião subsequente, conforme acta junta, apenas se apresentaram as empresas Europam e Sogapal, que declararam manter as respectivas propostas, donde sendo financeiramente mais vantajosa a proposta da Sogapal, propõe-se nos termos da legislação em vigor, que lhe seja adjudicada a execução do Boletim “Oeiras Actual” pelo valor global de onze milhões oitocentos e cinquenta e seis mil escudos (cinquenta e nove mil cento e trinta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), valor a acrescer de IVA.-----

----- Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**62 - PROPOSTA Nº. 37/02 - IMPRESSÃO DA PUBLICAÇÃO “BIMENSÁRIO MUNICIPAL”  
PARA O ANO 2002 - ADJUDICAÇÃO - CP 11.1.7.10.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Através do processo apenso, número trinta e nove, de dois mil e um, de dezanove de Outubro e para os efeitos supracitados, foram consultadas as empresas Sogapal, Limitada, Heska, Lisgráfica, Europam, Mirandela, Palma Artes Gráficas, Gráfiliz e Impriluz. -----

----- Destas empresas, apenas apresentaram propostas orçamentais a Heska - nove milhões e quinhentos mil escudos (quarenta e sete mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta cêntimos), a Europam - catorze milhões seiscentos e sessenta e quatro mil e duzentos escudos (setenta e três mil cento e quarenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) ou nove milhões trezentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta escudos (quarenta e seis mil quinhentos e trinta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) e a Sogapal - dez milhões setecentos e noventa mil escudos (cinquenta e três mil oitocentos e vinte euros e vinte e nove cêntimos) ou dez milhões duzentos e cinco mil escudos (cinquenta mil novecentos e dois euros e trinta e três cêntimos). ---

----- No processo negocial subsequente, consoante acta em anexo, a Heska não se fez representar, a Europam baixou a sua proposta mais económica para oito milhões e quinhentos mil escudos (quarenta e dois mil trezentos e noventa e sete euros e oitenta e dois cêntimos) e a Sogapal, Limitada, baixou a sua proposta mais favorável para nove milhões e duzentos mil escudos (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos).-----

----- Sucede, que apesar do melhor valor financeiro, em sede de negociação pertencer à Europam, a proposta desta empresa implica modificar as dimensões do papel em que a publicação é impressa, ou seja mesmo que esta modificação não fosse substantiva ela altera as



condições do concurso e coloca em condições de desigualdade as restantes propostas, donde, face à legislação em vigor se propõe a adjudicação da execução desta obra, à empresa Sogapal Limitada, pelo valor global de nove milhões e duzentos mil escudos (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos), valor a acrescer de IVA. -----

-----Mais se propõe a aprovação desta parte da acta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**63 - PROPOSTA Nº. 38/02 - Pº. 190-DIM/DEIM/98 - DUPLICAÇÃO DA RIBEIRA DA JUNÇA - 2ª. FASE - INUNDAÇÕES DO DAFUNDO (COMPARTICIPAÇÃO DO INAG ) - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 18º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 06.01.02.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara de doze de Maio de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, Sociedade Anónima, pela importância de oitocentos e catorze mil seiscientos e noventa e oito euros e cinco cêntimos, com o prazo de execução de cento e noventa dias úteis, de acordo com o Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro. -----

-----Segundo a informação número oitocentos e cinquenta, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, a firma fiscalizadora Pórtico - Gabinete de Engenharia, Limitada, realizou a trinta de Novembro de dois mil e um a medição de trabalhos, cujo auto se anexa ao processo e importa em cinco mil duzentos e oito euros e noventa e seis cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----De acordo com a fiscalização, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinco mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos, o qual inclui a importância de duzentos e sessenta euros e quarenta e cinco cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o

sequente pagamento à empresa Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, Sociedade Anónima; - -----

----- - Remeter cópia do auto de medição ao Gabinete de Apoio às Relações Institucionais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**64 - PROPOSTA Nº. 39/02 - PROLONGAMENTO DA AVª. SR. JESUS DOS NAVEGANTES, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 23º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.02.05.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara de vinte e oito de Abril de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, ao consórcio Tomás de Oliveira - Empreiteiros, Sociedade Anónima / Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pela importância de um milhão seiscentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos, com o prazo de execução de oito meses, de acordo com o artigo nonagésimo sétimo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro. -----

----- Segundo a informação número oitocentos e quarenta e cinco, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, através da Comunicação Interna número noventa e sete, de dois mil e um, a fiscalização da obra em título, LEMO - Laboratório de Ensaios e Materiais de Oeiras, enviou o auto de medição número vinte e três, o qual se encontra anexo ao processo, no montante de quarenta e oito mil novecentos e seis euros e cinquenta e um cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- A fiscalização informa que os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----



----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e um euros e oitenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e trinta e três cêntimos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento ao Consórcio Tomás de Oliveira - Empreiteiros, Sociedade Anónima / Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**65 - PROPOSTA Nº. 40/02 - Pº. 9-DIM/DEIM/99 - PROLONGAMENTO DA AVª. SR. JESUS DOS NAVEGANTES, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 25º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.02.05.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e oito de Abril de noventa e nove, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, ao consórcio Tomás de Oliveira - Empreiteiros, Sociedade Anónima / Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pela importância de um milhão seiscentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos, com o prazo de execução de oito meses, de acordo com o artigo nonagésimo sétimo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro. -----

-----Segundo a informação número oitocentos e sessenta e seis, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, através da Comunicação Interna número cento e onze, de dois mil e um, a fiscalização da obra em título, LEMO - Laboratório de Ensaios e Materiais de Oeiras, enviou o auto de medição número vinte e cinco, o qual se encontra anexo ao processo, no montante de oitenta e nove mil quinhentos e sessenta e dois euros e dez cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----A fiscalização informa que os trabalhos foram executados em boas condições, pelo

que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de noventa e quatro mil e quarenta euros e vinte cêntimos, o qual inclui a importância de quatro mil quatrocentos e setenta e oito euros e dez cêntimos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento ao Consórcio Tomás de Oliveira - Empreiteiros, Sociedade Anónima / Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**66 - PROPOSTA Nº. 41/02 - Pº. 81-DIM/DOM/00 - CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE OUTURELA E AMPLIAÇÃO DA EB1 DE OUTURELA, PORTELA (M. EDUCAÇÃO) - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.02.03.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara de vinte e três de Maio de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma SO-PR - Sociedade de Construções e Promoções Imobiliárias Limitada, pela importância de quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos, com o prazo de execução de nove meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos, no montante global de vinte e quatro mil quinhentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e vinte e dois, de dois mil e um, do Serviço de Edifícios Municipais, o presente auto não tem trabalhos a mais.-----

----- Os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----



----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de vinte e cinco mil setecentos e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos, o qual inclui a importância de mil duzentos e vinte e oito euros e dezassete cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma SO-PR - Sociedade de Construções e Promoções Imobiliárias, Limitada;-----

----- Remeter cópia do auto ao Gabinete de Apoio às Relações Institucionais;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**67 - PROPOSTA Nº. 42/02 - Pº. 82-DIM/DOM/00 - CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE CARNAXIDE (M. EDUCAÇÃO) - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.02.02.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e três de Maio de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Temundo - Sociedade de Administração de Propriedades, Sociedade Anónima, pela importância de seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e sete euros e trinta e sete cêntimos, com o prazo de execução de dez meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos, no montante global de nove mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número oitocentos e vinte e um, de dois mil e um, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições.-----

-----O presente auto não tem trabalhos a mais, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de nove mil

novecentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos, o qual inclui a importância de quatrocentos e setenta e dois euros e vinte e um cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Temundo - Sociedade de Administração de Propriedades, Sociedade Anónima;-----

----- - Remeter cópia do auto ao Gabinete de Apoio às Relações Institucionais;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**68 - PROPOSTA Nº. 43/02 - Pº. 116 - DIM/DOM/00 - REMODELAÇÃO DA RUA INFANTE DOM PEDRO, NA MEDROSA, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.49.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara de onze de Julho de dois mil e um, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à firma Jocartécnica - Construções e Obras Públicas, Limitada, pela importância de cento e vinte mil novecentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos, com o prazo de execução de quatro meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- A empreitada em epígrafe consiste na remodelação da Rua Infante Dom Pedro, a qual inclui a reconstrução do pavimento da faixa de rodagem, alteração de parques de estacionamento, construção de passeios com pavimento tipo Soplacas, instalação de drenagem pluvial, arranjo de escadas existentes e execução de caldeiras para árvores.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de trinta e seis mil duzentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e cinquenta e dois, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo



que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de trinta e oito mil e oitenta euros e noventa e sete cêntimos, o qual inclui a importância de mil oitocentos e treze euros e trinta e oito cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Jocartécnica - Construções e Obras Públicas, Limitada; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**69 - PROPOSTA Nº. 44/02 - Pº. 207-DIM/DOM/00 - ARRANJOS EXTERIORES DA ESCOLA BÁSICA Nº. 4, DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.02.03.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara de vinte e cinco de Julho de dois mil e um, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Soresolve - Construção Civil e Obras Públicas, Sociedade Anónima, pela importância de duzentos e setenta e sete mil cento e oitenta e cinco euros e três cêntimos, com o prazo de execução de cento e trinta e três dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e quatro euros e quatro cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Segundo a informação número oitocentos e cinquenta e nove, de dois mil e um, do Serviço de Edifícios Municipais, o presente auto não tem trabalhos a mais. -----

-----Os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinquenta e três mil novecentos e vinte e um euros e setenta e quatro cêntimos, o qual inclui a importância de

dois mil quinhentos e sessenta e sete euros e setenta cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Soresolve - Construção Civil e Obras Públicas, Sociedade Anónima; - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**70 - PROPOSTA N.º. 45/02 - P.º. 243-DIM/DOM/00 - RDL 1/2001 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4.º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.25.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em vinte e quatro de Janeiro de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, pela importância de cento e dezasseis mil e trinta e seis euros e cinco cêntimos, com o prazo de execução de quatro meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- A obra referida em epígrafe diz respeito à reparação de arruamentos na freguesia de Linda-a-Velha, estando prevista a recarga betuminosa da Alameda António Sérgio, da Rua Amaro Monteiro e da Rua São João de Brito, o arranque e reposição de calçada em mau estado, a substituição de lancil em mau estado e a beneficiação da rede de drenagem pluvial.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos, no montante global de três mil seiscentos e vinte e um euros e noventa e oito cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e cinquenta e oito, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de três mil oitocentos e três



euros e oito cêntimos, o qual inclui a importância de cento e oitenta e um euros e dez cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa CME, Sociedade Anónima;

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**71 - PROPOSTA Nº. 46/02 - Pº. 246-DIM/DOM/00 - RDL 2/2001 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO E ÚLTIMO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.28.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara realizada em vinte e oito de Março de dois mil e um, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Alves Ribeiro, Sociedade Anónima, pela importância de vinte e dois milhões seiscentos e noventa e três mil e cem escudos, com prazo de execução de quatro meses, de acordo com o Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

-----A obra referida em epígrafe diz respeito a reparações de arruamentos na Freguesia de Oeiras, contemplando as Ruas António Sérgio, Cesário Verde e Guerra Junqueiro. -----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de treze milhões e setenta e três mil seiscentos e dezasseis escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos Previstos - onze milhões setecentos e um mil seiscentos e setenta e nove escudos; --- -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão oitenta e nove mil novecentos e trinta e sete escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - duzentos e oitenta e dois mil escudos.--

-----Segundo a informação número setecentos e cinquenta e três, de dois mil e um, da Divisão de Obras Municipais, Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de

natureza prevista, no valor de um milhão oitenta e nove mil novecentos e trinta e sete escudos, resultaram do facto das quantidades previstas para fresagem de pavimento, fornecimento e aplicação de binder, execução de camada de desgaste com zero vírgula zero três metros de espessura, terem sido ultrapassadas, carecendo de sancionamento. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de duzentos e treze mil e oitocentos escudos, referem-se à execução de um sumidouro e ao arranque e reposição à nova cota do pavimento de dezoito caixas de zero vírgula trinta vezes zero vírgula trinta metros, e foram aprovados em reunião de Câmara de dezoito de Julho de dois mil e um e trinta e um de Outubro de dois mil e um, carecendo o valor de sessenta e oito mil e duzentos escudos de sancionamento. -----

----- - A percentagem dos trabalhos a mais do presente Auto de Medições é de seis vírgula zero quatro por cento;-----

----- - A percentagem acumulada dos trabalhos a mais dos dois autos é de sete vírgula trinta e seis por cento; -----

----- - A percentagem dos trabalhos a menos é de dezoito vírgula trinta e seis por cento. --

----- Ainda segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - O sancionamento dos trabalhos a mais no valor de um milhão cento e cinquenta e oito mil cento e trinta e sete escudos (cinco mil setecentos e setenta e seis euros e setenta e seis cêntimos) mais IVA;-----

----- - A aprovação do presente auto de medições de trabalhos no montante global de treze milhões setecentos e vinte e sete mil duzentos e noventa e sete escudos (sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), o qual inclui a importância de seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e um escudos (três mil duzentos e sessenta



euros e cinquenta e cinco cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Alves Ribeiro, Sociedade Anónima;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**72 - PROPOSTA Nº. 47/02 - Pº. 326-DIM/DCAD/00 - EXECUÇÃO DE COBERTURA DAS ESTUFAS DOS VIVEIROS DA FÁBRICA DA PÓLVORA - LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 9/12/01 - PONTO 100**

**- CP 10.01.03.13.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara realizada em nove de Dezembro de dois mil e um, ponto cem, foi deliberado aprovar o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe.-

-----Porém, por lapso, foi indicado na informação seiscentos e trinta e seis, de dois mil e um, da Divisão de Conservação e Administração Directa, e consequentemente na proposta, o montante do auto de vinte e seis mil duzentos e quarenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (cinco milhões duzentos e sessenta e um mil novecentos e vinte escudos), quando deveria ter sido indicado o montante de vinte e um mil quatrocentos e quatro euros e doze cêntimos (quatro milhões duzentos e noventa e um mil cento e quarenta escudos) mais IVA à taxa de cinco por cento. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e dois mil quatrocentos e setenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos (quatro milhões quinhentos e cinco mil seiscentos e noventa e sete escudos) o qual inclui a importância de mil e setenta euros e vinte e um cêntimos (duzentos e catorze mil quinhentos e cinquenta e sete escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Copi, Limitada. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**73 - PROPOSTA Nº. 48/02 - Pº. 18-DIM/DOM/01 - ROTUNDA DA AVª. BONNEVILLE FRANCO  
COM A RUA COSTA PINTO, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º.  
AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.41.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Em reunião de Câmara de vinte e cinco de Julho de dois mil e um, foi deliberado adjudicar a empreitada designada em epígrafe, à empresa Guedol - Engenharia, Sociedade Anónima, pela importância de noventa e dois mil duzentos e setenta euros e setenta e três cêntimos, com o prazo de execução de quatro meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- A empreitada em epígrafe diz respeito à construção de uma rotunda, com zona galgável, construção de separadores centrais e respectivo calcetamento, execução de travessias, recarga betuminosa da rotunda e reforço da rede de drenagem pluvial.-----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de cinquenta e três mil quatrocentos e treze euros e noventa e sete cêntimos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos - quarenta e seis mil duzentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos; ------

----- - Trabalhos a Mais de natureza prevista - mil e quarenta euros e noventa e sete cêntimos; ------

----- - Trabalhos a Mais de natureza prevista - seis mil cento e quarenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e quarenta e oito, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista, no montante de mil e quarenta euros e noventa e sete cêntimos, referem-se aos trabalhos de sinalização



horizontal e vertical, que ultrapassaram as quantidades previstas no mapa de medições, carecendo os mesmos de sancionamento. -----

-----As quantidades previstas foram ultrapassadas porque a implantação da rotunda no local, obrigou à alteração da sinalização horizontal dos arruamentos adjacentes e houve necessidade de aplicar mais um sinal vertical, por forma a garantir a segurança rodoviária.-----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no montante de dois mil trezentos e setenta e seis euros e noventa e nove cêntimos, referem-se aos trabalhos de fornecimento e assentamento de calçada de vidro branco e preto, proposto para aprovação o preço unitário e o trabalho na informação número setecentos e cinquenta, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais. -----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no montante de três mil setecentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos, referem-se aos trabalhos de fornecimento e assentamento de calçada de vidro branca nova, fornecimento e assentamento de calçada de vidro nova em talude e fornecimento e assentamento de tampas e aro em ferro fundido, propondo-se a aprovação dos preços unitários, os quais se encontram em anexo no processo, carecendo os mesmos de sancionamento. -----

-----A calçada nova não foi prevista inicialmente por omissão, visto que havia novos passeios a pavimentar, em relação à calçada nova em talude houve necessidade de executar para vencer os desníveis verificados na sequência da construção da nova fonte ornamental.-----

-----Quanto às tampas e aros em ferro fundido houve necessidade de substituir algumas tampas que se encontravam partidas. -----

-----A percentagem dos trabalhos a mais parcial é de sete vírgula setenta e nove por cento e dos trabalhos a mais acumulados é de catorze vírgula noventa e seis por cento. -----

-----A percentagem de trabalhos a menos é de nove vírgula quatro por cento.-----

-----O agravamento de custos da empreitada é de cinco vírgula noventa e dois por cento.-

----- Ainda segundo a mesma informação, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do sancionamento dos trabalhos a mais de natureza prevista, no montante de mil e quarenta euros e noventa e sete cêntimos, acrescido do respectivo IVA; -----

----- - A aprovação do sancionamento dos trabalhos a mais de natureza não prevista, no montante de três mil setecentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos, acrescido do respectivo IVA;-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinquenta e seis mil e oitenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil seiscentos e setenta euros e setenta e um cêntimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento empresa Guedol - Engenharia, Sociedade Anónima;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**74 - PROPOSTA Nº. 49/02 - Pº. 133-DIM/DCAD/01 - LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE COLECTORES PLUVIAIS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 07.03.03.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e um mil oitocentos e vinte e dois euros e quarenta e um cêntimos (quatro milhões trezentos e setenta e cinco mil escudos), à firma SOLUBASIC, Sociedade Lusitana de Saneamento Básico, Limitada.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e dois mil cento e oitenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos (quatro milhões quatrocentos e quarenta e sete mil e duzentos escudos), o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos - vinte e um mil seiscentos e sessenta e sete euros e setenta e



oito cêntimos - quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - quinhentos e catorze euros e setenta e seis cêntimos - cento e três mil e duzentos escudos. -----

-----Os trabalhos a mais foram inevitáveis e de execução obrigatória, dado que estava a ser executada a limpeza de um colector, que forçosamente teve de ser levada até à caixa de visita mais próxima. Estes trabalhos implicam um agravamento financeiro de um vírgula sete por cento, uma vez que existem trabalhos a menos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho:-----

----- A aprovação de trabalhos a menos no montante de cento e cinquenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos (trinta e um mil escudos). -----

----- A aprovação de trabalhos a mais no montante de quinhentos e catorze euros setenta e seis cêntimos (cento e três mil e duzentos escudos).-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e três mil duzentos e noventa e um euros e sessenta e sete cêntimos (quatro milhões seiscentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta escudos) o qual inclui a importância de mil cento e nove euros e treze cêntimos (duzentos e vinte e dois mil trezentos e sessenta escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma SOLUBASIC, Sociedade Lusitana de Saneamento Básico, Limitada.-----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**75 - PROPOSTA Nº. 50/02 - Pº. 147-DIM/DCAD/01 - BENEFICIAÇÕES NO PRÉ-FABRICADO DE MIRAFLORES - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.:** -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quarenta e oito mil duzentos e setenta e seis euros e quinze cêntimos (nove milhões seiscentos e setenta e oito mil e quinhentos escudos), à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezasseis mil setecentos e trinta e dois euros e dezoito cêntimos (três milhões trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezassete mil quinhentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos (três milhões quinhentos e vinte e dois mil duzentos e vinte e cinco escudos) o qual inclui a importância de oitocentos e trinta e seis euros e sessenta e um cêntimos (cento e sessenta e sete mil setecentos e vinte e cinco escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**76 - PROPOSTA Nº. 51/02 - Pº. 147-DIM/DCAD/01 - BENEFICIAÇÕES NO PRÉ-FABRICADO DE MIRAFLORES - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quarenta e oito mil duzentos e setenta e seis euros e quinze cêntimos (nove milhões seiscentos e setenta e oito mil e quinhentos escudos), à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo auto



de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de trinta e um mil quinhentos e quarenta e três euros e noventa e oito cêntimos (seis milhões trezentos e vinte e quatro mil escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de trinta e três mil cento e vinte e um euros e dezoito cêntimos (seis milhões seiscentos e quarenta mil e duzentos escudos), o qual inclui a importância de mil quinhentos e setenta e sete euros e vinte cêntimos (trezentos e dezasseis mil e duzentos escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**77 - PROPOSTA Nº. 52/02 - Pº. 148-DIM/DCAD/01 - ADAPTAÇÃO DA PARTE DA EB1 ALGÉS Nº. 2 A JARDIM DE INFÂNCIA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cento e doze mil quatrocentos e quarenta e um euros e nove cêntimos (vinte e dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quinze escudos), à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.-- -----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de trinta e seis mil setecentos e quatro euros e setenta cêntimos (sete milhões trezentos e cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e um escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas

condições; proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de trinta e oito mil quinhentos e trinta e nove euros e noventa e três cêntimos (sete milhões setecentos e vinte e seis mil quinhentos e sessenta e três escudos) o qual inclui a importância de mil oitocentos e trinta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos (trezentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e dois escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**78 - PROPOSTA Nº. 53/02 - Pº. 148-DIM/DCAD/01 - ADAPTAÇÃO DA PARTE DA EB1 ALGÉS Nº. 2 A JARDIM DE INFÂNCIA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cento e doze mil quatrocentos e quarenta e um euros e nove cêntimos (vinte e dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quinze escudos), à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. - -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de trinta e dois mil cento e vinte e dois euros e oito cêntimos (seis milhões quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e noventa e nove escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de trinta e três mil setecentos e vinte e oito euros e dezoito cêntimos (seis milhões setecentos e sessenta e



um mil oitocentos e noventa e quatro escudos) o qual inclui a importância de mil seiscentos e seis euros e dez cêntimos (trezentos e vinte e um mil novecentos e noventa e cinco escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.-----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**79 - PROPOSTA Nº. 54/02 - Pº. 170-DIM/DCAD/01 - REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA EB1 DE ALGÉS Nº. 2 - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e sete euros e setenta e seis cêntimos (dez milhões novecentos e oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e cinco escudos), à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezasseis mil quinhentos e noventa euros e vinte e sete cêntimos (três milhões trezentos e vinte e seis mil e cinquenta escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezassete mil quatrocentos e dezanove euros e setenta e oito cêntimos (três milhões quatrocentos e noventa e dois mil trezentos e cinquenta e três escudos) o qual inclui a importância de oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta e dois cêntimos (cento e sessenta e seis mil trezentos e três escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Sociedade de

Construções José Moreira, Limitada.-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**80 - PROPOSTA Nº. 55/02 - Pº. 170-DIM/DCAD/01 - REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES  
SANITÁRIAS DA EB1 DE ALGÉS Nº. 2 - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE  
MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e sete euros e setenta e seis cêntimos (dez milhões novecentos e oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e cinco escudos), à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte mil quinhentos e noventa e quatro euros e sessenta e nove cêntimos (quatro milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco escudos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e um mil seiscentos e vinte e quatro euros e quarenta e três cêntimos (quatro milhões trezentos e trinta e cinco mil trezentos e oito escudos) o qual inclui a importância de mil e vinte e nove euros e setenta e três cêntimos (duzentos e seis mil quatrocentos e quarenta e três escudos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. - -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----



**81 - PROPOSTA Nº. 56/02 - Pº. 280-DIM/DOM/01 - RECONSTRUÇÃO DO FUNDO DO CANEIRO DA RIBEIRA DE PORTO SALVO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.50.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Por despacho proferido em quatro de Outubro de dois mil e um, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à firma António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pela importância de noventa e dois mil e vinte e oito euros e vinte e um centimos, com o prazo de execução de trinta dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

-----A empreitada consiste na reconstrução do fundo do Caneiro da Ribeira de Porto Salvo, com betão com fibra de aço, desde o Viaduto Rodoviário de Paço de Arcos até à Praia dos Pescadores.-----

-----Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos, no montante global de noventa e dois mil e vinte e oito euros e vinte e um centimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número oitocentos e quarenta e quatro, de dois mil e um, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de noventa e seis mil seiscentos e vinte e nove euros e sessenta e dois centimos, o qual inclui a importância de quatro mil seiscentos e um euros e quarenta e um centimos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**82 - PROPOSTA Nº. 57/02 - MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CMO E O**

**NÚCLEO DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Submete-se para apreciação e aprovação do Executivo Camarário a minuta do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Núcleo de Instrução e Beneficência, relativo à cedência de instalações, em regime de comodato, no Bairro do Bugio, para funcionamento de Creche, o qual a seguir se transcreve:”-----

-----“Protocolo-----  
entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Núcleo de Instrução e Beneficência - Casa da Criança “Rainha Santa Isabel”-----

Introdução -----

A protecção à infância implica o respeito pela individualidade de cada criança, pelas suas aspirações, motivações e interesses, possibilitando a formação da personalidade num contexto de equilíbrio e segurança.-----

Torna-se vital assegurar o exercício dos seus Direitos, com o objectivo de proporcionar um desenvolvimento integral e, a assumpção à medida que se processa o seu crescimento, de responsabilidades para consigo própria, para com a família e a comunidade. -----

Sabemos que as crianças constituem por si próprias, com as suas potencialidades e capacidades, as suas opiniões, o seu entusiasmo, a especial abertura à inovação, um contributo potencial para o desenvolvimento e evolução das sociedades. -----

Torna-se, contudo, vital que, desde o início, tenham condições de vida dignas e que o seu processo de socialização possa ser vivido em clima de afectividade e tranquilidade, ganhando deste modo o futuro, construído no dia a dia de cada criança e de cada um de nós, consubstanciado na realidade com que sonhamos.-----

A criação de equipamentos que favoreçam o reconhecimento dos direitos de cidadania plena a



todas as crianças e a prática de processos educativos e formativos que, a par do trabalho lúdico-pedagógico possibilitem aos pais o acesso à informação para o melhor exercício das suas competências parentais, é uma das formas através das quais a Autarquia intervém no sentido de proporcionar um maior bem-estar às famílias, às suas crianças e, assim, à comunidade em geral. - Em consequência, reconhecendo o trabalho meritório que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Instrução e Beneficência, o espírito no qual se alicerça o Projecto Pedagógico pelo qual esta Instituição se norteia e que se efectiva pela prática de uma educação pré-escolar integrada e integrante, ajudando cada criança a desenvolver todas as suas competências, foi considerada a celebração do presente Protocolo para aumento da valência de Creche, numa das zonas do Concelho em que essa necessidade se faz sentir de forma significativa. -----

Assim, entre a Câmara Municipal de Oeiras, Pessoa Colectiva de Direito Público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representada pelo seu Presidente, Doutor Isaltino Afonso Morais e o Núcleo de Instrução e Beneficência de Paço de Arcos, Pessoa Colectiva número quinhentos milhões oitocentos e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco, representada pelo Presidente da Direcção, ... , titular do Bilhete de Identidade número ... , emitido em ... pelo Arquivo de Identificação de ... , e, pelo Director ... , titular do Bilhete de Identidade número ... , emitido em ... , pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, é celebrado Protocolo, de acordo com as seguintes Cláusulas: -----

-----Cláusula Primeira-----

O Município é dono e legítimo proprietário das instalações situadas na Rua José Pedro da Silva, número dez, em Paço de Arcos, no qual foram realizadas obras de adaptação e instalado equipamento básico com vista ao funcionamento de um equipamento com a valência de Creche.-

-----Cláusula Segunda-----

-----O espaço identificado na Cláusula Primeira será cedido, em regime de comodato, ao Núcleo de Instrução e Beneficência, que assegurará a gestão e funcionamento da Creche. -----

-----Cláusula Terceira-----

A cedência decorrerá pelo período de três anos, tacitamente renovado por igual período, se não for denunciado por nenhuma das partes com a antecedência mínima de doze meses. -----

-----Cláusula Quarta -----

O Núcleo de Instrução e Beneficência compromete-se a gerir e administrar a Creche, mantendo-a em funcionamento, de acordo com as regras e orientações técnicas estabelecidas, não utilizando o equipamento para fins diversos do que fica definido neste Protocolo.-----

-----Cláusula Quinta -----

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, as despesas de conservação das instalações, bem como as decorrentes do consumo de água, gás, electricidade e outras inerentes à utilização, são da exclusiva responsabilidade do Núcleo de Instrução e Beneficência. -----

-----Cláusula Sexta -----

As obras que venham a tornar-se necessárias no exterior do edifício, bem como as interiores respeitantes às infra-estruturas, serão da responsabilidade da CMO. -----

-----Cláusula Sétima -----

A Câmara Municipal de Oeiras apoiará financeiramente o funcionamento do equipamento, em conformidade com os critérios de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovados e em vigor. -----

-----Cláusula Oitava-----

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente Protocolo, os casos omissos e eventuais problemas que decorram da utilização do espaço agora cedido, serão resolvidos por negociação entre o Município e o Núcleo de Instrução e Beneficência. -----

-----Cláusula Nona -----

O presente Protocolo foi aprovado na reunião de ... , entra em vigor a partir da data da sua assinatura e manter-se-á pelo prazo de três anos, conforme estipulado na Cláusula Terceira,



sendo tacitamente renovado se não se apresentarem motivos para denúncia, -----

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras; Isaltino Afonso Morais, -----

Núcleo de Instrução e Beneficência; O Presidente da Direcção; O Director.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

**83 - PROPOSTA Nº. 58/02 - ENCARGOS FINANCEIROS DE 2001 QUE FICARAM POR PAGAR EM 31/12/01:-----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

-----“Determina o artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que os encargos regularmente assumidos relativos a anos anteriores serão satisfeitos de conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que for efectuado o pagamento. -----

-----Proponho o pagamento das facturas constantes da relação junta ao processo que totalizam oito milhões novecentos e noventa mil seiscentos e oitenta e três euros, à medida das disponibilidades financeiras da Autarquia.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

-----Após esta votação entrou na sala o Senhor Presidente, que assumiu a presidência da reunião.-----

**84 - PROPOSTA Nº. 59/02 - SUBSCRIÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL DA E.I.A. - ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, S.A. (UNIVERSIDADE ATLÂNTICA): -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em mil novecentos e noventa e nove, a situação da E.I.A - Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima, entidade titular da Universidade Atlântica era, do ponto de

vista económico-financeiro, francamente preocupante. De tal modo que chegou a estar equacionado o encerramento da Universidade e a dissolução da Empresa. -----

----- Por iniciativa da Câmara foi decidido dar àquela entidade uma nova capacidade de gestão e, também, garantir um apoio financeiro sob a forma de suprimentos. -----

----- Mesmo não sendo o maior accionista, a Câmara foi quem mais e melhor apoiou a E.I.A./Universidade Atlântica. -----

----- Tal decisão revelou-se acertada, uma vez que, desde então, a E.I.A. vem procedendo a uma forte redução dos seus prejuízos, tendo já a perspectiva de os seus resultados serem positivos a partir do ano lectivo dois mil e dois/dois mil e três. -----

----- Por seu lado, a Universidade Atlântica ganhou, visibilidade, credibilidade e dimensão crítica.-----

----- Foram abertas novas áreas de licenciatura (Saúde) que garantirão um número de alunos compatível com o desejado equilíbrio financeiro.-----

----- No exercício de dois mil, a Câmara deliberou constituir suprimentos na E.I.A. no montante de sessenta mil contos.-----

----- No exercício de dois mil e um, a Câmara deliberou constituir suprimentos na E.I.A. no montante de quarenta mil contos. -----

----- Em Dezembro passado, a E.I.A., por força dos prejuízos acumulados (até trinta e um de Dezembro de dois mil) e das imposições do artigo trigésimo quinto, do Código das Sociedades Comerciais, foi obrigada a deliberar uma redução de capital passando cada acção de um valor nominal de mil escudos para um euro. -----

----- Na mesma ocasião, por força dos investimentos necessários a E.I.A. deliberou um aumento de capital de um milhão de euros.-----

----- Assim propõe-se:-----

----- Um - Que a Câmara delibere subscrever as acções que lhe cabem por direito



decorrente da posição actualmente detida, ou seja, duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e oitenta e seis acções com o valor nominal de um euro cada.-----

-----Dois - Que a Câmara delibere concorrer ao rateio das acções que não forem subscritas, subscrevendo nesta fase um máximo de duzentos e trinta e cinco mil novecentos e onze acções com o valor nominal de um euro cada. -----

-----Três - Que as subscrições atrás deliberadas sejam suportadas:-----

-----a) pela transformação dos suprimentos existentes e pelo valor em numerário necessário para perfazer a quantia de quatrocentos e noventa e oito mil setecentos e noventa e sete euros, ou -----

-----b) pelo pagamento em numerário, na condição da Câmara ser reembolsada dos suprimentos já realizados. -----

-----Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta, e remetida à Assembleia Municipal.” -----

-----II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** inquiriu se esta proposta não poderá ficar adiada para a próxima reunião, tendo o **Senhor Presidente** respondido que não, porque o prazo para subscrição termina hoje e já agora gostaria de esclarecer que a Câmara tem na E.I.A. oitenta mil contos em suprimentos, mas está autorizada a ir até aos cem mil contos. Acontece, de resto, que havia o propósito de se fazer o aumento de capital da E.I.A. num contexto diferente daquele que se veio a verificar porque, por um lado, era importante fazer o aumento de capital mas, por outro lado, à Câmara Municipal não interessava que o aumento de capital se fizesse nos moldes em que estava previsto, na medida em que só a Câmara e a Teixeira Duarte é que injectavam capital e dado que o capital da E.I.A. estava num milhão e tal contos, o que como se sabe não corresponde minimamente à realidade, o que ia acontecer é que este aumento de capital traduzia-se num crescimento percentual da quota da Câmara Municipal insignificante, ou seja, não lhe dava, de maneira nenhuma, a maioria no capital da universidade.”

----- Assim sendo, o que interessava era fazer corresponder a situação da Universidade ou o Capital Social à realidade e para tal havia que fazer uma actualização desse capital diminuindo ou reduzindo o valor das acções da sociedade. Ora elas estavam em mil escudos cada e a ideia era fazê-las reduzir para duzentos escudos, ou seja um euro e, assim, fazia-se a redução do capital primeiro e depois fazia-se o aumento do capital e os suprimentos que a Câmara tinha canalizado para a Universidade ao converterem-se para acções a duzentos escudos ou um euro automaticamente que a Câmara ficava praticamente com a maioria do capital. -----

----- No entanto, acontece que a Fundação Berardo não aceitou porque nas suas contas era importante contar com quinhentos ou seiscentos mil contos em vez de contar com cem ou cento e cinquenta mil por causa da redução, mas curiosamente há cerca de três ou quatro meses uma decisão do Ministro das Finanças obrigou a que o artigo trigésimo quinto, do Código das Sociedades Comerciais, tivesse que ser já aplicado e, portanto, as empresas foram obrigadas a, até ao final do mês passado, terem que fazer a actualização do capital não só em euros como também a fazerem a redução do capital de forma a que correspondesse à situação real da empresa. Ora, a partir do momento em que isso se verificou, realizou-se uma Assembleia Geral, fez-se a redução do capital e foi dada automaticamente uma autorização para se aumentar o capital no correspondente a trezentos ou quatrocentos mil contos, mas, para já, só há três entidades que estão interessadas em ir ao capital, ou seja, é a Câmara Municipal de Oeiras, a Teixeira Duarte e a Coba, Sociedade Anónima. Todavia, havia uma quantidade de accionistas que queriam vender as acções mas queriam vendê-las ao valor nominal e, por outro lado, a Câmara estaria interessada em comprá-las ao valor contabilístico e situações como o Montepio Geral ou a Caixa Geral de Depósitos que só queriam vender ao preço nominal, neste momento, como foi feita esta actualização, já estão totalmente disponíveis para vender pelo valor nominal que já não é de mil escudos mas sim de um euro.-----

----- Nestas circunstâncias, foi definido um prazo que termina hoje ou amanhã, pelo que a



Câmara agora tem que manifestar a intenção da subscrição, bem como manifestar também a intenção de ir ao rateio que corresponde a vinte e seis ou vinte e sete mil contos. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** inquiriu a que corresponde esse aumento de capital, respondendo o **Senhor Presidente** que esse aumento de capital significa que a Câmara ficará com quarenta e seis por cento do capital da Universidade e a Teixeira Duarte ficará com onze por cento, o que quer dizer que só a Câmara e a Teixeira Duarte já ficam com a maioria do capital e com condições da Câmara Municipal no prazo de um ano, ou talvez nem tanto, ficar com os cinquenta e um por cento na medida em que haverá todo o interesse em comprar à Caixa Geral de Depósitos e ao Montepio Geral. -----

-----Por outro lado, há uma operação, que considera fundamental, porque a Universidade no próximo ano, embora possa não dar lucros mas pelo menos já não dará prejuízo porque as licenciaturas de enfermagem e fisioterapia vieram dar um salto extraordinário à Universidade e basta dizer que neste momento há tantos alunos só nesses dois cursos, como nos restantes.-----

-----Continuando, disse pensar que os suprimentos foram uma tábua de salvação para a Universidade mas, neste momento, crê que realizar o capital nestes moldes é uma salvaguarda dos interesses da Câmara, pois neste momento já não é um investimento no escuro, não lhe restando qualquer dúvida que, se a Câmara Municipal daqui a um ano ou dois quiser vender a sua participação na sociedade, terá uma vantagem significativa de lucro porque não faltam interessados em entrar na sociedade, dada a existência daquelas duas licenciaturas, até porque a Universidade Atlântica é a única Universidade Privada no País que ministra o curso de enfermagem.-----

-----Além disso, fez-se um acordo realmente muito bom com a Faculdade de Medicina, que é outro aspecto muito positivo, porquanto neste momento há professores daquela Faculdade a dar aulas na Universidade Atlântica, além de que o próprio Reitor desta Universidade é um professor Catedrático daquela Faculdade e há já também um acordo com o Hospital de Santa

Maria e um outro com o Hospital Amadora-Sintra, o que significa que está tudo a caminhar muito bem. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**85 - PROPOSTA Nº. 60/02 - TORNEIO EAST - TIMOR CUP 2001/2002 QUE DECORRE EM MELBOURNE, NA AUSTRÁLIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 A 13 DE JANEIRO DE 2002 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À AJUT - ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE POR TIMOR: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Com o intuito de criar condições para uma melhor integração da comunidade timorense residente no Concelho de Oeiras, nomeadamente, em relação aos mais jovens, a AJUT tem vindo a promover actividades de carácter diversificado, que se têm revelado da maior importância, considerando o fim a que se destinam. -----

----- Nessa perspectiva, a equipa de futebol F. C. Loro Sae, integrada na associação, foi convidada para participar no Torneio East-Timor Cup dois mil e um / dois mil e dois, que se encontra a decorrer em Melbourne, na Austrália, desde vinte e oito de Dezembro do ano passado, prolongando-se até ao dia treze de Janeiro do ano corrente.-----

----- Essa participação envolve custos, nomeadamente com a deslocação dos atletas, já que a estadia e a alimentação são asseguradas pela organização do torneio, pelo que a direcção da associação solicitou à Câmara Municipal a atribuição de um subsídio de comparticipação nas passagens aéreas de alguns dos atletas convocados, comprometendo-se, como veio a suceder, a angariar fundos para completar o total das despesas, junto de outras instituições e autarquias. ----

----- Assim, tendo em consideração a relevância do acontecimento em referência e a solidariedade que tem sabido merecer a associação pela actividade que tem desenvolvido, proponho a atribuição de um subsídio no valor de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos (um milhão de escudos), à AJUT (Associação de Juventude Por Timor), como forma de comparticipação em algumas passagens aéreas de atletas que compõem a equipa



de futebol F. C. Loro Sae, com vista à participação no Torneio East Timor Cup dois mil e um / dois mil e dois que decorre em Melbourne, na Austrália, de vinte e oito de Dezembro a treze de Janeiro de dois mil e dois. -----

-----Mais proponho que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**86 - PROPOSTA Nº. 61/02 - Pº. 349-DIM/DCAD/00 - OBRAS DE ADAPTAÇÃO NOS GABINETES Nº. 1 E 2, DO R/C DO EDIFÍCIO DO SERVIÇOS TÉCNICOS - LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 28/11/01 - PONTO 173 - CP 11.05.03.08.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em reunião de Câmara realizada em vinte e oito de Novembro de dois mil e um ponto cento e setenta e três, foi deliberado aprovar o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe. -----

-----Porém, por lapso, foi indicado na proposta o montante do auto de dois milhões novecentos e quarenta e sete mil e trezentos escudos, quando deveria ter sido indicado o montante de três milhões e noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco escudos que inclui IVA à taxa de cinco por cento.-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco escudos (quinze mil quatrocentos e trinta e seis euros e doze cêntimos) o qual inclui a importância de cento e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma C.J.G. Construções, Limitada. -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**87 - PROPOSTA Nº. 62/02 - Pº. 132-DIM/DCAD/01 - RECUPERAÇÃO DA ESCOLA E JARDIM DE INFÂNCIA DO DAFUNDO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 01.01.03.01.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quarenta e nove milhões quinhentos e vinte mil quatrocentos e vinte escudos (duzentos e quarenta e sete mil e seis euros e oitenta e um cêntimos), à firma Projeconsult, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de onze milhões novecentos e setenta e sete mil cento e noventa escudos (cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e um euros e noventa e sete cêntimos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de doze milhões quinhentos e setenta e seis mil e cinquenta escudos, (sessenta e dois mil setecentos e vinte e nove euros e sete cêntimos) o qual inclui a importância de quinhentos e noventa e oito mil oitocentos e sessenta escudos (dois mil novecentos e oitenta e sete euros e dez cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada. -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**88 - PROPOSTA Nº. 63/02 - Pº. 128-DIM/DCAD/01 - ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA QUINTA DA MOURA, EM BARCARENA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 10.01.03.16.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----



-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por sessenta e seis milhões oitocentos e setenta e três mil duzentos e sete escudos (trezentos e trinta e três mil quinhentos e sessenta e dois euros e quinze cêntimos à empresa Teixeira Duarte, Sociedade Anónima. -----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o terceiro (e último) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e três milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e sete escudos (cento e dezasseis mil quatrocentos e quarenta euros e trinta e seis cêntimos), o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e quatro milhões quinhentos e onze mil quatrocentos e sete escudos (cento e vinte e dois mil duzentos e sessenta e dois euros e trinta e oito cêntimos) o qual inclui a importância de um milhão cento e sessenta e sete mil duzentos e dez escudos (cinco mil oitocentos e vinte e dois euros e dois cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Teixeira Duarte, Sociedade Anónima. -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**89 - PROPOSTA Nº. 64/02 - Pº. 63-DIM/DCAD/01 - EXECUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NO TOPO DA RUA ABEL MANTA COM A RUA DA FIGUEIRINHA, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 10.01.03.24.:--**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por trinta e dois milhões novecentos e trinta e quatro mil e trinta e nove escudos (cento e sessenta e quatro mil duzentos e setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), à firma Projeconsult, Limitada.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo (e último) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de catorze milhões oitenta e dois mil setecentos e catorze escudos (setenta mil duzentos e quarenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos), o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de catorze milhões setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta escudos (setenta e três mil setecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos), o qual inclui a importância de setecentos e quatro mil cento e trinta e seis escudos (três mil quinhentos e doze euros e vinte e dois cêntimos) de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada. ------

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**90 - PROPOSTA Nº. 65/02 - ATRIBUIÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA VIATURA DE MARCA CITRÖEN, COM MATRÍCULA PE-80-02.:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Um - O reclamante, Vítor Manuel Abranches Viegas, dirigiu à Câmara Municipal de Oeiras um pedido de indemnização por danos causados na sua viatura de marca Citröen, modelo AX Catorze TZS, de matrícula PE -oitenta-zero dois.-----

----- Dois - Alegou o reclamante que no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e um, o seu automóvel deu entrada no depósito da CMO, em Vila Fria devido a estacionamento abusivo na via pública.-----

----- Três - Após ter regularizado os pagamentos devidos, o reclamante referiu ter-se deslocado ao depósito de Vila Fria com intuito de retirar a sua viatura quando deparou que não



lhe tinha acesso, além de verificar que a viatura encontrava-se amolgada na porta do lado direito e o espelho do lado direito partido.-----

-----Quatro - Recolhida a prova e informação dos nossos serviços, apurou-se efectivamente assistir razão ao reclamante, proprietário da viatura.-----

-----Nestes termos e em face dos elementos recolhidos, fica o Município onerado pelo dever legal de reparação dos danos em consequência destes factos, nos termos do disposto no artigo segundo, do Decreto-Lei número quarenta e oito mil e cinquenta e um, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e sete, que determina que: “O Estado, demais pessoas colectivas públicas respondem civilmente perante terceiros pelas ofensas dos direitos destes (...), resultantes de actos ilícitos culposamente praticados pelos respectivos órgãos e agentes administrativos no exercício das suas funções e por causa desse exercício”.-----

-----Nestes termos, propõe-se:-----

----- O pagamento de sessenta e seis mil oitocentos e trinta escudos (trezentos e trinta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos), enquanto quantia despendida pelo reclamante com a reparação dos danos.-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**91 - PROPOSTA Nº. 68/02 - VENDA EM HASTA PÚBLICA DE VIATURAS E MOTORIZADA - SANCIONAMENTO:-----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Em conformidade com deliberações anteriores, foi aprovado o abate e posterior venda de diversas viaturas e uma motorizada.-----

-----Considerando que em Hasta Pública realizada no dia vinte e oito de Dezembro último, das cinco viaturas e uma motorizada colocadas à venda, quatro foram adjudicadas e duas retiradas por não haver licitantes,-----

----- Proponho -----  
----- Primeiro - Que seja sancionada a venda em Hasta Pública, pelos melhores lanços  
oferecidos, das viaturas a seguir indicadas:-----  
----- Viaturas / Matrículas / Comprador / Preço sem IVA: -----  
----- Volvo Quatrocentos e Sessenta GL, / setenta e sete-sessenta-FR / José João Galvão /  
trezentos e vinte mil escudos;-----  
----- Volvo Quatrocentos e Sessenta GL, / setenta e sete-sessenta e dois- FR / Filipe Malta  
Costa Potes / quatrocentos e vinte mil escudos;-----  
----- Volvo Quatrocentos e Sessenta GL / setenta e sete-sessenta e um-FR / António José  
Camilo Berthelot / trezentos e cinquenta mil escudos;-----  
----- Renault Quatro L / VG-noventa e dois-noventa e sete / Filipe Malta Costa Potes /  
sessenta mil escudos. -----

----- Segundo - Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**92 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:-----**

----- No uso da palavra o Senhor Presidente disse pretender fazer uma declaração, dado  
tratar-se da última reunião de Câmara deste mandato, e pediu desculpa por não ter estado  
presente logo de início mas como se está em altura da tomada de posse de novas Câmaras e  
Assembleias Municipais, foi assistir à tomada de posse da Câmara Municipal de Sintra. -----

----- De seguida deu conhecimento da acta da Assembleia de Apuramento Geral das  
eleições realizadas em dezasseis de Dezembro de dois mil e um, o qual é do seguinte teor: -----

----- “Eleições dos Órgãos das Autarquias Locais-----

----- Assembleia de Apuramento Geral -----

----- das Eleições Realizadas em dezasseis de Dezembro de dois mil e um-----

----- Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e um, pelas onze horas e trinta



minutos, reuniu a Assembleia de Apuramento Geral das Eleições Autárquicas, adiante designada AAG, respeitante ao Concelho de Oeiras, a qual, nos termos do artigo centésimo quadragésimo segundo, da Lei número um, de dois mil e um, de catorze de Agosto, é constituída pelo Senhor Doutor Luís Filipe Castelo Branco do Espírito Santo, Juiz do Tribunal da Comarca de Oeiras, na qualidade de Presidente da Assembleia de Apuramento Geral; Senhora Doutora Ana Alexandra Gonçalves Neves Salgado dos Remédios, jurista designada pelo Presidente da Assembleia de Apuramento Geral; Senhora Doutora Iolanda Maria Centeno Passos, professora designada pela delegação escolar da área do Município; Senhora Doutora Maria de Lourdes de Jesus Quintas Caldeira, professora designada pela delegação escolar da área do Município; Senhor Engenheiro Técnico Luís Filipe Valente dos Santos Crucho, presidente de assembleia de voto designado por sorteio; Senhor Joaquim dos Reis Marques, presidente de assembleia de voto designado por sorteio; Senhora Maria Rosalina Pereira Martins de Luz, presidente de assembleia de voto designada por sorteio; Senhora Doutora Paula Cristina Magalhães Saraiva, chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras, que exercerá as funções de secretariado desta Assembleia (sem direito a voto). -----

-----Foi verificada a ausência do Senhor Manuel Avó Martins, presidente da assembleia de voto designado por sorteio. -----

-----Encontra-se ainda presente o Senhor José Júlio Lourenço, que exibiu uma credencial que o habilita a acompanhar os trabalhos na qualidade de representante da força política PCP-PEV. -----

-----Iniciados os trabalhos, foi, após debate e consultado o STAPE, por unanimidade, deliberado o seguinte: -----

-----Um - Encetar diligências com vista a obter a comparência do Senhor Manuel Avó Martins. Uma vez presente, assumirá este membro da Assembleia as suas funções. -----

-----Dois - Aceitar o funcionamento desta Assembleia com o quorum mínimo de cinco

elementos desde que nestes se incluam o presidente; um elemento designado pela delegação escolar; um elemento que assumiu as funções de presidente de mesa, prevendo-se, desta forma, a necessidade de ausência temporária de algum dos membros da assembleia.-----

----- Três - Dar andamento aos trabalhos com os membros presentes, que garantem o quorum mínimo.-----

----- Quatro - Relativamente à Senhora Doutora Paula Saraiva, aceitar a possibilidade da sua substituição temporária por um elemento designado pelo Município de Oeiras que exercerá, exclusivamente, funções de secretariado.-----

----- Cinco - Definir os seguintes critérios de apreciação de votos, para efeitos da sua qualificação como nulos ou validamente expressos, sem prejuízo das deliberações tomadas, a este propósito, por cada assembleia de voto e que não tenham sido objecto de oportuna reclamação ou protesto:-----

----- a) Considera-se voto validamente expresso o que se traduzir num visto ou “V” efectuado dentro do quadrado, desde que o ponto de intersecção das duas semi-rectas se situe dentro desse mesmo quadrado e que o seu traçado não atinja siglas ou quadrados respeitantes a outras candidaturas;-----

----- b) Considera-se voto validamente expresso o que se traduzir num simples traço oblíquo, vertical ou horizontal, desde que efectuado dentro dos limites do respectivo quadrado e desde que una, de forma contínua, lados ou vértices deste;-----

----- c) Consideram-se votos nulos todos aqueles nos quais tenham sido efectuados desenhos, figuras, traços desenhados dentro ou fora dos quadrados, salvaguardadas as situações mencionadas na alínea b).-----

----- Por serem treze horas e trinta minutos foram interrompidos os trabalhos, para continuar pelas catorze horas e trinta minutos deste mesmo dia.-----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos reiniciaram-se os trabalhos da Assembleia de



Apuramento Geral, no decorrer dos quais, e analisadas uma a uma as actas das diversas secções de voto e documentação que as acompanham, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

-----Um - Na Assembleia de voto número dois, da freguesia de Algés não consta da respectiva acta a indicação de quaisquer resultados, tendo sido apresentado em anexo um rascunho e um edital preenchido com os votos obtidos por cada lista, bem como o número de abstenções, votos brancos e nulos. -----

-----Embora não seja formalmente correcto o procedimento adoptado pela assembleia de voto, entende-se aceitar à partida como credíveis e válidos os resultados eleitorais assim apresentados, passando, de qualquer modo, os mesmos a ser transcritos na presente acta.-----

-----Chama-se à atenção do Presidente da Mesa de voto em causa para a adopção de comportamento diverso do adoptado e conforme com a lei, em situações futuras. -----

-----Perante uma discrepância verificada entre os números de votantes para a assembleia de freguesia - quinhentos e quatro a respectiva soma - quinhentos e três e entre os números respeitantes a cada um dos outros órgãos autárquicos - quinhentos e três e quinhentos e quatro, decide-se, para dissipar quaisquer dúvidas, proceder, de imediato, à recontagem dos votos da mesa de voto número dois, da freguesia de Algés. -----

-----Deixa-se consignado que esta deliberação será seguida em situações similares que venham a ser detectadas (com resultados não constantes da acta mas de meros rascunhos).-----

-----Procedeu-se à recontagem de votos, tendo sido apurados os seguintes resultados:-----

----- Assembleia de Freguesia:-----

-----PSD - duzentos e vinte e cinco; PS - cento e setenta e um; CDS/PP- onze; BE - doze; PCP/PEV - sessenta e um-----

----- Assembleia Municipal -----

-----PSD - duzentos e vinte e cinco; PS - cento e setenta e cinco; PCP/PEV - sessenta e dois; MPT - um; BE - oito; CDS/PP - doze -----

----- Câmara Municipal-----

----- PSD - duzentos e trinta e sete; PS - cento e setenta e seis; PCP/PEV - cinquenta e quatro; MPT - um; BE - oito; PCTP/MRPP - quatro; CDS/PP - nove -----

----- O número de votantes para a Assembleia Municipal é de quinhentos e cinco; para a Câmara Municipal é de quinhentos e três; para a Assembleia de Freguesia é de quinhentos e três.

----- Dois - A AAG detectou, no que respeita às mesas de voto números quatro e cinco, da freguesia de Algés, que nas respectivas actas era omissa a referência ao número de eleitores inscritos. Consigna-se que o respectivo total era de mil e doze, em cada uma delas. -----

----- Três - A AAG detectou que, no que concerne à mesa número seis, da freguesia de Algés, os votos nulos foram enviados a esta Assembleia misturados com os votos validamente expressos contrariando o legalmente estabelecido. Tal circunstância obrigou a Assembleia a abrir os respectivos embrulhos para efectuar a competente reparação. Informe-se, pois, o Excelentíssimo Senhor Presidente dessa secção de voto da irregularidade cometida, a evitar em situações futuras. -----

----- Quatro - A AAG detectou que quanto à secção de voto número onze, da freguesia de Algés, não consta o número de inscritos votantes que é o de mil cento e doze. -----

----- Cinco - A AAG detectou que a acta respeitante à assembleia de voto de Algés número onze, não se encontra assinada pelos respectivos membros.-----

----- Deverá, assim, contactar-se urgentemente os membros da dita assembleia de voto para que se desloquem ao Município de Oeiras a fim de assinarem a acta, sanando tal irregularidade, concedendo-se um prazo de vinte e quatro horas para esse efeito. -----

----- Seis - A AAG detectou que juntamente com os votos nulos foi enviado um voto com a inscrição “anulado” que se supõe, por exceder o número de votos nulos indicados que se trate de um voto inutilizado pela própria assembleia de voto, pelo que se ordena que este voto seja incluído no embrulho dos votos inutilizados e devolvidos.-----



-----Sete - No que respeita à secção de voto número onze, da freguesia de Algés, a Assembleia detectou dois votos que foram considerados nulos, constando dentro do quadrado da lista correspondente um simples “V” ou visto, cujo ponto de intersecção se inclui nesse mesmo quadrado. Assim sendo, em conformidade com o critério unanimemente estabelecido no início dos trabalhos desta Assembleia, a mesma delibera considerar tais votos como validamente expressos - correspondentes à votação da lista PSD para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Corrige-se, pois, os resultados obtidos nos seguintes termos: -----

----- Assembleia Municipal -----

----- Votos na lista do PSD - cento e oitenta e oito (em vez de cento e oitenta e sete); -----

----- Votos nulos passam a oito (em vez de nove); -----

----- Votos expressos - quatrocentos e sete (em vez de quatrocentos e seis). -----

----- Câmara Municipal -----

----- Votos na lista do PSD - duzentos e dezoito (em vez de duzentos e dezassete); -----

----- Votos nulos passam a seis (em vez de sete); -----

----- Votos expressos passam a quatrocentos e seis (em vez de quatrocentos e cinco). -----

----- Seguidamente estes dois votos passaram a ser incluídos nos embrulhos dos validamente expressos. -----

----- Oito - A AAG detectou ainda que a citada acta não contém o número de eleitores inscritos o qual é de mil e doze. -----

----- Nove - A AAG detectou que, relativamente à mesa número doze, da freguesia de Algés, os votos considerados nulos foram enviados a esta Assembleia misturados com o material devolvido e dirigido à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. A Assembleia deliberou chamar a atenção do presidente da respectiva mesa de voto, advertindo-o dessa irregularidade que deverá ser evitada em situações futuras. -----

----- Dez - Na mesa doze, da freguesia de Algés foi apresentado um protesto. Este mesmo protesto foi lido em voz alta pelo Presidente da Assembleia de Apuramento Geral e colocado à consideração dos seus membros. -----

----- Após debate foi, por unanimidade, tomada a seguinte deliberação: -----

----- Consta, efectivamente, da respectiva acta que a assembleia de voto em causa abriu às oito horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Não obstante a eventual validade das razões que levaram a protestante a lavrar tal protesto, esta Assembleia entende que o atraso na abertura da assembleia de voto, sem quaisquer outros elementos adicionais, não é susceptível de influir na validade da votação que aí teve lugar e consequentes resultados. Não se extrai assim nenhum efeito do protesto apresentado. -----

----- Onze - A AAG detectou no que respeita à mesa A um, de Algés que, os votos nulos vinham no embrulho do material devolvido, por não utilizados ou inutilizados, à Câmara Municipal, contrariamente ao legalmente estabelecido. Delibera-se advertir o respectivo Presidente da Mesa da irregularidade cometida que deverá ser evitada no futuro. -----

----- Doze - A AAG detectou que, talvez por deficiente leitura do número de votos constante da acta (mesa A um - Algés) como atribuídos à lista do PSD para a Assembleia de Freguesia (duzentos e noventa e dois e não duzentos e quarenta e dois), verificou-se um erro no lançamento de dados na lista elaborada pela Câmara Municipal de cinquenta votos a menos na lista do PSD para a Assembleia de Freguesia. Ordena a correspondente correcção. -----

----- Os trabalhos foram interrompidos pelas dezanove horas. -----

----- Foram os trabalhos retomados pelas vinte e uma horas e trinta minutos deste mesmo dia dezoito de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Treze - A AAG detectou, relativamente à assembleia de voto A - três Algés, que os votos nulos foram remetidos juntamente com os validamente expressos e brancos contrariando as normas legais vigentes na matéria. Deliberou a Assembleia advertir o Presidente da Mesa



respectiva de tal irregularidade, a qual deverá ser evitada em situações futuras. -----

-----Catorze - A AAG verificou, ainda, que o número de votantes para a Câmara Municipal é de quinhentos e sete e não de quinhentos e quatro, pelo que se procede à respectiva rectificação (mesa A - três, da freguesia de Algés). -----

-----Quinze - A AAG verificou que, relativamente à mesa A - cinco, de Algés, os votos nulos foram remetidos juntamente com os validamente expressos e brancos, contrariando as normas legais aplicáveis nesta matéria. A Assembleia delibera advertir o Presidente da Mesa respectiva dessa irregularidade, a qual deverá ser evitada em situações futuras.-----

-----Dezasseis - A AAG detectou relativamente à mesa A - cinco, da freguesia de Algés que o número de votos para a Assembleia Municipal encontra-se rasurado (não tendo sido ressalvada a rasura) quanto ao número de votos atribuídos ao Bloco de Esquerda. -----

-----Com vista a dissipar quaisquer dúvidas, deliberou a Assembleia, por unanimidade proceder à recontagem dos votos atribuídos a tal força política. -----

-----Efectuada a recontagem foram apurados os votos para o Bloco de Esquerda tal como consta da respectiva acta (não havendo por isso lugar a qualquer rectificação). -----

-----Dezassete - A AAG detectou que, relativamente à mesa A - seis, da freguesia de Algés, os votos nulos foram enviados misturados com os validamente expressos, contrariando as normas legais aplicáveis. A Assembleia delibera advertir o presidente de mesa respectiva de tal irregularidade e evitar situações futuras. -----

-----Dezoito - A AAG detectou que, na acta da mesa quatro, da freguesia de Barcarena, consta que o número de inscritos é de quinhentos e cinquenta e cinco, quando o respectivo número é efectivamente de quinhentos e cinquenta e seis, procedendo-se à respectiva rectificação. O mesmo se passa com o número de abstenções que é de duzentos e setenta e quatro e não de duzentos e setenta e três. -----

-----Dezanove - A AAG detectou que nas mesas oito e onze, da freguesia de Barcarena os

votos para a eleição da Assembleia Municipal foram enviados juntamente com os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. A Assembleia delibera advertir os respectivos presidentes de mesa das irregularidades cometidas, evitando a sua repetição futura. -----

----- Foram interrompidos os trabalhos por volta das vinte e três horas e vinte minutos. ---

----- Pelas nove horas e quarenta minutos do dia dezanove de Dezembro de dois mil e um, foram reiniciados os trabalhos. -----

----- Encontrava-se presente o Senhor Manuel Avó Martins, presidente de assembleia de voto designado por sorteio. O mesmo justificou a sua ausência, no dia anterior, alegando ter ficado à espera de uma convocatória para o seu comparecimento, desconhecendo que da Lei constava dia, hora e local para o início dos trabalhos da Assembleia. -----

----- Pela Assembleia foi deliberado que o membro Manuel Avó Martins passasse a exercer normalmente as suas funções.-----

----- Pelo Presidente da Assembleia foi dado conhecimento ao Senhor Manuel Avó Martins dos critérios e metodologias inicialmente assentes, bem como das deliberações até agora tomadas. -- -----

----- Vinte - Relativamente à mesa número onze, Carnaxide, os votos nulos encontravam-se no envelope respeitante aos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo presidente de mesa da irregularidade cometida, a evitar em situações futuras. -----

----- Vinte e um - A AAG detectou, na acta respeitante à Mesa dois, de Carnaxide, não ser o número da abstenção trezentos e setenta e dois, mas sim trezentos e setenta e seis, o que se corrige.-----

----- Vinte e dois - Relativamente à Mesa número três, de Carnaxide, os votos nulos encontravam-se no envelope respeitante aos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal,



contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo presidente de mesa da irregularidade cometida, a evitar em situações futuras. -----

----- Vinte e três - A AAG detectou que no que concerne à mesa A um, de Carnaxide, dois votos inutilizados foram remetidos juntamente com os nulos no pacote dirigido à AAG, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura.-----

----- Vinte e quatro - A AAG detectou, na mesa A dois, de Carnaxide, a existência de um protesto o qual foi lido, em voz alta, pelo Presidente da AAG e colocado à consideração perante cada um dos seus membros. Após debate, foi, por unanimidade, tomada a seguinte deliberação: nos termos do artigo centésimo quadragésimo oitavo, número um, da Lei número um, de dois mil e um, de catorze de Agosto, os elementos, com base nos quais esta AAG delibera, são meramente documentais. Por outro lado, não assiste competência a esta AAG para anular eleições, conforme doutamente se decidiu no Acórdão do Tribunal Constitucional de cinco de Janeiro de mil novecentos e noventa e quatro, publicado no BMJ número quatrocentos e trinta e três, páginas noventa e cinco a noventa e oito. Assim sendo, sem colocar em causa a veracidade dos factos expostos (o que se desconhece sem ter possibilidade de conhecer), entende-se não atribuir quaisquer efeitos ao protesto apresentado o qual poderá sim, eventualmente, relevar noutra sede.-----

----- Nesta altura, pelo ilustre representante do PCP-PEV, foi pedida a palavra e, sendo-lhe concedida, no uso da mesma disse: solicita que lhe seja entregue fotocópia do protesto apresentado, bem como da deliberação agora tomada para os devidos efeitos. -----

----- O Presidente da AAG decidiu deferir o pedido, tendo sido imediatamente entregue cópia do protesto. Oportunamente, ser-lhe-á entregue cópia da acta, no que se refere a esta questão. --- -----

----- Vinte e cinco - A AAG verificou ainda que na acta respeitante a esta Secção de Voto

não constam quaisquer resultados apurados. Verifica-se ainda que não se encontram juntos quaisquer votos considerados nulos (que se encontrarão provavelmente juntos e misturados com os validamente expressos).-----

----- A AAG decidiu, por unanimidade, proceder à respectiva recontagem. Realizada esta foram apurados os seguintes resultados: -----

----- Eleição para a Câmara Municipal -----

----- Inscritos - mil cento e doze; Votantes - trezentos e vinte e dois; Expressos - duzentos e noventa e sete; Brancos - dezasseis; Nulos nove; Abstenção - seiscentas e noventa; PSD - cento e dois; PS - cento e catorze; PCP-PEV - quarenta e nove; MPT - um; BE - treze; PCTP/MRPP - quatro; CDS-PP - catorze. -----

----- Eleição para a Assembleia Municipal -----

----- Inscritos - mil cento e doze; Votantes - trezentos e vinte e dois; Expressos - duzentos e noventa e seis; Brancos - onze; Nulos - onze; Abstenção - seiscentas e noventa; PSD - noventa e seis; PS - cento e vinte; PCP-PEV - cinquenta e três; MPT - zero; BE - treze; CDS-PP - catorze.-----

----- Eleição para a Assembleia de Freguesia -----

----- Inscritos - mil cento e doze; Votantes - trezentos e vinte e dois; Expressos - duzentos e noventa e nove; Brancos - quinze; Nulos - oito, Abstenção - seiscentas e noventa; PSD - noventa e quatro; PS - cento e dez; PCP-PEV - Sessenta e cinco; MPT - zero; BE - onze; CDS-PP - dezoito.-----

----- Vinte e seis - A AAG detectou que na acta relativa à mesa Caxias um, consta o número de votantes, para a Câmara Municipal apurado de seiscentos e trinta, quando tal número ascende a seiscentos e vinte e nove, procedendo-se à respectiva rectificação.-----

----- Vinte e sete - A AAG detectou que na acta respeitante à mesa de Caxias dois, foi apresentada uma reclamação que foi lida, em voz alta, pelo Presidente e colocada à consideração



de todos os seus membros. Após debate, foi tomada a seguinte deliberação : Não tem esta Assembleia elementos documentais susceptíveis de colocar em causa o apuramento eleitoral realizado, pelo que não se extrai qualquer efeito da dita reclamação. -----

-----Vinte e oito - A AAG detectou que, no que concerne à mesa Caxias dois, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

-----Vinte e nove - A AAG detectou que, na acta relativa à mesa quatro, de Caxias, apenas eram mencionados os votos brancos e nulos e os atribuídos a cada candidatura, faltando todas as restantes menções (somas). Deliberou a AAG sanar tal irregularidade através da transcrição para esta acta dos elementos em falta: -----

-----Eleição para a Assembleia de Freguesia. -----

-----Inscritos - mil e doze; votos contados - quatrocentos e oitenta e três; abstenção - quinhentos e vinte e nove. -----

-----Eleição para a Assembleia Municipal -----

-----Inscritos - mil e doze; votos contados - quatrocentos e oitenta e três; abstenção - quinhentos e vinte e nove. -----

-----Eleição para a Câmara Municipal. -----

-----Inscritos - mil e doze; votos contados - quatrocentos e oitenta e três; abstenção - quinhentos e vinte e nove. -----

-----Trinta - A AAG detectou, relativamente à mesa de voto número dois, da Cruz-Quebrada, uma discrepância entre os valores dos resultados constantes da acta, quanto à Assembleia Municipal, relativamente aos dados fornecidos pela mesma mesa à Câmara Municipal. -----

-----A AAG deliberou, por unanimidade, de forma a dissipar quaisquer dúvidas, proceder

à recontagem desses mesmos votos. Efectuada a recontagem foram confirmados todos os valores constantes da acta.-----

----- Trinta e um - A AAG detectou que, no que concerne à mesa Caxias três, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura.-----

----- Trinta e dois - A AAG detectou que, na mesa um, de Linda-a-Velha, foi apresentada uma reclamação/protesto, a qual foi lida em voz alta pelo Presidente da AAG e colocada à consideração dos seus membros. Após debate, foi tomada a seguinte deliberação: Mais uma vez esta Assembleia reafirma que as suas decisões só podem ter por base os elementos documentais remetidos. Não dispõe, sequer a AAG, de condições para avaliar da veracidade do alegado e do restante circunstancialismo, que terá envolvido toda esta questão. Por outro lado, o carácter genérico e abstracto da reclamação apresentada, inviabiliza à partida qualquer tomada de posição, pelo que se delibera, por unanimidade, não extrair quaisquer efeitos da dita aludida reclamação.-----

----- Trinta e três - A AAG detectou que, na acta da mesa um, de Linda-a-Velha, não consta o número de inscritos, que é de mil e doze. -----

----- Trinta e quatro - A AAG detectou que, no que concerne à mesa dois, de Linda-a-Velha, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade, cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

----- Trinta e cinco - A AAG detectou que, relativamente à mesa cinco de Linda-a-Velha, que os votos nulos foram remetidos no pacote dos votos inutilizados remetido à Câmara contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----



-----Trinta e seis - A AAG detectou que, no que concerne às mesas sete e oito, Linda-a-Velha, os votos nulos foram remetidos, respectivamente, juntamente com os validamente expressos e com o pacote contendo os votos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir os respectivos Presidentes das irregularidades cometidas, de forma a evitar a sua repetição futura.-----

-----Trinta e sete - A AAG detectou que, na acta respeitante à mesa dez, de Linda-a-Velha, não era mencionado o número de inscritos, que é de mil e doze.-----

-----Trinta e oito - A AAG detectou que, no que concerne à mesa treze de Linda-a-Velha, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e dirigidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura.-----

-----Trinta e nove - A AAG detectou que, no que concerne à acta da mesa catorze de Linda-a-Velha, não é feita referência à abstenção, que é de quinhentos e trinta e um.-----

-----Quarenta - A AAG detectou que, no que concerne à mesa dezassete, de Linda-a-Velha, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura.-----

-----Quarenta e um - A AAG detectou que, na acta respeitante à mesa dezoito, de Linda-a-Velha, não é feita a referência aos votos expressos, que são quatrocentos e dez.-----

-----Quarenta e dois - A AAG detectou que, na acta respeitante à mesa dezoito, de Linda-a-Velha, existe lapso na menção aos votos atribuídos ao BE, que são efectivamente dezanove e não doze, procedendo-se à rectificação deste lapso.-----

-----Quarenta e três - A AAG detectou que, no que concerne à mesa dezanove, de Linda-a-Velha, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o

respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

----- Quarenta e quatro - A AAG detectou que, no que concerne à mesa B - dois, de Oeiras e São Julião da Barra, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e remetidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura.-----

----- Quarenta e cinco - A AAG detectou que, no que concerne à mesa C - três, de Oeiras e São Julião da Barra, que os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura.-----

----- Quarenta e seis - A AAG detectou que, no que concerne à mesa D quatro, de Oeiras e São Julião da Barra, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura.-----

----- Pelas vinte e três horas e trinta minutos foram interrompidos os trabalhos.-----

----- Pelas dez horas do dia vinte de Dezembro de dois mil e um foram reiniciados os trabalhos. - -----

----- Quarenta e sete - A AAG detectou que, na mesa F quatro de Oeiras e São Julião da Barra, foram considerados nulos três votos - um relativamente a cada uma das eleições para os órgãos autárquicos - atribuídos ao MPT por ter sido efectuado um “V” ou visto, dentro do respectivo quadrado (no qual se localiza o ponto de intersecção das duas semi-rectas). A AAG deliberou, por unanimidade e seguindo os critérios uniformes inicialmente fixados, considerar estes três votos válidos, corrigindo-se os resultados nos seguintes termos: Eleição para a Câmara Municipal - MPT quatro (em vez de três); Nulos cinco (em vez de seis); Eleição para a Assembleia Municipal - MPT seis (em vez de cinco); Votos nulos cinco (em vez de seis);



Eleição para a Assembleia de Freguesia - MPT cinco (em vez de quatro); Votos nulos sete (em vez de oito). Seguidamente foi deliberado que tais votos fossem incluídos nos validamente expressos.-----

-----Quarenta e oito- A AAG detectou que, na acta da mesa F seis, de Oeiras e São Julião da Barra, a abstenção não é de quatrocentos e três (conforme indicado), mas sim de trezentos e quarenta e três, corrigindo-se tal lapso.-----

-----Quarenta e nove - A AAG detectou que, na acta respeitante à mesa G três, de Oeiras e São Julião da Barra, na eleição para a Assembleia Municipal, não estão discriminados os votos atribuídos a cada candidatura. A AAG deliberou, por unanimidade, proceder à respectiva recontagem. Efectuada a recontagem, apurou-se o seguinte resultado: PS - sessenta e três; PSD - duzentos e dezassete; PCP-PEV - cinquenta; MPT - seis; BE - trinta e cinco; CDS-PP - catorze; Votos Brancos - nove; Votos Nulos - três.-----

-----Cinquenta - A AAG detectou que, no que concerne à mesa G quatro de Oeiras e São Julião da Barra, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura.-----

-----Cinquenta e um - A AAG detectou, na acta da mesa um, Paço de Arcos, um protesto quanto às condições do local para o exercício de voto. Lida tal reclamação em voz alta, pelo Presidente, foi a mesma colocada à consideração dos restantes membros. Após debate, foi tomada a seguinte deliberação: Na sequência das posições perfilhadas pela Assembleia em situações similares (já analisadas supra), entende-se não extrair quaisquer efeitos da reclamação apresentada - exorbitando tal matéria a competência desta AAG.-----

-----Cinquenta e dois - A AAG detectou, relativamente à mesa dois, de Paço de Arcos, o seguinte:-----

-----a) Um - Um voto validamente expresso foi enviado a esta AAG juntamente (e

misturado) com os votos nulos; -----

----- b) Dois - Na eleição para a Câmara Municipal, consta na acta o número de votantes assinalado de quinhentos e quarenta e oito, enquanto que o número de boletins contados pela mesa é de quinhentos e quarenta e seis; -----

----- c) Deliberou a AAG, por unanimidade, o seguinte: A situação factual exposta é susceptível de suscitar dúvidas, quanto ao rigor do apuramento realizado. De modo a dissipar quaisquer dúvidas, que a este propósito possam existir, decide-se proceder à imediata recontagem destes votos; -----

----- d) Efectuada a recontagem, foram apurados os seguintes resultados:-----

----- Eleição para a Câmara Municipal: Votantes - quinhentos e quarenta e sete (e não quinhentos e quarenta e seis); PSD - trezentos e vinte (em vez de trezentos e vinte e um); PS - cento e trinta e seis (em vez de cento e trinta e quatro). Apurados estes dois resultados verificou-se que as dúvidas suscitadas se encontram desta forma resolvidas, pelo que se decide não continuar a proceder à recontagem dos restantes votos.-----

----- Cinquenta e três - A AAG detectou que, na acta da mesa seis, da freguesia de Paço de Arcos, se menciona que os votos nulos são quinze e os votos brancos são quatro, quando, na verdade, o número de votos nulos ascende a quatro e os brancos a quinze, o que se rectifica. -----

----- Cinquenta e quatro - A AAG detectou que, no que concerne à mesa D - quatro, de Oeiras e São Julião da Barra, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

----- Pelas doze horas e trinta minutos foram interrompidos os trabalhos. -----

----- Pelas catorze horas e quinze minutos do dia vinte de Dezembro de dois mil e um foram reiniciados os trabalhos. -----



-----Cinquenta e cinco - A AAG detectou que, no que concerne à mesa onze, de Paço de Arcos, os votos nulos respeitantes à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

-----Cinquenta e seis - A AAG detectou que, no que concerne à mesa treze de Paço de Arcos, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados remetidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura.-----

-----Cinquenta e sete - A AAG detectou que, no que concerne à mesa A - um, de Porto Salvo, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos inutilizados e devolvidos à Câmara Municipal, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

-----Cinquenta e oito - A AAG detectou que, no que concerne à mesa A - dois, de Porto Salvo, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. Na acta desta mesma mesa o número de votantes é omissivo, consignando-se que o seu total é de oitocentos e oitenta e dois.-----

-----Cinquenta e nove - A AAG detectou um protesto na acta da mesa A - dois, da freguesia de Porto Salvo, o qual foi lido em voz alta pelo Presidente da AAG e colocado à consideração dos membros presentes. Após debate foi tomada, por unanimidade, a seguinte deliberação: segundo os termos em que se encontra formalmente lavrado o protesto, não se vê motivo para concluir pela prática de qualquer irregularidade, por parte da mesa de voto. Tais

factos resumem, segundo o que é descrito, uma situação em que a eleitora rasgou pessoalmente os boletins de voto, solicitando à Mesa, em sua substituição, novos boletins para expressar neles a sua intenção de voto, o que teve a concordância da mesa que lhos entregou, tendo a eleitora, ela própria, neles manifestado a sua intenção de voto. Nenhum efeito se extrai da reclamação apresentada. -----

----- Sessenta - A AAG detectou na acta da mesa A - três, da freguesia de Porto Salvo, no que respeita à eleição para a Assembleia Municipal, uma troca entre a menção do número de votos nulos e brancos, sendo os nulos efectivamente dez e os brancos catorze. -----

----- Sessenta e um - A AAG detectou, na acta da mesa B - dois, da freguesia de Porto Salvo, que não é feita referência ao número de abstenções o qual é de quinhentos e trinta e três (relativamente a cada um dos órgãos autárquicos). -----

----- Sessenta e dois - A AAG detectou que, no que concerne à mesa B - três, de Porto Salvo, os votos nulos foram remetidos juntamente com o pacote contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. -----

----- Sessenta e três - A AAG, tomando consciência de que não lhe é materialmente possível concluir no dia de hoje os seus trabalhos, delibera que se comunique à Comissão Nacional de Eleições e ao Governador Civil tal impossibilidade (uma vez que hoje termina o prazo para a proclamação e publicitação dos resultados do apuramento eleitoral - artigo centésimo quinquagésimo, da Lei número um, de dois mil e um, de catorze de Agosto), referindo-se ainda que é previsível a conclusão dos trabalhos no dia de amanhã. -----

----- Sessenta e quatro - A AAG detectou na acta da mesa B-três, da Freguesia de Porto Salvo, relativamente à eleição para a Assembleia de Freguesia, uma troca de resultados nas votações atribuídas ao CDS-PP e o PCP-PEV. Corrigindo-se, consigna-se que o número de votos obtidos pelos CDS-PP é de dezoito, sendo os obtidos pelo PCP-PEV de sessenta e nove. -----



-----Sessenta e cinco - A AAG detectou que os votos nulos não se encontram nos embrulhos devidos, mas sim nos envelopes do material devolvido à Câmara. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura. Analisados os votos nulos, foi ainda deliberado tomar como válido um voto correspondente ao PS no qual a cruz efectuada tem o ponto de intersecção no quadrado, não chegando a tocar noutra quadrado ou sigla de outra candidatura, de acordo com os critérios inicialmente estabelecidos por esta Comissão. Assim, o resultado da votação é alterado nos seguintes termos: PS - cento e oito (em vez de cento e sete); Nulos - doze (em vez de treze); Expressos - duzentos e oitenta e cinco (em vez de duzentos e oitenta e quatro). -----

-----Sessenta e seis - A AAG detectou, relativamente à mesa E um, de Porto Salvo, que os votos nulos se encontram no envelope dos votos validamente expressos. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua repetição futura. Na sequência da análise dos votos nulos verificou-se a existência de um voto para cada uma das eleições nos quais existe um traço ininterrupto ligando vértices do quadrado na candidatura do PS. De acordo com o critério inicialmente estabelecido por esta Comissão, tais votos são considerados válidos. Constatou-se ainda a existência de uma discrepância entre os votos nulos enviados e os votos nulos referidos na acta, pelo que só uma recontagem de votos possibilitará dissipar dúvidas. Efectuada a recontagem dos mesmos obteve-se o seguinte resultado:--

-----Eleição para a Assembleia de Freguesia:-----

-----PSD - cento e quarenta e quatro; CDS/PP - vinte e seis; PCP/PEV - cinquenta e oito; BE - dois; PS - duzentos e cinquenta e seis.-----

-----Eleição para a Assembleia Municipal:-----

-----PSD - cento e sessenta e quatro; CDS/PP - trinta; PCP/PEV - cinquenta e seis; PS - duzentos e vinte e oito; BE - três; MPT - seis.-----

----- Eleição para a Câmara Municipal: -----

----- PSD - cento e oitenta e cinco; CDS/PP - vinte e três; PCP/PEV - quarenta e oito; PS - duzentos e onze; BE - três; MPT - seis; PCTP/MRPP - dezoito. -----

----- Sessenta e sete - A Assembleia detectou um protesto apresentado na mesa um, da freguesia de Queijas, o qual foi lido em voz alta pelo Presidente da AAG e colocado à consideração dos restantes membros. Após debate, foi tomada a seguinte deliberação : Não se descortina o menor sentido na reclamação apresentada na qual se faz apenas referência à passagem de um candidato à presidência por aquela mesa de voto, pelo que não se extrai qualquer efeito desta reclamação. -----

----- Sessenta e oito - A AAG detectou que, relativamente à mesa um, da freguesia de Queijas, os votos nulos não se encontram nos embrulhos devidos mas sim nos envelopes do material devolvido à Câmara. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida, de forma a evitar a sua repetição futura. -----

----- Sessenta e nove - A AAG detectou que, relativamente à mesa um, da freguesia de Queijas, dois votos validamente expressos foram remetidos a esta Assembleia juntamente (e misturados com os votos nulos), o que contraria o legalmente estabelecido. Nessa mesma acta constavam onze votos nulos, tendo sido enviados treze. Perante todas estas irregularidades, e com vista a dissipar quaisquer dúvidas, a AAG delibera, por unanimidade, proceder à imediata recontagem dos votos. Efectuada a recontagem, foram apurados os seguintes resultados:-----

----- Eleição para a Assembleia de freguesia: -----

----- PS - duzentos e dezassete; PSD - cento e oitenta e um; PCP/PEV - cento e vinte e quatro; CDS/PP - onze; BE - seis; MCI - cento e sessenta e seis; Votos Nulos - doze; Votos brancos - catorze. -----

----- Eleição para a Assembleia Municipal: -----

----- PS - duzentos e quarenta e quatro; PSD - duzentos e sessenta e seis; PCP/PEV -



cento e quarenta e cinco; CDS/PP - trinta; BE - treze; MPT - três; Votos Nulos - quinze; Votos brancos - quinze.-----

-----Eleição para a Câmara Municipal:-----

-----PS - duzentos e dezanove; PSD - trezentos e vinte; PCP/PEV - cento e trinta; CDS/PP - vinte; BE - nove; MPT - três; PCTP/ MRPP - sete; Votos Nulos - treze; Votos brancos - doze.-----

-----A AAG delibera, por unanimidade, chamar a atenção do Presidente da Mesa respectiva, para a forma muito pouco rigorosa como foram tratados e remetidos todos os elementos respeitantes ao apuramento dos resultados eleitorais, o que deverá ser absolutamente evitado no futuro.-----

-----Setenta - A AAG detectou na acta da mesa três, da freguesia de Queijas, que é omissa a referência ao número de abstenções, que é de quatrocentos e sessenta e nove o número de votantes que é de quinhentos e oitenta e um.-----

-----Setenta e um - A AAG detectou que na mesa cinco, da freguesia de Queijas, se verifica um lapso aritmético na votação para a Assembleia de Freguesia relativa à lista do PCP-PEV, que aí consta como sendo cento e vinte e seis, quando é efectivamente de sessenta e seis, o que se corrige.-----

-----Setenta e dois - A AAG detectou que, na mesa cinco, da freguesia de Queijas, se verifica um lapso aritmético na votação para a Assembleia Municipal, relativa à lista do PSD, que aí consta como sendo cento e quarenta e sete quando é efectivamente de duzentos e quarenta e sete, o que se corrige.-----

-----Setenta e três - A AAG detectou que, relativamente à mesa sete, da freguesia de Queijas, os votos nulos não se encontram nos embrulhos devidos, mas sim nos embrulhos contendo os votos validamente expressos, contrariando o legalmente estabelecido. Delibera a AAG advertir o respectivo Presidente da irregularidade cometida de forma a evitar a sua

repetição futura. -----

----- Setenta e três - A Assembleia detectou um protesto apresentado na mesa sete, da freguesia de Queijas, o qual foi lido em voz alta pelo Presidente da AAG e colocado à consideração dos restantes membros. Após debate, foi tomada a seguinte deliberação : Não se descortina o menor sentido na reclamação apresentada, na qual se faz apenas referência à passagem de um candidato à presidência por aquela mesa de voto, pelo que não se extrai qualquer efeito desta reclamação. -----

----- Foram interrompidos os trabalhos, pelas vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Foram reiniciados os trabalhos, pelas dez horas do dia vinte e um de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Concluída que se encontra a conferência de todas as actas respeitantes a cada uma das Secções de Voto, passar-se à atribuição dos correspondentes Mandatos relativamente a cada um dos órgãos autárquicos, em conformidade com os resultados eleitorais apurados. -----

----- Aplicado o método de Hondt aos resultados apurados, concluiu-se pela atribuição dos seguintes mandatos. -----

----- Eleição para a Câmara Municipal -----

----- Primeiro mandato - PPD/PSD - (Presidente) - Isaltino Afonso Morais. -----

----- Segundo mandato - PPD/PSD - Teresa Maria da Silva Pais Zambujo. -----

----- Terceiro mandato - PS - Luís Filipe Martins Pires. -----

----- Quarto mandato - PPD/PSD - José Arménio Lopes Neno. -----

----- Quinto mandato - PPD/PSD - José Eduardo Leitão Pires Costa. -----

----- Sexto mandato - PS - Emanuel Silva Martins. -----

----- Sétimo mandato - PPD/PSD - José Ferreira de Matos. -----

----- Oitavo mandato - PCP-PEV - Arnaldo António Pereira. -----



-----Nono mandato - PPD/PSD - Ana Isabel Beça Dias da Costa. -----

-----Décimo mandato - PS - Maria Manuela de Almeida Costa Augusto. -----

-----Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro. -----

-----Eleição para a Assembleia Municipal-----

-----Primeiro mandato - PPD/PSD - Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes. -----

-----Segundo mandato - PS - Manuel Casimiro de Jesus Chantre. -----

-----Terceiro mandato - PPD/PSD - José David Gomes Justino. -----

-----Quarto mandato - PPD/PSD - José Manuel Amaral Lopes.-----

-----Quinto mandato - PS - Luís Miguel Pereira de Sousa. -----

-----Sexto mandato - PPD/PSD - Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de  
Oliveira. -- -----

-----Sétimo mandato - PCP-PEV - José António Tavares da Cruz. -----

-----Oitavo mandato - PPD/PSD - Luís Gonzaga Norton Cardoso de Menezes. -----

-----Nono mandato - PS - Vidal Diogo Fernandes Antão. -----

-----Décimo mandato - PPD/PSD - Jorge Manuel Madeira Silva Pracana. -----

-----Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Paulo Jorge Rodrigues de Sousa.-----

-----Décimo segundo mandato - PS - Maria Carminda de Jesus Pereira Valadas Pinho. ---

-----Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.-----

-----Décimo quarto mandato - PCP-PEV - Carlos Alberto de Sousa Coutinho.-----

-----Décimo quinto mandato - PPD/PSD - Manuel António Madeira Martinho.-----

-----Décimo sexto mandato - PS - Miguel Neves de Amorim. -----

-----Décimo sétimo mandato - PPD/PSD - Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz. ----

-----Décimo oitavo mandato - CDS-PP - Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda. ---

-----Décimo nono mandato - PS -Marcos Sá Rodrigues. -----

-----Vigésimo mandato - PPD/PSD - António José Ferreira Basto.-----

----- Vigésimo primeiro mandato - PPD/PSD - Sofia de Sequeira Galvão. -----

----- Vigésimo segundo mandato - BE - Miguel da Câmara e Almeida Pinto.-----

----- Vigésimo terceiro mandato - PS - Luísa Maria Diego Lisboa. -----

----- Vigésimo quarto mandato - PCP-PEV - Rita Alexandra Rebelo de Andrade Soares. -

----- Vigésimo quinto mandato -PPD/ PSD - Arlindo Pereira Barradas. -----

----- Vigésimo sexto mandato - PPD/PSD - Maria Madalena Pereira da Silva Castro.-----

----- Vigésimo sétimo mandato - PS - Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá.-----

----- Vigésimo oitavo mandato - PPD/PSD - Levy Nunes Gomes.-----

----- Vigésimo nono mandato - PPD/PSD - Fernando Caldeira Martins.-----

----- Trigésimo mandato - PS - Nuno Filipe Penetra Carolo.-----

----- Trigésimo primeiro mandato - PPD/PSD - Maria Alexandra Colles Gonçalves da  
Silva Fraga. -----

----- Trigésimo segundo mandato - PCP-PEV - Joaquim Vieira Cotas. -----

----- Trigésimo terceiro mandato - PPD/PSD - Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite. ---

----- Eleição para a Assembleia de Freguesia -----

----- Freguesia de Algés - -----

----- Primeiro mandato - PPD/PSD - Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga.-----

----- Segundo mandato - PS - Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá. -----

----- Terceiro mandato - PPD/PSD - Alda Maria Reis Gouveia Lima.-----

----- Quarto mandato - PPD/PSD - Maria Antonieta Trocado Delgado. -----

----- Quinto mandato - PS - Paulo de Amaral Alexandre. -----

----- Sexto mandato - PPD/PSD - Filipe Augusto Gameiro de Portugal e Mello. -----

----- Sétimo mandato - PCP-PEV - Paulo Norberto Correia da Fonseca.-----

----- Oitavo mandato - PPD/PSD - Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga. ----

----- Nono mandato - PS - Joaquim Manuel Freire Venâncio. -----



-----Décimo mandato - PPD/PSD - José Inácio Leão Varela. -----

-----Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Catarina Ana Madeira Ramalho Peixe. -----

-----Décimo segundo mandato - PS - Hugo Filipe Viegas Dias da Silveira Serejo. -----

-----Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - Lurdes Cristina Guerra Ferreira Caetano. -----

----- Freguesia de Barcarena -----

-----Primeiro mandato - PPD/PSD - Custódio Mateus Correia de Paiva. -----

-----Segundo mandato - PS - José António Pires Paiva. -----

-----Terceiro mandato - PPD/PSD - Fernando Vitor Beirão Alves. -----

-----Quarto mandato - PCP-PEV - Francisco Carreiro Nunes.-----

-----Quinto mandato - PS - Raúl Lourenço. -----

-----Sexto mandato - PPD/PSD - Alexandre Paulo Sousa Ferreira Pinto Vaz. -----

-----Sétimo mandato - PPD/PSD - Sérgio Paulo de Castro e Borges.-----

-----Oitavo mandato - PS - Franclin de Jesus Sobral. -----

-----Nono mandato - PCP-PEV - António José Cabrita Martins. -----

-----Décimo mandato - PPD/PSD - Vitor Esteves Lopes. -----

-----Décimo primeiro mandato - PS - António Luís Figueiredo Gargaté. -----

-----Décimo segundo mandato - PPD/PSD - Vitor Manuel Machado Marques. -----

-----Décimo terceiro mandato - PCP-PEV - António Pedro Barreiros Ferreira Cândido.-----

-----Freguesia de Carnaxide - -----

-----Primeiro mandato - PPD/PSD - Luís Andrade da Costa e Castro. -----

-----Segundo mandato - PS - Eugénia Maria Sauvage de Sousa Godinho. -----

-----Terceiro mandato - PPD/PSD - Marcolino Amoedo Rodrigues. -----

-----Quarto mandato - PPD/PSD - João Fernando da Luz Teodoro e Silva Duarte. -----

-----Quinto mandato - PCP - PEV - Maria Isabel de Carvalho Valdez. -----

-----Sexto mandato - PS - João Carlos Rodrigues Ferreira. -----

----- Sétimo mandato - PPD/PSD - João Baptista Lima. -----

----- Oitavo mandato - PPD/PSD - Elsa Marina Leal de Sousa. -----

----- Nono mandato - PS - Margarida Maria de Matos Rosa Reis. -----

----- Décimo mandato - PPD/PSD - Fernando Afonso Pedrosa de Sousa. -----

----- Décimo primeiro mandato - PCP-PEV - Pedro Manuel Vieira Talhinhas. -----

----- Décimo segundo mandato - PS - Pedro Miguel Ramos Almeida. -----

----- Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - Daniel Carlos Soares Conceição. -----

----- Freguesia de Caxias -----

----- Primeiro mandato - PPD/PSD - Manuel de Carvalho Teixeira. -----

----- Segundo mandato - PS - Carlos Manuel Ferreira Vidal. -----

----- Terceiro mandato - PPD/PSD - José Carlos Sousa Silva. -----

----- Quarto mandato - PS - Amadeu Carmo Marques Carvalho. -----

----- Quinto mandato - PPD/PSD - José Henriques Marques Santana. -----

----- Sexto mandato - PPD/PSD - Fernanda Maria Rodrigues de Castro Ambrósio. -----

----- Sétimo mandato - PS - Jorge Jacob dos Santos. -----

----- Oitavo mandato - PCP-PEV - António Alfredo Gomes Sameiro. -----

----- Nono mandato - PPD/PSD - Joana Santa Marta de Faria Leal. -----

----- Décimo mandato - PS - José António da Silva Rijo Ferreira. -----

----- Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Jaime da Silva Almeida. -----

----- Décimo segundo mandato - CDS-PP - Maria Isabel Pereira Fernandes da Costa  
Jorge. -----

----- Décimo terceiro mandato - PS - Rogério Manuel Marques Batista Ferreira Vidal. ---

----- Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo -----

----- Primeiro mandato - PPD/PSD - Carlos Jaime Fonseca Santos. -----

----- Segundo mandato - PS - Joaquim Jorge Costa Ferreira. -----



-----Terceiro mandato - PPD/PSD - Maria da Conceição Teixeira Duarte Soares de Matos  
Capinha.-----

-----Quarto mandato - PS - Celestino Vaz Solipa. -----

-----Quinto mandato - PCP-PEV - Jorge Alberto Lopes Bernardo. -----

-----Sexto mandato - PPD/PSD - Horácio Luís Louro da Silva.-----

-----Sétimo mandato - PS - Arménio Carlos Ramalho de Magalhães. -----

-----Oitavo mandato - PPD/PSD - Fernando Humberto Garcia Ximenes. -----

-----Nono mandato - PS - Manuel Eugénio Martins de Carvalho. -----

-----Décimo mandato - PPD/PSD - Eduardo Augusto de Sousa Dias Fidalgo.-----

-----Décimo primeiro mandato - PCP - PEV - José Manuel de Albuquerque Pessoa. -----

-----Décimo segundo mandato - PPD/PSD - Joaquim José Ferreira da Silva Nunes. -----

-----Décimo terceiro mandato - PS - Maria Isabel da Silva Casa Correia. -----

-----Freguesia de Linda-a-Velha -----

-----Primeiro mandato - PPD/PSD - António Joaquim Moreira. -----

-----Segundo mandato - PS - Joaquim dos Reis Marques. -----

-----Terceiro mandato - PPD/PSD - Herondino Jorge Camarinho. -----

-----Quarto mandato - PPD/PSD - Jorge Manuel de Sousa de Vilhena-----

-----Quinto mandato - PS - Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura. -----

-----Sexto mandato - PPD/PSD - Ana Cristina Martins Rodrigues.-----

-----Sétimo mandato - PCP-PEV - Adélia Fernanda Paulo Sil Monteiro Goulart. -----

-----Oitavo mandato - PS - Maria de Deus Carvalho Pereira. -----

-----Nono mandato - PPD/PSD - Júlio Manuel Sousa Machado Fidalgo Fonseca. -----

-----Décimo mandato - PPD/PSD - Victor Manuel Pereira de Almeida-----

-----Décimo primeiro mandato - PS - Maria Isabel Vilela de Almeida F.V. Manso. -----

-----Décimo segundo mandato - PPD/PSD - Manuel Vidal Ferreira Teodoro-----

----- Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - António Gonçalves Pereira -----  
----- Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra - -----  
----- Primeiro mandato - PPD/PSD - José Carlos Correia Estorninho. -----  
----- Segundo mandato - PPD/PSD - José Eduardo Lopes Neno.-----  
----- Terceiro mandato - PS - Eugénio Martins Barata. -----  
----- Quarto mandato - PPD/PSD - Álvaro Ribeiro Trindade. -----  
----- Quinto mandato - PPD/PSD - Manuel José Pimenta de Castro Machado. -----  
----- Sexto mandato - PPD/PSD - Francisco José Leitão Lourenço. -----  
----- Sétimo mandato - PS - Renato José Marques Fialho. -----  
----- Oitavo mandato - PPD/PSD - Ana Paula Costa Tavares. -----  
----- Nono mandato - PCP-PEV - Maria Adelaide Duarte de Vasconcelos Filipe.-----  
----- Décimo mandato - PPD/PSD - André Diogo Valejo Caseirão. -----  
----- Décimo primeiro mandato - PS - Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de  
Matos.

----- Décimo segundo mandato - PPD/PSD - Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. ----  
----- Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - Dulce Maria Borges Martins.-----  
----- Décimo quarto mandato - PPD/PSD - Manuel Francisco Pepe de Brito. -----  
----- Décimo quinto mandato - PS - Pedro Manuel Branca Ledo. -----  
----- Décimo sexto mandato - PPD/PSD - João Carlos Lapa Penha Lopes. -----  
----- Décimo sétimo mandato - PPD/PSD - Maria Margarida Perestrelo de V. B. de Abreu  
Vidal.-----

----- Décimo oitavo mandato - CDS-PP - Rui Manuel Ribeiro dos Santos. -----  
----- Décimo nono mandato - BE - Isabel Margarida Teixeira Figueira de Freitas. -----  
----- Freguesia de Paço de Arcos - -----  
----- Primeiro mandato - PPD/PSD - Rui Manuel de Freitas. -----



-----Segundo mandato - PPD/PSD - António José Dias da Silva. -----

-----Terceiro mandato - PS - Carlos Fernando dos Santos André. -----

-----Quarto mandato - PPD/PSD - José Manuel Cabruja Valido. -----

-----Quinto mandato - PPD/PSD - Nuno Alberto Linares Luís. -----

-----Sexto mandato - PS - Abel de Matos Marques de Sousa. -----

-----Sétimo mandato - PCP-PEV - Miguel Marques Moisés. -----

-----Oitavo mandato - PPD/PSD - Vijal Camotim. -----

-----Nono mandato - PPD/PSD - Manuel Rodrigues André. -----

-----Décimo mandato - PS - Francisco Manuel Dias Abrunhosa. -----

-----Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Fernando Caldeira Martins. -----

-----Décimo segundo mandato - PPD/PSD - Sandra Isabel dos Santos Ferreira. -----

-----Décimo terceiro mandato - PS - Ana Mafalda Seixas R. C. Pernão.-----

-----Freguesia de Porto Salvo -----

-----Primeiro mandato - PPD/PSD - Salvador António Martins Bastos Costeira.-----

-----Segundo mandato - PS - Luís Jorge Cunha Carreira. -----

-----Terceiro mandato - PPD/PSD - José Lopes Raínho. -----

-----Quarto mandato - PS - Célia P. Rodrigues da Silva. -----

-----Quinto mandato - PCP-PEV - Luís Manuel Félix Olímpio. -----

-----Sexto mandato - PPD/PSD - Maria Manuela Almeida Cunha e Ribeiro Piaça. -----

-----Sétimo mandato - PS - Vitor Manuel Monteiro Nunes. -----

-----Oitavo mandato - PPD/PSD - José Henriques de Lemos. -----

-----Nono mandato - PS - Gregório Francisco Bila.-----

-----Décimo mandato - PPD/PSD - Noélia Alexandra da Silva D. G. Gomes. -----

-----Décimo primeiro mandato - PS - Luís Moisés Morais Afonso. -----

-----Décimo segundo mandato - PCP-PEV - Maria Odete Vidal Firme e Silva Pinho. -----

----- Décimo terceiro mandato - PPD/PSD - José Carlos Gomes Vasconcelos. -----

----- Freguesia de Queijas - -----

----- Primeiro mandato - PPD/PSD - José António Vilhena Milhano. -----

----- Segundo mandato - MCI - António Reis da Luz. -----

----- Terceiro mandato - PS - Manuel Jacob da Graça. -----

----- Quarto mandato - PPD/PSD - Luís Leonel Ribeiro Carneiro Martins. -----

----- Quinto mandato - MCI - José Pereira Rodrigues. -----

----- Sexto mandato - PS - Orlando Sérgio da Rocha Marques. -----

----- Sétimo mandato - PCP-PEV - Águeda da Silva Raquel Counhago.-----

----- Oitavo mandato - PPD/PSD - Rogério Celestino Marques de Jesus. -----

----- Nono mandato - MCI - José Manuel da Piedade A. Isidro. -----

----- Décimo mandato - PS - Carlos Domingos Cardoso. -----

----- Décimo primeiro mandato - PPD/PSD - Paulo Jorge Saragoça da Matta.-----

----- Décimo segundo mandato - MCI - Carla Sofia Gouveia Ramos.-----

----- Décimo terceiro mandato - PS - Manuel Joaquim Empina Móscas.-----

----- A AAG deixa registado, por unanimidade, um louvor à colaboração, apoio, simpatia e disponibilidade manifestados por todos os funcionários do Município de Oeiras que acompanharam os trabalhos desta Assembleia. -----

----- Seguidamente foram proclamados pelo Presidente da AAG os resultados eleitorais apurados e ordenada a afixação do Edital a que alude o artigo centésimo quinquagésimo, da Lei número um, de dois mil e um, de catorze de Agosto.-----

----- Foi, pelo Presidente da AAG, declarado o encerramento dos trabalhos pelas dezanove horas, do dia vinte e um de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Por ser verdade se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada por cada um dos elementos desta Assembleia de Apuramento Geral.” -----



-----Seguidamente disse ter tomado conhecimento de ter havido hoje momentos de grande emoção a propósito da saída dos Senhores Vereadores Tavares Salgado, David Justino e Jorge Bico da Costa, pelo que, mesmo sem ter ouvido, embora imagine, gostaria de se associar àquilo que foi dito e acrescentar algumas palavras. -----

-----Assim, começou por desejar as maiores felicidades ao Senhor Vereador Jorge Bico da Costa que durante algum tempo exerceu funções executivas designadamente na Parques Tejo, mas certamente que os Vereadores do P.S. não lhe levarão a mal, que faça, por razões óbvias, uma referência especial quer ao Senhor Vice-Presidente Tavares Salgado, quer ao Vereador David Justino e, mais do que palavras de circunstância, crê que enquanto Presidente da Câmara lhe compete expressar algumas palavras de reconhecimento aos dois pelo trabalho que fizeram. -

-----Como está na Câmara há dezasseis anos, e vai iniciar o quinto mandato, é um observador privilegiado para poder distinguir o que já foi a evolução deste concelho e a actividade da Câmara na área da habitação social e é indiscutível que com o Vereador David Justino, que na altura teve a honra de convidar e o privilégio dele ter aceite ser Vereador desta Câmara, interessado nessa ocasião na sua experiência fundamentalmente na área cultural, pareceu-lhe que ele podia dar um bom contributo nessa área. -----

-----No entanto, a breve trecho, surgiu realmente um problema na área da habitação, porquanto era necessário encontrar alguém para aquela área e, naquele momento pareceu-lhe que o Senhor Vereador David Justino seria a pessoa indicada para assumir a responsabilidade da política de habitação social da Câmara. Acha que em boa hora isso foi feito, porque houve um ou dois anos em que se fizeram alterações significativas naquilo que era a política de construção da Câmara, uma vez que se privilegiou durante muito tempo a promoção directa mas depois houve que fazer a inversão da agulha para Contratos de Desenvolvimento de Habitação, até porque não fora isso e não se estaria nas condições em que se está actualmente. Portanto, pensa ser justo referir aqui que, se neste momento a Câmara está em vias de erradicar as barracas, e acha que foi

um trabalho notável que a CMO fez nos últimos anos, isso deve-se indiscutivelmente ao empenho que o Vereador David Justino colocou nessa tarefa e que é de facto uma tarefa extraordinária porque neste momento existem apenas cento e quarenta e cinco barracas, o que tecnicamente significa que já se erradicaram as barracas do concelho e, sobretudo, porque a Câmara tem neste momento contratualizados para cima de mil e cem fogos, o que dá já uma margem extraordinária de fôlego que, para além de permitir erradicar as barracas, permite também prosseguir com a política de habitação para jovens e a venda a custos controlados a famílias residentes ou a trabalhar aqui no concelho. -----

----- Quanto a si, esta é uma tarefa que muitas vezes em termos de opinião pública nem sempre é reconhecida porque a maioria dos cidadãos não se apercebem das responsabilidades de cada um no seio do Executivo camarário, mas, neste momento, não tanto como colega do Vereador David Justino na Vereação, como companheiro de Partido, crê que, enquanto Presidente da Câmara, talvez seja a pessoa adequada para lhe agradecer em nome dos munícipes de Oeiras, pois acha que ele fez um excelente trabalho e espera, naturalmente, contar com a sua presença no momento em que for entregue a última casa e derrubada a última barraca, pois ir-se-á fazer uma grande festa e, quanto a si, o Vereador David Justino merece ser o herói desta festa.

----- Assim, não pode deixar de lhe agradecer, em nome do Município, a dedicação e o empenho que pôs neste combate, que já vinha de há alguns anos atrás, mas que com ele teve um impulso extraordinário que conduziu a este excelente resultado. Por isso, agradece-lhe uma vez, mais porque, para além da amizade, considera que foi um privilégio trabalharem juntos durante estes anos e irão continuar a trabalhar porque certamente na Assembleia Municipal ele irá dar também o seu melhor contributo. -----

----- Quanto ao Senhor Vereador Tavares Salgado, compreende que haja alguma emoção porque, pessoalmente, também se sente emocionado, embora não se trate de uma despedida porque vão continuar juntos, apesar de com responsabilidades diferentes, visto que irá continuar



como Presidente da Fundação Marquês de Pombal. -----

-----Sabe que ao longo destes anos se envolveu muito até, afectivamente, como o Município, e ainda há dias, ao conversar com a sua mulher, ela lhe dizia que juntos, ao fim-de-semana, andavam a ver as obras do concelho e, de facto, deve dizer que isso é uma coisa que se entranha dentro de cada um. Deve acrescentar que o Doutor Tavares Salgado não era apenas o Vereador da burocracia aqui da Câmara, como muitas vezes as pessoas podiam ser levadas a pensar, dado que ele acompanhava com muito entusiasmo tudo aquilo que se passava no concelho.-- -----

-----Ao nível da área cultural soube, realmente, coordenar uma equipa que fez um trabalho excelente ao longo dos últimos anos. De facto, pensa que teve uma responsabilidade enorme naquilo que é hoje o projecto cultural deste concelho, com actividades diversificadas, quer no sentido das próprias actividades em si, mas também a nível territorial, visto que, hoje, há, realmente actividades para todos os gostos, e muitas delas com continuidade, em todos os locais do concelho e não há dúvida que isso se deve também à sua paciência, compreensão, sabedoria e ao seu saber estar. -----

-----Como Vice-Presidente não tem palavras para lhe agradecer porque, de facto, é preciso ter um grande sentido de serviço público e quem, como ele, durante muitos anos serviu, pois durante toda a vida o Doutor Tavares Salgado serviu na função pública em altos cargos, aqui na Câmara, se é que se pode falar na Câmara em sentido de Estado, ele é um verdadeiro homem público e com um sentido de serviço público extraordinário, porque, realmente, na Câmara Municipal e nas funções de Vice-Presidente soube, com grande sabedoria e prudência, levar por diante um número imenso de tarefas e precisamente porque muitas delas são burocráticas exigem uma paciência e ele teve-a.- -----

-----Quanto ao seu relacionamento com os funcionários acha que foi, de facto extraordinário, e no que diz respeito ao Executivo, acha que ultimamente ele ia perdendo, por

vezes, um pouco de paciência com os Vereadores do P.S., mas, enfim, também ninguém é de ferro. -----

----- Acrescentou considerar o Doutor Tavares Salgado um grande Senhor e um excelente exemplo a seguir. Para si tem sido um grande amigo, um grande companheiro e, sobretudo, uma pessoa que o tem ajudado muito, pois reconhece que não teria tido disponibilidade nem capacidade para enfrentar outro tipo de problemas e dedicar-se a outras actividades se não sentisse que tinha uma retaguarda perfeitamente protegida e, portanto, o Doutor Tavares Salgado foi, indiscutivelmente, um grande protector que aqui teve, um conselheiro que tantas vezes, de uma forma muito diplomática o chamava à atenção para certas situações e, por vezes, confessa que lhe dizia que não a determinadas sugestões que ele lhe fazia, mas dizia-lhe não naquele momento e dizia-lhe sim depois. -----

----- De maneira que não sendo realmente uma despedida deve dizer que é doloroso ver uma equipa repartir-se, mas, enfim, as coisas são assim mesmo e o Doutor Tavares Salgado por vontade própria entendeu não continuar porque pretende ter uma vida mais calma e está no seu direito, pelo que lhe quer dizer que lhe ficará eternamente agradecido e reconhecido e crê que o Município também tem para com ele uma dívida de gratidão. -----

----- Prosseguindo, referiu que ainda ontem teve oportunidade de dizer, num jantar que se faz anualmente com a Assembleia Municipal, que realmente o Concelho de Oeiras modificou-se muito, e não se está neste momento em fase de campanha eleitoral mas sim de início de mandato pois a campanha eleitoral já passou, mas acha que quem, com objectividade, fizer uma avaliação do que têm sido as transformações deste concelho e se tiver o mínimo de sentido de justiça reconhece que naturalmente há muita coisa para fazer, mas também que se fizeram muitas coisas e fizeram-se muitas coisas bem feitas. Obviamente que isso não é mérito de um homem só, e foi isso mesmo que disse na Assembleia Municipal e disse-o não para estimular o ego deste ou daquele, mas porque considera que, realmente, teve a sorte de, na Câmara Municipal de Oeiras,



desde que assumiu estas funções, ter tido boas equipas, embora por vezes com períodos difíceis, com altos e baixos. Lembra-se, por exemplo, que o seu primeiro mandato foi um mandato muito difícil, até porque era jovem, com sangue na guelra, pois tinha na altura trinta e cinco anos, e tinha alguns tubarões autarcas nesta Mesa, como um Celorico Moreira, um Vieira da Luz, etc., que eram pessoas com grande experiência, uns com grande experiência política até em termos nacionais, outros com uma grande experiência autárquica e, portanto, não foi fácil para si. No entanto, deve dizer que aprendeu muito com ele todos e ao longo dos sucessivos mandatos a sua avaliação é muito positiva porque, de uma forma geral, excluindo aquela fase inicial de cada mandato e os últimos meses de cada mandato que, naturalmente são perturbados pelas campanhas eleitorais, mas considera que esta Câmara Municipal tem tido essa sorte de ter autarcas que, de uma forma geral, despem a camisola partidária, sem se despirem das suas convicções, como é óbvio, e na Assembleia Municipal pensa que também é exemplar algumas das deliberações que aquele Órgão tomou e que contrastam com deliberações de natureza idêntica noutros Municípios. Para o demonstrar refere apenas a contribuição autárquica e a derrama que são duas situações sobre as quais deve dizer que não conhece nenhum caso na Área Metropolitana de Lisboa que tenha merecido sucessivamente o voto unânime da Assembleia Municipal, pois o Partido A que está no Poder, numa determinada Câmara propõe uma derrama mas na Câmara vizinha está na oposição e vota contra a derrama que o outro partido apresentou. Isto é o mais vulgar que se verifica por esse país fora e também aqui na Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Ora aquilo que tem acontecido no Município de Oeiras, pelos menos, há cerca de catorze ou quinze anos é que este tipo de deliberações têm sido aprovadas por unanimidade na Assembleia Municipal e, tem para si, que esta posição da Assembleia Municipal se tem devido à forma como a Câmara tem fundamentado as propostas e ao facto dos seus membros terem consciência que esses recursos são vitais para o desenvolvimento do concelho, pois há mesmo

obras e projectos que não iriam para a frente se, porventura, não fosse a receita proveniente quer da derrama, quer da contribuição autárquica. De resto, deve dizer que, quanto a esta última, a CMO é a que tem a taxa mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa, pois na generalidade dos Municípios é de um vírgula um - um vírgula dois - um vírgula três, mas predomina o um vírgula um e o um vírgula dois e no caso de Oeiras é de um nos últimos três anos.-----

----- De maneira que, ao longo de todos estes anos tem sido acompanhado por pessoas que se têm preocupado com o desenvolvimento do concelho e, portanto, gostaria de expressar aqui, neste momento em que terminam este mandato, o seu reconhecimento e apreço por todos aqueles que passaram pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal e pelas Freguesias. Naturalmente que se vive num regime democrático, as pessoas têm ideias diferentes e têm eventualmente concepções de políticas de desenvolvimento diferentes e, portanto, cada um tem que as expressar e há que respeitar isso, sendo certo também que pelas regras da democracia, obviamente que quem ganha a eleição tem a obrigação, tem o direito de governar e tem o dever de governar bem, em defesa dos interesses do Município e dos seus cidadãos e, naturalmente que aqueles que, na oposição, defendem propostas eventualmente divergentes daquelas que são defendidas por quem tem a maior quota de responsabilidade, concerteza que o fazem na percepção de que também estão a defender o interesse dos munícipes e, portanto, talvez fora da Câmara lhe ficasse mal aquilo que vai dizer mas acha que aqui na Câmara, nesta Câmara, não lhe ficará mal dizer a todos que considera que a Câmara Municipal de Oeiras tem tido, ao longo dos mandatos, particularmente dos últimos mandatos, a sorte de ter tido excelentes Vereadores, pessoas muito empenhadas e que sinceramente considera que estão muito acima da média do que são os que estão nas Câmaras Municipais aqui à volta. -----

----- Por outro lado, também do ponto de vista técnico a Câmara Municipal tem vindo a conseguir renovar e constituir uma equipa técnica que é invejável comparativamente com outras Câmaras Municipais não sendo por acaso que a generalidade das Câmaras aqui à volta lhe pedem



gente, ou seja toda a gente recorre à C.M.O. mas até agora só levaram um técnico, no entanto, se pessoalmente fosse nisso levavam muitos mais. Também é verdade que tem havido aqui uma grande estabilidade, pois desde que é Presidente desta Câmara, em Cascais já houve cinco Presidentes, em Sintra também houve cinco, em Lisboa houve quatro, em Loures houve quatro, na Amadora houve dois. Portanto, deve dizer que tem sido com muito orgulho e muita satisfação que tem presidido à Câmara Municipal, com as equipas que tem tido.-----

-----Acrescentou que a saída dos Vereadores David Justino e Tavares Salgado são, de facto, duas perdas, mas, enfim, eles ficam próximos, um a trabalhar na Assembleia Municipal, outro na Fundação Marquês de Pombal e, portanto, não é uma despedida, embora tivesse que dizer isto, com alguma emoção também, pois trata-se de dois grandes amigos e de duas pessoas que, realmente, se dedicaram muito a este concelho. -----

-----Assim sendo, quer desejar a ambos muitas felicidades, assim como deseja, naturalmente, a todos os outros Vereadores as maiores felicidades.-----

**93 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----**

-----Às vinte horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão da Divisão Administrativa. -----

**O Presidente,**

**A Chefe da Divisão Administrativa,**